

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**ANDRÉ LUIZ ZANÃO TOSTA**

**O JEITINHO DAS CAPIXABAS:  
MOVIMENTO SOCIAL LGBT E MILITANTES TRANS DO ESPÍRITO SANTO**

**VITÓRIA  
2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

ANDRÉ LUIZ ZANÃO TOSTA

**O JEITINHO DAS CAPIXABAS:**  
**MOVIMENTO SOCIAL LGBT E MILITANTES TRANS DO ESPÍRITO SANTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Cristiana Losekann

**VITÓRIA**  
**2015**

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

- T716j Tosta, André Luiz Zanão, 1984-  
O jeitinho das capixabas: movimento social LGBT e  
militantes trans do Espírito Santo / André Luiz Zanão Tosta. –  
2015.  
120 f. : il.
- Orientador: Cristiana Losekann.  
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade  
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e  
Naturais.
1. Movimentos sociais. 2. Identidade de gênero. 3.  
Minorias sexuais. 4. Travestis. 5. Transexuais. I. Losekann,  
Cristiana. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de  
Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

**ANDRÉ LUIZ ZANÃO TOSTA**

**O JEITINHO DAS CAPIXABAS:**

**MOVIMENTO SOCIAL LGBT E MILITANTES TRANS DO ESPÍRITO SANTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, em 25 de junho de 2015.

**BANCA EXAMINADORA:**

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Cristiana Losekann**  
**Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFES (Orientadora)**

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Adelia Maria Miglievich Ribeiro**  
**Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFES (Membro Interno)**

**Prof. Dr. Alessandro Rodrigues**  
**Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional – UFES (Membro Externo)**

**Prof. Dr. José Eduardo León Szwako**  
**Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ/IESP (Membro Externo)**

**VITÓRIA**  
**2015**

Às pessoas que incessantemente buscam uma vida mais justa e uma existência mais digna.

A luta contra as novas 'fobias' e os 'microfascismos', são lutas de todos os dias.

## AGRADECIMENTOS

Não seria justo, após toda esta caminhada, esquecer as inúmeras pessoas que foram responsáveis e coautoras desse texto. Porém, como diria o cantor Criollo, se quem é “justo é Deus, o homem, não” fatalmente irei me esquecer de alguns nomes e de alguns rostos que, direta ou indiretamente, me apoiaram nessa jornada.

Gostaria de agradecer a minha família, primeiramente. Tanto a que deixei no estado de São Paulo quanto a que me adotou no Espírito Santo. A atenção e o carinho de minha mãe Walkíria e do meu irmão Anderson, ao cuidado de Denair e ao acolhimento de Andréa, Adriano e Romário. Sem essa força toda não conseguiria levar a cabo esse projeto.

Não poderia esquecer todas as pessoas que conheci na Universidade Federal do Espírito Santo. Aos professores Alexsandro Rodrigues, Sandra Costa, Marta Zorzal e, especialmente, a minha orientadora Cristiana Losekann, o meu muito obrigado por contribuir tão decisivamente na minha formação como pesquisador e como pessoa. E aos meus amigos Felipe Moura, Pablo Roccon, Matheus Pedrini, Catarina Dallapícula e Sérgio Rodrigo, pelas conversas e debates dentro e fora da universidade.

Sobretudo, gostaria de oferecer meus agradecimentos as pessoas que compartilharam seu tempo e suas histórias para que esse 'estudante' pudesse ter no que pensar. A todos os integrantes do Fórum Estadual LGBT e aos ativistas e militantes capixabas, meus sinceros agradecimentos e votos para que continuem o trabalho que desempenham. Já para Layza, Natália, Carlos e Deborah, um grande beijo e todo o reconhecimento que merecem por sua fantástica atuação no estado. Foi a força de vocês que inspirou todo esse trabalho acontecer.

A João W. Nery, por ter escrito e publicado, em 1984, sua biografia *Erro de Pessoa* e por ter me inspirado, na última década, a pesquisar a vida e a luta das pessoas *trans*. Tomei a liberdade de utilizar fragmentos de sua biografia para ilustrar os capítulos deste trabalho.

E, por fim, a Darcy Anderson. Não tenho como agradecer a força, o carinho, o companheirismo e o amor que brota entre nós. Esse trabalho, e este pesquisador, devem muito a você.

*João foi o primeiro caso de transexual masculino, ou trans-homem (de mulher para homem), a ser notícia no Brasil, vindo a público em 1984, ano em que lançou o livro Erro de Pessoa. Estamos falando aqui da minoria da minoria: um transexual que mudou seu corpo de mulher para homem – processo muito mais raro, complicado e precário do que o inverso. A cabeça já nasceu pronta, mas fisicamente falando Joana virou João W. Nery de vez aos 27 anos, em 1977, 20 anos antes desse tipo de cirurgia ser legalizada no país. Se fosse hoje, João não precisaria fazer tudo por baixo dos panos. Como fez. Poderia pagar cerca de R\$10 mil e operar-se numa clínica particular; ou recorrer a um dos cinco hospitais universitários do país que operam pelo Sistema Único de Saúde (SUS), caso suportasse toda a burocracia e espera envolvida nessa opção [...] Mas, de um jeito ou de outro, João continuaria sendo um criminoso. O descompasso é tipicamente brasileiro: mudar o sexo do corpo é legal; do RG e dos demais documentos, não. Quem não tem o prestígio de uma Roberta Close tem que entrar na Justiça ou então fazer uma nova certidão de nascimento e, a partir dela, tirar novos documentos – é o que João fez, e o que o artigo 307 da Constituição considera crime de falsa identidade. Nosso “criminoso” nunca foi descoberto, mas para virar homem no papel também teve que matar Joana e enterrar com ela todas as suas conquistas, como o diploma de psicologia, que nunca mais pôde usar.*

*Millos Kaiser. Introdução à “Viagem Solitária”*

## RESUMO

Esta dissertação é o resultado da investigação realizada entre 2013 e 2014 no estado do Espírito Santo que analisou a atuação política de *peçoas trans*, indivíduos que se reconhecem como travestis e transexuais, conforme delimitação identitária do próprio movimento político. Apoiada numa proposta de investigação descritiva e interpretativa a pesquisa se apoia em três componentes teóricos: (a) a mobilização política decorre muitas vezes da existência de um sentimento de 'solidariedade' gerado por uma experiência compartilhada.; (b) o 'sujeito' é o resultado da articulação das vivências experienciadas, sendo elas individuais e coletivas; (c) os movimentos sociais podem ser compreendidos como 'campos' que geram mudanças subjetiva nos sujeitos mediante a incorporação por estes das lógicas estruturantes e estruturadas daquele. Por conclusão defende-se o argumento que, se o movimento LGBT (e as ativistas *trans*) pautam suas reivindicações em torno de ideais como 'visibilidade' e 'cidadania', é preciso questionar o sentido que essas lutas políticas encontram nas vivências concretas dessas pessoas. Antes de recorrer a especulação simplista de que a 'identidade' e a 'injustiça' sejam os elementos responsáveis pelo engajamento nos movimentos sociais, devemos compreender como tais elementos se acomodam e negociam com os 'quadros' coletivos dos apoiadores e opositores e, sobretudo, como eles se tornam 'oportunidades' de atuação e de mobilização.

**Palavras-chave:** movimentos sociais; travestilidades; transexualidades, LGBT, identidade.



## ABSTRATCT

This thesis results from an investigation conducted from 2013 to 2014, in Espírito Santo state. It analyzed the political performance of *transgenders* (individuals who are self-identified as transsexual and *travestis*<sup>1</sup>) according to the identity delimitation of the political movement itself. Based on a descriptive and interpretative investigation proposal, the research has three theoretical elements: (a) the political mobilization usually stems from a “solidarity” feeling existence which comes from a shared experience; (b) the “subject” is the result of the lived experiences, both individual and collective ones; (c) the social movements can be understood as “fields” that generate subjective changes on the subjects as they embody both its structuring and structured logics. In conclusion, it is argued that if the LGBT (and the *trans* activists) movement’s claims abide by “visibility” and “citizenship” ideals it is necessary to question the meaning of these political struggles on these people’s concrete experiences. Instead of using the simplistic speculation that “identity” and “justice” are the responsible elements of social movements engagement, one should understand how these elements settle down and negotiate among the collective “boards” of supporters and opponents, especially how they become “opportunities” of action and mobilization.

**Key words:** social movements; *travestilidades*; transsexualities, LGBT, identity.

---

<sup>1</sup>Brazilian category commonly used to identify the transgender people who have not gone through sex reassignment surgeries.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

**Figura 1: Rede de iniciativas de movimento social capixaba apontada em entrevista**

## LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

<b>ABGLT</b>	Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
<b>ACARD</b>	Associação Capixaba de Redução de Danos
<b>Adin</b>	Ação direta de inconstitucionalidade
<b>AIDS</b>	<i>Acquired Immune Deficiency Syndrome</i>
<b>ALAH</b>	Associação Linharensense de Apoio a Homossexualidade
<b>ALES</b>	Assembleia Legislativa do Espírito Santo
<b>ANTRA</b>	Articulação Nacional de Travestis e Transexuais
<b>ASTRA/ES</b>	Associação de Travestis do Espírito Santo
<b>CEJUVE</b>	Conselho Estadual de Juventude
<b>CID</b>	Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde
<b>CORES</b>	Consciência, Orgulho e Respeito no Espírito Santo
<b>CORSA</b>	Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor
<b>CRAS</b>	Centro de Referência de Assistência Social
<b>CREAS</b>	Centro de Referência especializados de Assistência Social
<b>DSM</b>	<i>Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders</i>
<b>DST</b>	Doença Sexualmente Transmissível
<b>EJA</b>	Educação de Jovens e Adultos
<b>ENTLAIDS</b>	Encontro Nacional de Travestis e Transexuais
<b>GEPS</b>	Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades
<b>GETPol</b>	Grupo de Estudos em Teoria Política Contemporânea
<b>GOLD</b>	Grupo Orgulho, Liberdade e Dignidade
<b>HBIGDA</b>	<i>Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association,</i>
<b>HUCAM</b>	Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes
<b>LGBT</b>	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
<b>MHB</b>	Movimento Homossexual Brasileiro
<b>MPOG</b>	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
<b>NEMPS</b>	Núcleo de Estudos em Movimentos e Práticas Sociais
<b>NEPS</b>	Núcleo de Estudos e Pesquisa em Sexualidades

<b>OAB</b>	Ordem dos Advogados do Brasil
<b>ONG</b>	Organização Não Governamental
<b>PMDB</b>	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
<b>PR</b>	Projeto de Resolução
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores
<b>SIDA</b>	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
<b>SINDIUPES</b>	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo
<b>SINE</b>	Sistema Nacional de Empregos
<b>SOC</b>	<i>State of Care</i>
<b>SUS</b>	Sistema Único de Saúde
<b>TEF</b>	Feminismo transfóbico
<b>TIG</b>	Transtorno de Identidade de Gênero
<b>TJES</b>	Tribunal de Justiça do Espírito Santo
<b>UBS</b>	Unidade Básica de Saúde
<b>UFES</b>	Universidade Federal do Espírito Santo
<b>UJS</b>	União da Juventude Socialista

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO:</b>	<b>13</b>
<b>INQUIETAÇÕES E ESTRANHAMENTOS</b>	<b>14</b>
<b>CONSIDERAÇÕES SOBRE MÉTODO, ÉTICA E ENTREVISTAS</b>	<b>23</b>
<b>1. O QUE HÁ DE POLÍTICO NUMA 'IDENTIDADE'?</b>	<b>32</b>
<b>1.1. Movimentos sociais e identidades coletivas</b>	<b>34</b>
<b>1.2. Uma experiência identitária é uma identidade coletiva?</b>	<b>41</b>
<i>1.2.1. O SOMOS e a comunidade de iguais</i>	<b>42</b>
<i>1.2.2. O CORSA e as mudanças de identidade coletiva</i>	<b>45</b>
<i>1.2.3 Identidades e engajamentos</i>	<b>47</b>
<b>1.3 De qual identidade falamos na política?</b>	<b>50</b>
<b>2 MOVIMENTOS SOCIAIS, INICIATIVAS E MILITANTES</b>	<b>53</b>
<b>2.1 Movimento LGBT e militantes trans capixabas</b>	<b>60</b>
<b>2.2 Olhando o 'campo' político e observando 'quadros' coletivos</b>	<b>77</b>
<b>3 AS MILITANTES CAPIXABAS</b>	<b>82</b>
<b>3.1 Agendas políticas nacionais e contextos locais</b>	<b>93</b>
<b>VISIBILIDADE, CIDADANIA E OUTRAS CONCLUSÕES</b>	<b>104</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>113</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>118</b>

## **INTRODUÇÃO:**

O presente texto refere-se a dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo decorrente da pesquisa levada a cabo durante os anos de 2013 e 2014, sobretudo, na região da Grande Vitória.

A investigação centrou-se na atuação política de um ator específico, designado *pessoas trans*. Por esta categoria se entende os indivíduos que se reconhecem como travestis e transexuais, conforme delimitação identitária do próprio movimento político. Utilizo esta categoria seguindo a sugestão da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), um dos maiores articuladores nacionais do movimento. O termo *pessoas trans* é uma categoria abrangente para englobar ambas as identidades coletivas que, embora tenham similaridades quanto aos processos sociais de constituição, guardam também especificidades próprias.

A pesquisa apoiou-se numa proposta de investigação que é descritiva e interpretativa e, embora não seja direcionado por hipóteses, esta assentada em uma série de pressupostos teóricos que guiaram a observação. Partindo deste olhar 'direcionado' é possível isolar três componentes distintos da análise que se constituem nos fios condutores da investigação.

O primeiro é o ponto de partida teórico de que a mobilização política decorre muitas vezes da existência de um sentimento de 'solidariedade' gerado por uma experiência compartilhada. As abordagens que lidam com a teoria dos processos políticos, por exemplo, falam de 'sentimentos de solidariedade ou identidade' porém sem a devida ênfase na constituição desses laços de reciprocidade. Desse modo o trabalho é levado a questionar qual o papel das identidades coletivas na mobilização política de travestis e transexuais no Espírito Santo.

A segunda proposição é a de que o 'sujeito' é o resultado da articulação das vivências experienciadas, sendo elas individuais e coletivas. Esta abordagem está presente em diversas pesquisas feitas com travestis e transexuais no Brasil (PELÚCIO, 2009; BENEDETTI, 2005; KULICK, 2008; BENTO, 2006) e nos leva a considerar como ocorre a constituição das travestis e transexuais em sujeitos políticos, mediante a incorporação/negociação com significados específicos gerados e compartilhados durante a atuação política.

Por fim um terceiro fio condutor é que os movimentos sociais podem ser compreendidos como 'campos' que geram mudanças subjetiva nos sujeitos mediante a incorporação por estes das lógicas estruturantes e estruturadas daquele. Esta colocação nos levaria a questionar qual seria o papel do 'campo' dos movimentos sociais na mobilização e formação dos sujeitos políticos que nele ingressam.

Assim, de forma esquemática, o problema central dessa investigação é, focando na atuação dos movimentos sociais capixabas que se organizam em torno das questões de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), como ocorrem os processos que mobilizam sujeitos e os tornam atores políticos revelantes?

## INQUIETAÇÕES E ESTRANHAMENTOS

Atendendo ao convite de um professor do grupo de pesquisa do qual participo, visitei a Associação Capixaba de Redução de Danos (ACARD) pela primeira vez na tarde de 15 de outubro de 2013. Estávamos em uma equipe de três pessoas, que incluíam, além de mim, o referido professor e um de seus orientandos de graduação, para apresentar a proposta de entrevistar as travestis e transexuais que atuavam na ACARD como *agentes de prevenção*. O objetivo da investigação era colher histórias 'positivas' sobre cotidiano escolar, além de relatos sobre a relação das travestis e transexuais com os serviços públicos de saúde.

A apresentação da proposta e a escolha do público que seria entrevistado passavam por certa gramática 'identitária' (do professor, que prontamente se identificou como *bicha*<sup>2</sup>, a delimitação feita de antemão do público-alvo da investigação) que foi acolhida com estranhamento pelo grupo de *agentes*. Os *agentes* formavam um grupo heterogêneo de homens, mulheres, travestis e transexuais, de várias idades e orientações sexuais, que se mostraram ligeiramente incomodados com o fato de apenas as *trans* serem selecionadas para o estudo. Mesmo durante esta rodada de apresentação—com a equipe de *agentes*, coordenadores da ACARD e pesquisadores sentados numa grande roda que ocupava todo o

<sup>2</sup> Visando evitar Maus entendidos quanto a leitura do texto, seguirei a sugestão de Maria Inés Fernandez Alvarez (2011): adotarei itálico para termos nativos e estrangeiros, aspas duplas para citações ou referências textuais e aspas simples para relativizar ou destacar termos e ideias.

recinto -, quando cada pessoa foi convidada a se apresentar, a iniciativa do professor (o primeiro a falar) de se identificar como *bicha* soou como um convite, ou uma incitação<sup>3</sup>, para que cada elemento do grupo fizesse o mesmo.

Eu já conhecia a ACARD de outras atividades ligadas aos movimentos de Direitos Humanos e de Diversidade Sexual, e o estranhamento quanto a esta tendência 'identitária' soou-me um tanto contraditória num campo de disputa política marcada pela formação de identidades capazes de mobilizar pessoas e agendas. Para diversos autores, que 'guiavam' meu olhar de pesquisador na ocasião<sup>4</sup>, a formação de identidades era um ponto crucial (se não seminal) do processo de mobilização política, e a proliferação de categorias e siglas para a compreensão dos seguimentos representados pelo movimento político era reflexo direto dessa realidade – assim me parecia óbvio que uma Associação que se organiza tendo como objetivo a prestação de serviços a seguimentos específicos recorresse ao expediente de apoiar-se em grupos categoriais para sua atuação.

Algumas inquietações acabaram brotando deste primeiro encontro. As identidades enquanto processos de formação de sujeitos são úteis para a análise da ação coletiva? Qual a relação entre experiência identitária e mobilização política? O reconhecimento do grupo gera ação, limita a atuação coletiva ou dita as regras da disputa política? Qual o papel desse reconhecimento, desse sentimento de pertencimento, para os movimentos sociais? Porque a identidade parece central na análise dos movimentos sociais?

Estas questões são os fios condutores do presente texto. A partir de 2010 acompanhei diversas iniciativas dos movimentos sociais por direitos de LGBT e Direitos Humanos no estado do Espírito Santo e será baseada nesta 'observação participante' do campo político do Espírito Santo que tentarei responder a estes questionamentos, tendo como foco principal a atuação de em um sujeito político específico: as 'pessoas trans' que atuam no movimento LGBT capixaba.

---

<sup>3</sup> A medida que ocorriam as apresentações alguns *agentes* não se posicionavam quanto a orientação sexual ou identidade de gênero, o que era seguido pela incitação de algum dos presentes (pesquisadores ou não) para retomar a fala e explicitar a informação que “faltava”.

<sup>4</sup> Assim concordo com o argumento de que “talvez a primeira experiência do pesquisador de campo – ou no campo – esteja na domesticação teórica de seu olhar. Isso porque, a partir do momento em que nos sentimos preparados para a investigação empírica, o objeto, sobre o qual dirigimos nosso olhar, já foi previamente alterado pelo próprio modo de visualizá-lo” (OLIVEIRA, 2000, p. 19).



O termo pessoas trans é usado de forma abrangente para designar travestis e transexuais<sup>5</sup>, numa tentativa de criar uma unidade para a atuação política sem, contudo, apagar as especificidades internas de cada identidade. Embora seja de uso comum em diversas entidades do movimento LGBT, seu uso, contudo, não é isento de disputas.

Mario Felipe de Lima Carvalho (2011) indica que a proposta de identificar, no movimento político, travestis e transexuais dentro da categoria 'pessoas trans' remete inicialmente a tentativa de importação do termo 'transgênero' que não foi bem-aceito no Brasil. No início dos anos 2000 o contato do movimento brasileiro com os movimentos internacionais levou a um impasse: nos movimentos internacionais os termos *transexual* e *pessoas trans* eram recorrentes, porém a categoria *travesti* (utilizada por diversas ativistas brasileiras) era considerada ofensiva e injuriosa. Assim para este autor:

Creio que diferentemente da proposta de utilização da categoria “transgênero”, o uso de “pessoas trans”, seja em “mulheres trans”, “homens trans” ou simplesmente “trans”, parece ter mais eco na sociedade brasileira [...] o uso do termo “trans” como categoria identitária é freqüente entre pessoas que poderiam ser classificadas como “travestis” ou “transexuais”. Além disso, o termo também cumpre com outra finalidade almejada na antiga proposta do uso de “transgênero”: a visibilidade positiva com a eliminação do uso do termo “travesti”, considerado estigmatizante, e a abreviação do termo “transexual”, que teria um caráter medicalizante, conforme relato de Bárbara Graner. Essa proposta de substituição de “travestis e transexuais” por “trans” foi se fortalecendo ao longo do tempo em que estive em campo, sendo mais formalmente apresentada no final de 2010, durante o XVII ENTLAIDS (CARVALHO, 2011, p. 80)

O termo pessoas trans parece também ter boa aceitação no contexto do movimento LGBT capixaba. As ativistas que acompanhei durante esta pesquisa reconheciam as diferenças entre travestis e transexuais, articulavam demandas específicas que seriam direcionadas a um ou outro público distinto, porém, para a mobilização política, o termo globalizante 'pessoa trans' parecia apropriado e era muitas vezes acionado. Como fala Deborah Sabará<sup>6</sup>, “eu acho que

<sup>5</sup> O termo “pessoas trans” também é utilizado no movimento para designar os homens transexuais (pessoas que, a grosso modo, foram designadas como do sexo feminino ao nascerem, contudo desenvolveram identidades de gênero masculinas). Durante a pesquisa não entrei em contato com nenhum homem transexual que atuasse na militância política, motivo pelo qual eles não fazem parte desta dissertação. Contudo, diante da constituição do braço capixaba do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRATES) em julho de 2015, comecei a observar a entrada desses novos militantes, por exemplo, nas reuniões do Fórum Estadual LGBT.

<sup>6</sup> Deborah Sabará foi uma das ativistas entrevistadas nesta investigação. A metodologia das entrevistas será abordada ainda nesta introdução e sua análise é o objetivo do Capítulo 3.

tem que ter políticas específicas pras travestis e pras transexuais, mas eu falo isso pra quem tá dentro da política, mas nós mesmo na particularidade [do movimento], falamos pessoas trans” (entrevista em 05/12/2014).

Um dos motivos para isso, possivelmente, é o fato do movimento LGBT capixaba ser relativamente pequeno o que leva a escolha de um termo mais preocupado em assinalar as semelhanças entre as experiências identitárias do que as diferenças entre elas. Como veremos no Capítulo Dois, o movimento LGBT do Espírito Santo, mesmo formado de uma miríade de diversas iniciativas diferentes, é marcado pela escassez de ativistas e por entidades pouco institucionalizadas, o que dificulta a organização do movimento social<sup>7</sup>.

Contudo o termo 'pessoa trans' também responde a outra questão que é a fluidez das categorias identitárias em questão. Descrever uma identidade coletiva é sempre uma armadilha, onde realizamos uma limitação grosseira da pluralidade de vivências concretas de pessoas reais. Porém se nomear é sempre um ato de exclusão, furtar-se ao processo não garante que os sujeitos não acabem sendo 'rotulados' por outros (e de maneiras ainda mais perversas).

'Travesti' e 'transexual' são categorias utilizadas para designar pessoas em “trânsito de gênero” (BENEDETTI, 2005, pg. 21) onde o sexo biológico identificado ao nascer não coaduna com a identidade de gênero produzida pelo sujeito ao longo de sua vida, numa clara disruptura dos chamados “gêneros coerentes” (BUTLER, 2014). Para Butler, nossa primeira identidade social é a identidade de gênero, que nos conforma dentro de expectativas socialmente aceitas:

Seria errado supor que a discussão sobre 'identidade' deva ser anterior à discussão sobre a identidade de gênero, pela simples razão de que as 'pessoas' só se tornam inteligíveis ao adquirirem um gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade de gênero [...] gêneros 'inteligíveis' são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. (idem, p. 37 - 38)

Corpo entendido como biológico e neutro gerando uma identidade de gênero específica e um

<sup>7</sup> Uma outra possibilidade para a união 'estratégica' dos termos parece a de que “uma pessoa preconceituosa trataria *travestis, transexuais e cross-dressers* como *viados* [...] a exortação do *tudo viado* evoca aqui um tipo de solidariedade com base em uma discriminação comum” (BARBOSA, 2010, p. 81, itálico no original).

desejo afetivo e sexual que é contrário e complementar. Se “o sexo é uma das normas pelas quais 'alguém' simplesmente se torna viável” (BENTO, 2006, p. 89), e sendo o sexo e o gênero a mesma coisa desde sempre (BUTLER, 2014), então travestis e transexuais, ao efetuarem um 'trânsito' entre gêneros, acabam por se constituir em indivíduos inviáveis, corpos que “não importam”<sup>8</sup>.

Travestis, ainda que precariamente, podem ser descritas como uma identidade de gênero tipicamente brasileira (GRENN, 2000; KULICK, 2008; BENEDETTI, 2006) que, conforme Larissa Pelúcio:

[...] ainda que cautelosamente, creio que posso afirmar que as travestis são pessoas que se entendem como homens<sup>9</sup> que gostam de se relacionar sexual e afetivamente com outros homens, mas que para tanto procuram inserir em seus corpos símbolos do que é socialmente tido como próprio do feminino. Não desejam, porém, extirpar sua genitália, com a qual, geralmente, convivem sem grandes conflitos. (PELUCIO, 2009, pg. 46)

Já o conceito de transexual emerge de um processo mais específico, datado e documentado. A categoria 'transexual' foi utilizada pela primeira vez em 1949 pelo doutor D. O. Cauldwell<sup>10</sup> (RAMSEY, 1998, p. 17) e constituiu-se, desde então, como um transtorno, cabendo aos saberes multidisciplinares das ciências médicas seu diagnóstico e tratamento. As equipes que trabalham nos processos de transexualização<sup>11</sup> costumam ser formadas por profissionais das biomedicinas (endocrinologistas, fisiologistas, cirurgiões) e das ciências psi (psicólogos, psicoterapeutas, assistentes sociais) e seguem protocolos médicos definidos em documentos como o DSM-V (Manual de Diagnósticos e Estatísticas de Distúrbios Mentais da Associação Psiquiátrica Americana – 5ª edição)<sup>12</sup>, o SOC (*State of Care* – Normas de tratamento da

<sup>8</sup> Em referência ao texto de Judith Butler “Bodies that mater”, em que ela argumenta sobre a materialidade e a importância dos corpos que se ajustam a norma de gênero, e os processos de exclusão e marginalização que acompanham os corpos 'desajustados' a norma (BUTLER, 2007).

<sup>9</sup> Fui surpreendido em campo por algumas militantes que argumentavam que, assim como existiam *mulheres transexuais*, também seria correto falar em *mulheres travestis*. Seguindo o exemplo das pesquisas de Barbosa (2010) e Carvalho (2011), acredito que uma investigação futura sobre os usos e negociações identitárias entre as travestis capixabas revelariam concepções próprias do 'ser travesti' no Estado o que, infelizmente, não cabe no curto espaço deste trabalho.

<sup>10</sup> Cabe ressaltar que os saberes médicos lidam com a categoria 'transexualismo' (identificada como distúrbio através do sufixo 'ismo'), enquanto as ciências sociais trabalham com o termo 'transexualidade' (denotando a construção de uma experiência identitária).

<sup>11</sup> O termo que designa o processo de acompanhamento da transexual pela equipe médica recebe diferentes nomes (processo transexualizador ou transgenitalizador), assim, como os procedimentos cirúrgicos (cirurgia de transgenitalização, de redesignação sexual ou no senso comum de 'troca de sexo') dependendo do contexto.

<sup>12</sup> Em maio de 2013 o DSM sofreu as alterações que compõem sua 5ª edição com a retirada do 'transexualismo'

HBIGDA<sup>13</sup>) e o CID-10 (Código Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde – 10ª edição).

Dessa forma descritas, travestis e transexuais parecem experiências identitárias distintas, unívocas e coerentes, porém não é bem assim. Uma ampla literatura acadêmica feita no Brasil sobre as travestilidades<sup>14</sup> (KULICK, 2008; BENEDETTI, 2005; PELUCIO, 2009) e transexualidades (LEITE Jr., 2008; CASTEL, 2001; BENTO, 2006, 2008), que se concentraram nas descrições e análises dos componentes próprios destas identidades, indicam que as diferenças não são assim tão evidentes.

Assim quando Berenice Bento (2008) indica que a obsessão pela diferença entre travestis e transexuais talvez resida precisamente na proximidade dessas duas identidades, devemos nos atentar para como os sujeitos concretos se identificam e quais categorias são efetivamente utilizadas. Efetivamente as militantes que acompanhei se identificavam hora em uma categoria, ora em outra, porém esta fluidez identitária não parecia falta de comprometimento ou displicência, nem se mostrava problemática para elas. Assim o termo pessoa trans, ou população trans, utilizada pelo movimento LGBT no estado responde a essa necessidade de aglutinar os apoiadores em torno de demandas e objetivos compartilhados, porém sem dar ênfase nas diferenças internas do grupo que poderiam levar a dissolução e fragmentação. Para compreender essa fluidez entre identidades Bruno César Barbosa, ao acompanhar uma iniciativa do movimento LGBT de São Paulo chamado Terças Trans, argumenta que:

As categorias travesti e transexual articulam convenções sociais diversas e produzem neste sentido 'lugares sociais' no entrelaçamento destas diversas convenções. Constituem-se, neste sentido, enquanto posições de sujeito nesta articulação. As pessoas transitam entre estes lugares; no entanto, estes lugares possuem códigos prescritivos. O trânsito é possível para quem possui uma performance e corporalidade adequada na situação da enunciação (BARBOSA, 2010, p. 49)

---

da categoria de 'transtorno de gênero', realocando-o sob o termo 'disforia'. Embora o objetivo alegado seja de diminuir o estigma sobre a população antes considerada 'transtornada' não existe um consenso dentro dos movimentos sociais sobre a eficácia dessa proposta.

<sup>13</sup> *Harry Benjamim International Gender Dysphoria Association*, entidade que se legitimou internacionalmente como uma das mais importantes no cuidado e diagnóstico do 'transexualismo'. Leva o nome de Harry Benjamim, um dos pioneiros nas pesquisas sobre o tema. (BENTO, 2008, pg. 75).

<sup>14</sup> Como no caso da transexualidade existe um embate sobre a substituição do termo 'travestismo' (cujo sufixo 'ismo' remete a ideia de patologia) por 'travestilidade' (que guarda a ideia de identidade) (PELUCIO, 2009).

Assim são as travestis e transexuais capixabas que integram o movimento LGBT local que constituem as 'militantes trans' que acompanharemos no decorrer desse trabalho. Essas pessoas que se constituem em 'trânsito de gênero' abrem possibilidades de se desestabilizar a 'coerência' do gênero enquanto norma, demonstrando que as identidades não devem ser lidas na chave da biologia/essência, mas dentro de um paradigma construtivista que explicita as tensas construções sociais, históricos e políticas envolvidas.

Porém, não se afrontam as regras instituídas da legitimidade sem se pagar um preço. As travestis e transexuais são notadamente uma população marginalizada. Por borrar as fronteiras dos gêneros fixos e 'naturais' uma carga depreciativa recai sobre o grupo, marcando-o com o peso do 'estigma' e produzindo um imaginário social ligado a prostituição, delinquência, patologia, consumo de drogas e violência. Essa situação é bem, exemplificada pela fala de Layza de Castro:

Compreender humanamente o que é ser uma militante travesti e transexual tendo em seu histórico uma escola negada, uma saúde negada, tendo que muitas das vezes de se prostituir pra poder viver. Dentro do grupo LGBT existe um preconceito imenso contra as pessoas travestis e transexuais 'ela é brava, ela é barraqueira, ela vai lá fazer pista' – mas somos um grupo que tem a maior mortalidade dentro do grupo LGBT, que tem menos escolaridade, tão pouco formação (Layza de Castro, entrevista em 12/11/2014)

Parece ponto pacífico nas discussões acadêmicas brasileiras sobre travestilidades e transexualidades que a condição de marginalização é recorrente nas histórias de vida dessa população. As travestilidades parecem constituídas na marginalização e ligadas ao “mercado do sexo” (PELUCIO, 2009; KULICK, 2008; BENEDETTI, 2006) sendo que as pesquisas acadêmicas recorrentemente indicam uma certa especificidade da prostituição travesti (na verdade do espaço da prostituição) como 'lôcus' privilegiado de constituição da subjetividade e da experiência identitária de travestis que lá atuam (PELUCIO, 2009). Muitos trabalhos acadêmicos focam precisamente neste campo estruturante de subjetividades que é a *pista* (área de prostituição), embora alguns trabalhos mais recentes já incorporaram a questão de uma subjetividade travesti/transexual produzida ou influenciada pelo campo político (CARVALHO, 2011; BARBOSA, 2010).

Já no caso das pessoas transexuais, enquanto categoria marcada pela patologia, mesmo a

“asepsia” (BENTO, 2008) que o diagnóstico médico parece promover não as retira da marginalização. Enquanto doente, a transexual é um corpo tutelado (BENTO, 2006) pelos saberes médicos e a possibilidade de “purificação” (CARVALHO, 2011) que tal diagnóstico pode promover é limitada a círculos específicos que conseguem compreender o sentido dado pela medicina a essa experiência.

Esta condição socialmente desfavorável é reconhecida pelas ativistas trans do movimento LGBT capixaba, e é a articulação desse reconhecimento enquanto grupo (e mais precisamente, enquanto grupo marginalizado) que permite a mobilização política.

Para delimitar o que acredito ser um componente crucial para compreender os movimentos sociais, no primeiro capítulo partiremos da constatação apoiada em Tarrow (2009), Benford e Snow (2000) e de Polleta e Jasper (2001), de que a identidade coletiva é um elemento imprescindível da forma de mobilização política que conhecemos atualmente como movimentos sociais.

Argumentarei que as teorias sobre movimentos sociais atualmente utilizadas reconhecem a centralidade das identidades coletivas na organização dos movimentos e que são os laços de reconhecimento que geram a solidariedade que permite aos movimentos sociais manterem suas disputas políticas por longos períodos de tempo.

Para compreender melhor como se dá a articulação entre identidade e mobilização abordaremos como outras identidades sócio sexuais (como a identidade *gay*) também se constituíram como pontos de sustentação de um movimento social, e como a ideia de um movimento LGBT surgiu através das modificações que o Movimento Homossexual Brasileiro sofreu no decorrer do tempo.

Os processos de constituição das identidades coletivas e dos demais 'quadros' interpretativos que possibilitam a mobilização política, no entanto, não se dão fora de outras relações sociais. Uma vez que estes processos estão inseridos dentro de um 'campo' específico de atuação, o campo político, devemos nos indagar qual o papel dele na constituição das identidades coletivas e dos 'quadros' de significados do movimento social.

Assumiremos que o 'campo político'<sup>15</sup> comporta-se como um *lócus* social que é estruturado e

---

<sup>15</sup> A ideia de um “campo político” guarda certa familiaridade com a abordagem praxiológica de Pierre

codificado e que, por sua vez, influencia na tomada de decisão estratégica dos ativistas. Assim o 'campo' político não se apresenta como algo evidente. Diante das diferentes iniciativas de movimentos sociais que foram apontadas como relevantes pelas militantes trans que contribuíram para essa pesquisa, o objetivo do segundo capítulo é identificar as principais características dessas iniciativas e como elas se relacionam ao movimento LGBT.

As relações entre as iniciativas de movimentos sociais entre si, e estas com as militantes trans, nos ajudam a compreender a importância dos 'quadros' de ação coletiva para o movimento LGBT do estado. As interações dentro do campo político acabam constituindo os sujeitos ativistas que nele ingressam, assim como também constituem as demandas e objetivos coletivamente negociados e perseguidos.

Se o cotidiano de travestis e transexuais é marcado pela exclusão, pela opressão e pela marginalização, a simples constatação destas mazelas não parece capaz de explicar o engajamento político das ativistas entrevistadas. É a tentativa de compreender o papel dos 'quadros' de ação coletiva para a mobilização, engajamento e organização dos movimentos sociais o objetivo do terceiro capítulo deste trabalho.

Assim em conjunto com a observação participante que empreendi junto ao movimento LGBT capixaba, realizei quatro entrevistas semiestruturadas com militantes trans que se mostravam relevante para o campo político, entre os meses de novembro a dezembro de 2014. O objetivo foi colher de forma sistemática as impressões das ativistas priorizando suas atuações em iniciativas dos movimentos sociais LGBT de forma geral, e em torno da agenda política *trans* de forma específica. Também procuramos as concepções e elaborações das ativistas em torno dos três temas da agenda *trans*<sup>16</sup> analisando sua aderência ao contexto local.

Finalizo o texto indicando que, se a mobilização e o engajamento são questões centrais para compreender as mobilizações coletivas, a questão inversa também nos auxilia para compreender a ação coletiva dentro do movimento LGBT capixaba: afinal de contas, o que leva as travestis e transexuais a não se mobilizarem politicamente? Argumento que, se o movimento LGBT (e as ativistas *trans*) pautam suas reivindicações em torno de ideais como

---

Bourdieu, porém precisou ser adaptada ao contexto da presente investigação. Retomaremos essa discussão no segundo capítulo.

<sup>16</sup> Chamo de agenda trans um conjunto de demandas que Carvalho (2011) levantou em sua etnografia no movimento de travestis e transexuais nacional. A agenda será abordada mais a frente.

'visibilidade' e 'cidadania', é preciso questionar o sentido que essas lutas políticas encontram nas vivências concretas dessas pessoas. Embora problematizadas pelas ativistas, os fenômenos da 'hipervisibilidade' das pessoas *trans* e as possibilidades de acesso a uma 'cidadania perversa', acabam esbarrando nos discursos políticos, tornando-os pouco atrativos para a população *trans* mais geral.

Antes de recorrer a especulação simplista de que a 'identidade' e a 'injustiça' sejam os elementos responsáveis pelo engajamento nos movimentos sociais, devemos compreender como tais elementos são ajustados a luta política, como eles se acomodam e negociam com os 'quadros' coletivos dos apoiadores e opositores e, sobretudo, como eles se tornam 'oportunidades' de atuação e de mobilização.

## **CONSIDERAÇÕES SOBRE MÉTODO, ÉTICA E ENTREVISTAS**

Desde 2010 venho acompanhando de forma mais ou menos sistemática diversas iniciativas dos movimentos sociais por direitos LGBT e Direitos Humanos no estado do Espírito Santo tais como: ciclo de conferências municipais e regionais preparatório da II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT (sendo delegado na Conferência Estadual); o coletivo universitário de diversidade sexual Caos@ção (ativo durante 2011 e 2012); as reuniões do Fórum Estadual pela Cidadania LGBT (do qual me tornei coordenador em janeiro de 2015); o grupo de estudos e pesquisa em sexualidades GEPS/UFES; e a organização do Manifesto LGBT de Vitória e da III Semana de Cidadania e Diversidade em 2014.

Este contato com o movimento social LGBT no Espírito Santo possibilitou que eu entrasse em contato com as principais lideranças do movimento o permitiu iniciar a observação da atuação das militantes *trans*. Nesta etapa da pesquisa o objetivo foi, mediante a indicação das entrevistadas, entrar em contato com mais ativistas utilizando o método de 'bola de neve' em que os próprios entrevistados indicam seus pares que julgam relevantes para o movimento político. Esse método se mostrou eficaz, porém contratempos no campo político acabaram por limitar sua eficácia. No segundo semestre de 2014 estávamos em pleno processo eleitoral para



a presidência da república<sup>17</sup>, e os meses que antecederam ao pleito foram tumultuados para vários atores políticos, principalmente os ligados a entidades partidárias.

A corrida presidencial deste período influenciou nas entrevistas realizadas e na observação do campo. Numa das mais acirradas disputas eleitorais da curta história democrática brasileira, as campanhas das principais alianças com chances a presidência influenciou nos ânimos do movimento LGBT, muitos deles ligados a um ou outro partido político envolvido na disputa. Alguns militantes até então importantes e que atuavam em entidades como o Fórum Estadual LGBT e o Fórum LGBT de Serra acabaram se afastando momentaneamente desses espaços, em decorrência de embates com outros ativistas. Embora fosse claro que esses embates eram reverberações locais de processos políticos nacionais, é importante frisar que o período mais intenso de observação participante ocorrera no final desse período e as entrevistas só puderam ser realizadas após a decisão eleitoral em segundo turno.

A observação mais sistemática foi levada a cabo entre agosto de 2014 e janeiro de 2015 quando ingressei na comissão de organização da III Semana de Diversidade LGBT de Vitória. A Semana de Diversidade (como usualmente é chamada) é uma iniciativa do movimento LGBT encabeçada pelo Fórum Estadual LGBT, pela ACARD (Associação Capixaba de Redução de Danos) e pela Prefeitura de Vitória (através de sua Coordenação de Política para LGBT<sup>18</sup>) (ANEXO I). A proposta é a construção de um calendário de atividades com duração de uma semana que culminaria no Manifesto pelo Orgulho LGBT<sup>19</sup>, sendo que as atividades seriam organizadas e executadas de forma descentralizada, mediante o convite de diversas associações, grupos e coletivos da cidade.

Na concepção de Deborah Sabará<sup>20</sup> a Semana de Diversidade é o evento que “agita” as entidades do Estado, possibilitando que os grupos mais ativos ganhem visibilidade para suas ações e auxiliando os grupos que se encontram desarticulados, injetando mais “ânimo” para que se reestruturem. Assim cada parceiro da Semana contribuiria com uma atividade que

---

<sup>17</sup> Além da presidência também houve eleições para deputados estaduais, federais e a renovação de um terço do senado.

<sup>18</sup> Até onde foi possível averiguar, dos municípios capixabas, apenas a capital Vitória e o município de Cariacica contam com Coordenações de Políticas para LGBTs.

<sup>19</sup> O Manifesto do orgulho LGBT de 2014, marcado para o dia 14 de dezembro de 2014 acabou sendo adiado dias antes de sua execução. Devido a mudanças burocráticas na forma de repasse dos recursos para a Associação que firmou a parceria com a Prefeitura de Vitória (no caso a ACARD) o Manifesto só pode ser realizado em 11 de janeiro de 2015.

<sup>20</sup> Essa concepção foi por diversas vezes explicitada em reuniões da organização da Semana de Diversidade.

estivesse alinhada com suas propostas originais (coletivos de cineclubismo realizando mostras de cinema LGBT, grupos de estudo promovendo eventos de debate acadêmico, órgão de classe realizando conferências e treinamento ligados a diversidade sexual e Direitos Humanos, entre outros) e a organização da Semana providenciaria a publicização do evento (dentro do calendário oficial) bem como recursos acessórios para sua realização (alimentação, passagens aéreas para conferencistas entre outros).

Um ponto a ser destacado foi o tema da Semana de Diversidade de 2014: "TRAVESTIR-SE DO RESPEITO & DESPIR-SE DO PRECONCEITO: pelo direito d@s pessoas Trans Femininas e Masculinas". A escolha do tema foi resultado da pressão de militantes *trans* dentro da comissão de organização, uma resposta a certa 'invisibilidade' e 'resistência' do movimento LGBT (predominantemente formado por homossexuais masculinos) de encampar bandeiras para travestis e transexuais. Assim os parceiros da Semana de Cidadania foram convidados a direcionar suas atividades para que se alinhassem ao tema.

O espaço da organização da Semana de Diversidade proporcionou um contato prolongado com os ativistas e com as entidades que compunham o calendário de atividades do evento, e minha entrada para a comissão acabou ocorrendo dentro de um duplo registro. Primeiro era encarado como um *ativista*, um sujeito engajado pessoalmente no processo (devido meu histórico de atuação em outras iniciativas dos movimentos sociais do estado) e que conhecia e mantinha laços de amizade com diversos integrantes da comissão. O segundo registro era o de membro da academia, ou mais precisamente na categoria *estudante*, uma vez que minha atuação em grupos de pesquisa e extensão na UFES também era de conhecimento deste público.

A entrada no campo como *estudante* merece uma certa atenção já que gerou duas reações diversas. Não foi difícil para explicar aos integrantes, a maioria habituada em lidar com pesquisadores e com eventos dentro da universidade, meus objetivos de pesquisa e minha participação na comissão de Organização da Semana, porém diante das militantes *trans* encontrei certa resistência.

A ANTRA (Articulação Nacional de Travestis e Transexuais) havia lançado uma determinação, justamente em 2014, desaconselhando a presença de pesquisadores e estudantes nos eventos da entidade. Esta determinação decorre da percepção de que as

travestis e transexuais estariam sendo usadas pela academia e suas pesquisas: os processos de pesquisa, a coleta de histórias de vida, as intervenções dos pesquisadores não trariam resultados efetivos para as populações estudadas. Como Deborah Sabará pontuou em mais de um evento, os estudantes utilizariam as trans para tirar 'dez' em seus trabalhos, abandonando suas informantes logo em seguida. Esta desconfiança para com pesquisadores me foi lançada em diversas situações.

Esse duplo registro que acabo assumindo durante as observações do campo político não deve, contudo, ser compreendido como um entrave para a constituição da pesquisa. Concordo com Roberto Cardoso de Oliveira (2006) quando ele pontua que, no método da 'observação participante', o pesquisador assume (ainda que de forma ideal) um papel perfeitamente 'digerível' para sociedade observada, a ponto de viabilizar uma aceitação senão ótima pelos membros daquela sociedade, pelo menos afável, de modo que não impeça a necessária interação.

Complementando a observação participante empreendi quatro entrevistas semiestruturadas (ANEXO II) com militantes *trans* durante o mês de novembro a dezembro de 2014 com o intuito de colher de forma mais sistemática as impressões das ativistas priorizando os temas: (1) atuação da ativista em iniciativas dos movimentos sociais LGBT de forma geral e em torno da agenda política *trans* de forma específica focando sua entrada no movimentos e histórico de espaços políticos onde atuou; (2) as concepções e elaborações em torno dos três temas da agenda *trans* analisando sua pertinência no contexto local e se existem demandas não contempladas nesta agenda que são julgadas pertinentes pelos ativistas.

A opção pela entrevista semiestruturada se mostrou mais frutífera do que a de questionários fechados com perguntas direcionadas e respostas previamente estipuladas (também chamado de recurso de *múltipla escolha*) que não se apresentou como o recurso mais apropriado para esta proposta de uma análise interpretativa. Úteis para o levantamento de dados quantificáveis e para a utilização de soluções estatísticas, os questionários fechados não permitem atingir as elaborações mais profundas (e muitas vezes 'inconscientes') sobre o sentido e significado da atuação coletiva no campo político, muitas vezes elaborado de forma espontânea pelo entrevistado e que não poderia ser previsto dentro da formulação de um questionário 'fechado'

de elaboração “apriorística”<sup>21</sup> (CAMPOS, 2004).

Isso leva a considerações metodológicas de como lidar com os dados colhidos em entrevistas que, em realidade, se constituem mais como diálogos do que como inquéritos. É certo que “a tarefa de coletar dados é extremamente trabalhosa e tradicionalmente individual” e que “muita energia faz-se necessária para tornar os dados sistematicamente comparáveis” (NEVES, 1996, p. 4). As quatro entrevistas, realizadas com uma duração média de uma hora e meia, geraram um total de aproximadamente seis horas de gravações, e precisaram passar por uma “codificação [...] processo através do qual os dados brutos são sistematicamente transformados em categorias e que permitam posteriormente a discussão precisa das características relevantes do conteúdo” (CAMPOS, 2004, p. 614).

Os conteúdos das respostas foram dispostos em uma tabela, em que foram transcritos os dados do 'perfil' do interlocutor (nome, idade, escolaridade, local de atuação atual) e, posteriormente, foram inseridas em campos específicos as ponderações levantadas para os demais temas, optando pela transcrição parcial das conversas. Assim dispostas espacialmente, 'verticalmente' em colunas, as informações, as principais categorias levantadas e os diagnósticos mais frequentes puderam ser comparados e os pontos de aproximação e distanciamento entre as entrevistadas ficaram mais evidentes.

Em resumo, recorreremos ao recurso da entrevista semiestruturada por dois motivos distintos e complementares: (a) mediante a existência de um roteiro de entrevista previamente estipulado, levantamos conjuntos de dados que em certa medida são comparáveis (passíveis de tabulação) onde a pretensão é levantar as semelhanças nas 'trajetórias' de militantes e nos sentidos compartilhados da atuação política; (b) uma vez que o questionário é direcionado, mas não fechado, a entrevista é conduzida de forma mais livre, permitindo maior interação e o surgimento de questões e informações não aventados de forma apriorística pelo entrevistador, assim este recurso parece mais alinhado com as pretensões de um estudo interpretativo. O objetivo está de acordo ao de levantar dados “quase-empíricos” (BECKER, 1997) passíveis de análise e comparação (MITCHELL, 1987).

Embora as entrevistas constituem o cerne dos dados sistematicamente comparáveis entre si, e

---

<sup>21</sup> Embora a concepção de parte do questionário focando o que aqui chamo de agenda *trans* já constitua uma elaboração a priori do objeto, baseada em dados empíricos sistematicamente coletados em pesquisas anteriores.

o principal material utilizado no terceiro capítulo desse texto, não foram, contudo, as únicas fontes utilizadas para a presente reflexão. Tomei o cuidado de realizar registros fotográficos e gravações de áudio de falas de ativistas *trans* em espaços públicos, no momento em que elas se apresentavam como *palestrantes* ou quando 'tomavam a palavra' em eventos abertos. Uma vez que eram espaços de circulação irrestrita, alguns inclusive com cobertura de meios de comunicação, não foi solicitada formalmente a permissão das 'palestrantes' para o registro. Importante frisar que em conversas reservadas e bate papos ocasionais não houve registro de áudio, o que configuraria (a meu ver) uma falha ética junto as interlocutoras desse estudo.

Retornando as entrevistas, não tive qualquer dificuldade em obter a concordância de todas para que as entrevistas fossem gravadas e, em um segundo momento, foi disponibilizado o arquivo de áudio para cada entrevistada. O objetivo era permitir que cada ativista pudesse indicar pontos problemáticos em suas falas, indicando correções de sentido ou supressão de trechos que poderiam ser mal interpretados. Esta proposta foi acatada com entusiasmo por algumas das entrevistadas que se sentiram mais a vontade para estabelecer o diálogo<sup>22</sup>.

O anonimato nas entrevistas foi sugerido porém, uma vez que se tratavam de figuras públicas todas optaram pela preferência de manter seus nomes pessoais<sup>23</sup> nas entrevistas. Como apontam outras pesquisas com movimentos políticos (CARVALHO, 2011; BARBOSA, 2010) alguns militantes exigem que seus nomes sejam utilizados por reconhecerem que suas posições políticas são 'públicas' e que a autoria sobre seus comentários não poderia ser omitida.

A primeira entrevista foi realizada com Layza de Castro em 12 de novembro de 2014, ativista *trans* de 27 anos que reside no município de Serra. Layza é integrante de diversas entidades capixabas: integrou o Fórum LGBT da Serra, é conselheira do Conselho do Negro e do Fórum de EJA (Educação de Jovens e Adultos) daquele município. Também foi fundadora da Associação Arco-Íris Espírito santense (que atualmente se encontra com as atividades suspensas).

A segunda entrevista foi realizada na UFES com Natália Becher, estudante de medicina de 34

---

<sup>22</sup> Importante frisar que não recebi nenhuma solicitação de alteração ou supressão do conteúdo por parte das entrevistadas.

<sup>23</sup> Por nomes pessoais estou indicando os nomes que foram espontaneamente indicados no começo de cada entrevista.

anos, em 13 de novembro de 2014. Natália integrou o Fórum Municipal LGBT de Vitória, além de participar de outras iniciativas do movimento LGBT no estado como o GEPS (Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades/UFES) e o CORES (Consciência, Orgulho e Respeito no Espírito Santo)

Carlos José dos Santos<sup>24</sup>(42 anos) é enfermeiro e residente em Cariacica, município da Grande Vitória e me concedeu a entrevista em 02 de dezembro de 2014. Carlos atuou como agente de prevenção na ACARD, sendo esta atuação seu primeiro contato com o movimento LGBT no estado, e foi ponto focal do projeto Trans em Ação, que foi executado em 2015.

Deborah Sabará, de 35 anos, é atualmente assessora parlamentar na Assembleia Legislativa do Estado (ALES), e me concedeu a entrevista em 05 de dezembro de 2014. Débora é a principal militante trans no estado, integrando as principais entidades ativas que tive a oportunidade de observar. Além de coordenar o Projeto Trans em Ação no ano de 2015, ela também é Coordenadora de Assuntos Institucionais do Fórum Estadual LGBT, Diretora da Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), Diretora da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) e Presidenta da Associação GOLD (Grupo Orgulho, Liberdade e Dignidade).

As quatro ativistas entrevistadas<sup>25</sup> apresentam trajetórias distintas de engajamento político e de atuação militante, o que nos permite analisar a questão por diferentes perspectivas, bem como indagar sobre como a trajetória delas no 'campo' político gera mudanças subjetiva nos sujeitos mediante a incorporação de suas lógicas.

Esta abordagem do espaço político da militância *trans* já fora utilizada em trabalhos anteriores (TOSTA, 2009; CARVALHO, 2011; BARBOSA, 2010) e nos parece interessante apontar, sobretudo no trabalho de Mario Felipe de Lima Carvalho (2011), as “três principais demandas do movimento de travestis e transexuais [...] que são: a facilitação do processo de alteração

---

<sup>24</sup> Carlos foi o único entrevistado que utilizou seu nome de registro e tratamento masculino na entrevista. Em outras atividades, como os materiais gráficos produzidos para o Dia da Visibilidade Trans (29 de janeiro de 2015), Carlos se apresenta como Maria José. As negociações entre as identidades disponíveis no campo político já foram abordadas em outros trabalhos (TOSTA, 2009; CARVALHO, 2011; BARBOSA, 2010) e esta é uma evidência da fluidez que a identidade por vezes detém.

<sup>25</sup> O número reduzido de entrevistas deve-se, sobretudo, ao número reduzido de ativistas nas atividades e entidades das quais participei. Para além das quatro entrevistadas poderia citar, nominalmente, mais três ativistas travestis e/ou transexuais atuantes nestes espaços. São elas: Andreia Laís Cantelli, Vanilly Borghi e a vereadora Moa Sélia (PR / Nova Venécia). Com exceção da vereadora Moa Sélia (que estava hospitalizada no período da pesquisa) as demais ativistas foram contactadas, porém não aceitaram participar das entrevistas.

de nome e sexo no registro civil, o acesso a tecnologias de transformação corporal no SUS e a despatologização da transexualidade” (p.87).

A facilitação de alteração do nome nos registros civis remete a demanda mais central por reconhecimento da identidade de gênero de pessoas trans, uma vez que negar o nome leva a graves violações de direitos e situações vexatórias e constrangedoras para travestis e transexuais (CARVALHO, 2011; BARBOSA, 2010). Embora existam legislações locais, como no caso de Vitória, que reconhece o uso do 'nome social'<sup>26</sup> em determinados serviços e instâncias, a mudança do registro civil continua condicionada a uma demanda judicial cujo sucesso é sempre incerto. Atualmente tramita na Câmara dos Deputados a PL 5002/2013 de autoria dos deputados Jean Willys (PSOL/RJ) e Erika Konkay (PT/DF), em que garante o reconhecimento da identidade de gênero e a alteração dos registros civis, porém por ser controverso não existe previsão de quando irá a votação.

Já as demandas de acesso às tecnologias de modificação corporal assistidas pelo SUS remete ao “direito ao próprio corpo” (CARVALHO, 2011, p. 112) e seus embates entre a autodeterminação dos sujeitos e o modelo de saúde (BENTO, 2006; 2008). As possibilidades de acesso a modificação corporal para as pessoas trans via SUS hoje são condicionadas pelos “protocolos” que levam a construção de uma “diagnóstico diferenciado” (BENTO, 2006, p. 47) de Transtorno de Identidade de Gênero (TIG). Assim temos as pessoas transexuais condicionadas ao diagnóstico e uma exclusão das pessoas travestis no processo transexualizador<sup>27</sup>.

Por fim a despatologização das identidades trans é uma reivindicação que parece central para o movimento internacional mas se apresenta como um impasse para as ativistas brasileiras (CARVALHO, 2011). Na etnografia de Mario Felipe Carvalho a campanha levada a cabo pela militância trans internacional e parte da academia brasileira de redefinir as identidades trans fora dos marcos da patologia<sup>28</sup> é vista com cautela por parte do movimento que, mesmo não se

---

<sup>26</sup> Uma definição sucinta de nome social pode ser encontrada na Portaria 233 de 18/05/2010: “entende-se por nome social aquele pelo qual essas pessoas se identificam e são identificadas pela sociedade” (BRASIL, 2010)

<sup>27</sup> Embora a Portaria (2803/2013) que redefine o processo transexualizador no SUS emitida pelo Ministério da Saúde tenha por diretriz a “integralidade da atenção a transexuais e travestis”, essa segunda população parece, na fala das minhas entrevistadas, não ter assistência para a concretização das modificações corporais.

<sup>28</sup> Importante frisar que essa foi uma campanha bem-sucedida dos homossexuais na década de 1980 que redefiniu o 'homossexualismo' de uma patologia para a categoria de outras condições psicossociais benignas.

considerando 'doente', ainda vê na patologização a garantia do acesso as modificações corporais pelo SUS. Assim este grupo de demandas, ao qual chamarei neste trabalho de 'agenda política *trans*', nos permitirá uma comparação entre a militância *trans* local e a agenda política gerada na articulação nacional.



## 1. O QUE HÁ DE POLÍTICO NUMA 'IDENTIDADE'?

Transformei-me literalmente num marginal, pois vivia à parte, à margem. Não pertencia nem ao grupo majoritário heterossexual e aceito, nem a qualquer grupo minoritário e discriminado. Não me sentia mulher nem homossexual. Ainda desconhecia todas as categorias 'inventadas' em meados do século XX. Sabia que não era aprovado pela maioria. Em que grupo existente me enquadrava?

Algo errado havia. Se fosse uma doença, onde e como? Não inspirava pena ou compaixão. E como explicar minha refinada sensibilidade, que me fazia ter uma doída lucidez, a ponto de viver minhas fantasias tão intensamente sem perder o senso de realidade? Por essa incompatibilidade da minha mente com as partes do meu corpo, numa inversão total de imagem, tornei-me, cada vez mais, um ser angustiado. Além de tudo, cômico de que argumento algum poderia me justificar. [...]

Percebi, então, que o 'sem sentido' e o 'sem valor' da minha angústia me tornavam um estrangeiro neste mundo tão cheio de categorias. A ironia era precisar de um rótulo, do que todos tentam fugir

*João W. Nery. Viagem Solitária: memórias de um transexual trinta anos depois*

As 'travestilidades' tem sido compreendidas na produção acadêmica brasileira como uma “experiência identitária” conforme proposto por Joan Scott (1998)<sup>29</sup>. Descrever uma “experiência”, segundo Scott, foi por algum tempo um recurso metodológico válido na historiografia para dar 'voz aos excluídos' descrevendo suas histórias de vida e suas resistências e opressões específicas, trazendo a luz do dia os sujeitos “invisíveis” que tem sua existência social negada por estruturas opressoras (como a homossexualidade enclausurada no 'armário' ou a violência de gênero dissimulada nas relações familiares). Porém, a descrição das experiências subalternas e estigmatizadas parece se constituir em uma armadilha analítica uma vez que a mera descrição de sua existência acaba sendo realizada dentro do registro histórico singular da sua opressão.

A crítica elaborada por essa autora repousa na constatação de que o processo de retirar uma experiência do anonimato significa descrevê-la dentro das estruturas que a conduzem a exclusão, reproduzindo o funcionamento do “sistema ideológico em si, suas categorias de representação [...] suas premissas sobre o que essas categorias significam e como elas operam, e de suas ideias de sujeito, origem e causa” (SCOTT, 1998, p. 302). Os sujeitos que

<sup>29</sup> Esta perspectiva foi desenvolvida em minha monografia de graduação (TOSTA, 2009) e nas diversas produções acadêmicas brasileiras sobre travestilidades (PELUCIO, 2009; KULICK, 2008; BENEDETTI, 2005) e transexualidades (BENTO, 2006).

emergem dessas narrativas libertadoras acabavam se reduzindo a sujeitos a-históricos, fixos e imutáveis, como se houvesse uma essência interna, um componente natural que delimitasse sua constituição e que era compartilhado por todos os indivíduos do grupo.

É precisamente contrariando esta perspectiva que a autora propõem que não existem sujeitos que detêm experiências de opressão, mas a experiência é o nome que deve ser dado ao processo que funda esse sujeito, que o habilita a enunciar sua história e promove a possibilidade de emancipação. Ou como formula Avtar Brah, “contra um 'sujeito da experiência' já plenamente constituído a quem as 'experiências acontecem', a experiência é o lugar da formação do sujeito” (BRAH, 2006, p. 360).

Esta proposta analítica é levada a diante pela ideia de “performatividade de gênero” tal como desenvolvida por Judith Butler (2007; 2014) que se tornara um dos pilares para compreender a produção discursiva das identidades de gênero. O gênero (masculino/feminino) não pode ser compreendido como um atributo que o sujeito carrega em si, uma característica que ele porta a partir de sua constituição genética ou biológica, mas um processo de formação: sua primeira identidade, sua entrada na esfera da inteligibilidade, o atributo adquirido que limitará sua compreensão e sua atuação na interação social.

Seguindo esta produção teórica, é recorrente a observação de que certas experiências identitárias acabam por extrapolar os limites das relações cotidianas e pessoais e ingressam em outras esferas de atuação. Tal proposta teórica e analítica é levada a diante por que Butler que revela, ao mesmo tempo que critica, a centralidade da produção do 'sujeito' mulher para o projeto político feminista (BUTLER, 2014) buscando a superação de um feminismo “sem mulheres”. Também encontramos nos trabalhos de Regina Facchini (2005) e Edward MacRae (1990), que produziram etnografias sobre as relações entre as experiências identitárias e mobilização política no Brasil<sup>30</sup>.

Guiado por este olhar teórico, me surpreendi com a pouca ênfase identitária do grupo de *agentes* da ACARD frente as interpelações dos pesquisadores. Não que categorias de identidade não fossem mobilizadas por eles, longe disso, mas a atuação dos *agentes* dentro desta organização do movimento social capixaba, que lida diretamente com a temática de

---

<sup>30</sup> Edward MacRae (1990) etnografou o que é considerado o marco inicial do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) no final da década de 1970 e início de 1980. Já o trabalho de Regina Facchini (2005) focou o que ela chama de 'reflorescimento' do movimento na segunda metade da década de 1990.

diversidade sexual – notadamente compreendida como marcada pela 'política de identidade' –, acionava solidariedades e compromissos que não pareciam ser decorrentes de experiências de identidades compartilhadas.

Para delimitar o que acredito ser um componente crucial para compreender os movimentos sociais – e que será o fio condutor desse trabalho – este capítulo partirá da constatação, apoiada em Tarrow (2009), Benford e Snow (2000) e de Polleta e Jasper (2001), de que a identidade coletiva é um elemento imprescindível da forma de mobilização política que conhecemos atualmente como movimentos sociais, garantindo os laços de solidariedade e as bases culturais de significados compartilhados para promover a ação. Porém, esta identidade coletiva é produzida durante o processo de mobilização: não pode ser tomada como uma entidade ontológica anterior a ação política. O desdobramento deste argumento, por sua vez, leva a constatação de que o processo de produção de uma 'experiência identitária' coletivamente compartilhada não é (necessariamente) concomitante, idêntico ou intrincado com o processo que alça esta 'experiência' à categoria de 'identidade coletiva'.

### **1.1. Movimentos sociais e identidades coletivas**

A 'identidade' é uma dimensão individual ou coletiva? Na concepção de 'experiência' a identidade assume este lócus de inter-relação entre a vivência individual e social. Os sujeitos são moldados pela experiência, porém esta não ocorre num vácuo social desprovido de relações, normas, instituições e “associações involuntárias” (WALZER, 2004) e, portanto, é um processo de constituição que o localiza em seus múltiplos posicionamentos sociais. Estes também produzem subjetividades por processos específicos de constituição de sentido de suas relações com o mundo e, embora tal processo nunca seja concluído (muito menos levado a cabo de forma estritamente individual), é mediante uma identidade que podemos experimentar a sensação contingente e temporária de um 'eu' coerente e estável (BRAH, 2006).

A abordagem da identidade como uma experiência compartilhada, mesmo que de forma contingente, é encontrada em relevantes trabalhos que se debruçaram sobre as travestilidades

e transexualidades. Por exemplo, Berenice Bento (2006) ao se questionar sobre a possibilidade da existência de uma 'identidade transexual' esbarra num dilema: estes sujeitos não desejam a identidade de transexual, mas almejam o reconhecimento como homens e mulheres 'normais', após os processos cirúrgicos, hormonais e discursivos exigidos pelos protocolos médicos. Porém, foi precisamente nas observações de campo junto as entidades que compõem a “Federação Espanhola de Transexuais” (idem, p. 31) que a autora pode observar que o principal ponto ao qual convergiam os sujeitos eram as vivências compartilhadas de emoções e sentimentos. Os insultos, as histórias de humilhação e sofrimento, as emoções similares frente aos atos de preconceito e opressão é que geravam a solidariedade e a cumplicidade. Esses eram os elementos que davam 'liga' ao emaranhado de vivências concretas (e individuais) de cada militante. Conforme relata a autora:

Aos poucos, veem-se desenhar os traços de unidade baseados em laços aparentemente invisíveis, mas que têm como lastro de sustentação as emoções e a necessidade de encontrar pessoas que tenham “sentido na carne o mesmo que eu” ou, como disse outro militante do GIGT, “é muito bom encontrar pessoas que sabem do que eu estou falando. Encontrar gente como eu me deu um grande alívio, senti que não era uma loucura minha, que não estava só”. O coletivo é um espaço de fala e de encontros (idem, 2006, p. 224)

Este poderoso *insight* não passou despercebido nas produções teóricas sobre as 'identidades coletivas' necessárias para a mobilização dos movimentos sociais, porém, nestas teorias a 'identidade' parece assumir outras propriedades. Sidney Tarrow (2009) ao analisar os movimentos sociais acentua a importância da mobilização ou liberação dos “sentimentos de solidariedade ou identidade” (idem, p. 23) em sua composição: o movimento social seria uma forma específica de manutenção continuada de um confronto político, onde se definem atores sociais que são sustentados por “densas redes sociais” (idem, p. 18).

Assim, em sua obra *O poder em movimento* (2009), Tarrow está preocupado, sobretudo, com os elementos que permitem ligar diversos tipos de confronto político em um *continuum* de fenômenos: que podem ir da reivindicação pacífica a revolução violenta. Os movimentos sociais, dentro deste *continuum*, são uma forma específica e moderna de confronto político que se assentam em redes sociais de apoio e em esquemas de ação coletiva que possibilitam a

manutenção de embates 'sustentados' contra opositores. Tarrow não pretende realizar uma história do conflito, mas propor um quadro conceitual para entender os movimentos sociais, os ciclos de confronto e as revoluções dentro de uma categoria mais geral de confronto político, já que, muitas vezes, esses fenômenos sociais são encarados pelos teóricos como dinâmicas peculiares e não como partes de algo mais geral.

Dentro desta concepção de Tarrow, o conceito de 'ação coletiva de confronto' é crucial, e se caracteriza pela mobilização coletiva de pessoas sem acesso regular às instituições de poder e que agem em nome de demandas novas ou não atendidas e que, por isso, assumem um comportamento de desafio a outras pessoas ou autoridades. O confronto político seria, então, utilizado para explorar oportunidades políticas, criar identidades coletivas, reunir pessoas e organizar grupos de ação (idem, p. 19).

Mesmo reconhecendo que a 'identidade' é um elemento importante na mobilização, a centralidade nesta abordagem estava nas Estruturas de Oportunidades Políticas e seriam as mudanças nestas oportunidades os elementos principais que alimentam o confronto e, por consequência, os movimentos sociais. A proposta de pensar a política como 'processo' acaba, com isso, incorrendo em certas reduções e simplificações que parecem úteis para a explicação dos macroprocessos, mas dizem muito pouco sobre a constituição dos sujeitos concretos que efetivamente se mobilizam nos episódios de confronto. Mesmo cientes dos riscos desta simplificação, os principais partidários dessa perspectiva para 'pôr em marcha' suas análises pressupõem que “los actores políticos los constituyen conjuntos de personas y relaciones entre personas cuya organización interna y sus conexiones con otros actores políticos mantienen una sustancial continuidad em el tiempo e el espacio” (McADAM; TARROW; TILLY, 2005, p. 13). Com esta postura, incorrem nos perigos da fixação das categorias identitárias dos quais nos falava Joan Scott e limitam sua possibilidade de análise dos sujeitos das mobilizações.

Compreender os macroprocessos não é uma tarefa simples, porém concordo com a posição de James Jasper (2012) de que uma análise de 'cima para baixo' parece inapropriada se não formos capazes de compreender como se dão os fluxos contrários, ou seja, de 'baixo para cima'. Caso aceitemos a alegação da teoria do processo político de que os movimentos sociais se assentam nas 'densas redes sociais' para gerar mobilização, é imprescindível explicar como tais redes se produzem e se sustentam. As críticas de que o foco no processo político

“ignoraba las elecciones, los deseos y los puntos de vista de los actores: los participantes potenciales se daban por sentados y como ya dados, tan sólo esperando la oportunidad de actuar” (idem, p. 12) deve ser levada a sério quando nos deparamos com exemplos concretos de mobilizações baseadas em 'experiências compartilhadas', como ocorre com os sujeitos transexuais estudados por Berenice Bento.

Os sentimentos de solidariedade e identidade nos quais se assentam os movimentos são, portanto, elementos cruciais, porém faltava a preocupação de explicá-los. Robert Benford e David Snow (2000) ao proceder suas análises sobre os processos de 'enquadramento' (*framing*), que se processam nos movimentos sociais, também assinalam que a questão da identidade é fundamental nas análises sobre os movimentos sociais. Os processos de 'enquadramento' evidenciam o trabalho de significação coletiva que os movimentos devem proceder: a 'disputa' pela produção dos ideais, a negociação de interesses compartilhados e os significados da mobilização política ou da oposição a ela. Da perspectiva da análise dos processos de enquadramento, os movimentos sociais não seriam vistos como operadores de significados ou ideias sempre existentes: os sujeitos da mobilização são vistos como agentes ativos e engajados nos processos de produção e manutenção dos significados que enredam os atores, opositores e observadores do processo político. Em outras palavras, o 'marco' denota uma “contention at the level of reality construction” (idem, p. 614).

Os *frames*<sup>31</sup> foram apontados como importantes mecanismos teóricos para restituir o componente cultural na análise política ainda marcada por enfoques estruturais, como é o caso das teorias do processo político (JASPER, 2012), e foram utilizados tanto para analisar as relações microssociológicas de constituição das redes e identidades ativistas, quanto para compreender os contextos macropolíticos de formação das demandas e problemas políticos (FRASER, 2008).

O 'enquadramento' ao ser conceituado como o trabalho de significação ou de construção de significados denota um fenômeno ativo, ou seja, dotado de agência. Os contextos sociais, os discursos compartilhados e as histórias de vida influem em suas construções, porém os 'quadros' não podem ser compreendidos como meras reações a eles. Robert Benford e David

<sup>31</sup> *Frame* é um conceito sem uma tradução unívoca nos trabalhos acadêmicos realizados no Brasil ou na tradição teórica em língua portuguesa. Neste texto, quando optei por traduzi-lo utilizo as palavras 'marco' e 'quadro' sempre destacadas por aspas simples. Já para o processo, chamado de *framing*, opto pela tradução como 'enquadramento'.

Snow (2000) apontam que a apropriação da ideia de 'enquadramento' para a compreensão dos movimentos sociais deriva inicialmente dos trabalhos de Erving Goffman que pensou os *frames* como 'schematas' de interpretações, semelhantes a mapas mentais que os indivíduos adquirem por assimilação ativa do seu contexto social. Esta abordagem, porém, parece mais adequada para o nível de análise psicológico e individual. Enquanto realização coletiva, o 'marco' do movimento social para ser adequadamente compreendido deve ser encarado como fenômeno produtivo e processual. Mais do que assimilação dos conteúdos, ele denota disputa e negociação de quais componentes devem nele ser inseridos e quais devem ser deixados de fora, em um processo ininterrupto que não almeja ser finalizado: sempre existirão conflitos e disputas entre os componentes do *frame* de ação coletiva.

Estes 'pacotes' de significados incluem também os processos de construção de identidades que são inerentes aos processos de constituição dos “quadros interpretativos” (idem, p. 631) – a identidade, com efeito, seria um desses *frames* ou 'quadros' interpretativos produzidos na ação coletiva.

Ao partir destas considerações, fica claro que os movimentos sociais necessitam acionar solidariedades entre seus integrantes para mobilizá-los para a ação e que estes indivíduos devem compartilhar conteúdos culturais específicos que tornem esta ação significativa e possível. Tomando novamente o caso da ACARD, esta é uma Associação da sociedade civil que depende, em grande medida, dos recursos levantados junto ao Estado por intermédio de convênios e projetos de intervenção<sup>32</sup>, porém nos períodos em que estes convênios estão suspensos ocorre um 'esvaziamento' do grupo que vê seus recursos financeiros exauridos e sua continuidade emacada. Nestes períodos, segundo relatos de coordenadores da Associação, a atuação voluntária mobilizada na rede de 'amigos' é imprescindível para a manutenção da instituição. Esta mesma rede de 'amigos' é responsável, durante os períodos de maior atividade da instituição (geralmente na implementação dos projetos de redução de danos) pelas oficinas de *capacitação* e *formação continuada* dos *agentes de prevenção*, com o objetivo de qualificar sua atuação ao compartilhar informações sobre redução de danos, atuação cidadã e outras temáticas.

---

<sup>32</sup> Os *agentes de prevenção*, que mencionei anteriormente, atuam num projeto de redução de danos que é financiado pela Prefeitura Municipal de Vitória, mediante a celebração de um convênio com duração estipulada e que foi renovado anualmente pela prefeitura desde sua implementação em 2007.

Nesta direção, Francesca Polleta e James Jasper, em seu texto *Collective Identity and Social Movements* (2001), assinalam que certas perspectivas teóricas têm mobilizado o conceito de identidade coletiva precisamente para preencher as lacunas das teorias de mobilização de recursos e do processo político quanto a emergência, trajetória e impactos dos movimentos sociais (idem, p. 283). As identidades coletivas seriam mobilizadas para responder a quatro tipos de questões que teriam ficado em suspenso nas abordagens anteriores: o surgimento dos atores coletivos durante o processo de mobilização política; os mecanismos de incentivo para ação dos indivíduos dentro dos movimentos; as dinâmicas de escolhas das estratégias de atuação pelos movimentos; e por fim como o movimento social produz mudanças tanto institucionais quanto sociais.

Esta argumentação retoma a crítica, já abordada acima, de que as teorias do processo político e da mobilização de recursos tendem a conceber as 'queixas' ou 'demandas' como questões resolvidas num momento anterior a mobilização política, sendo que suas análises estariam direcionadas aos recursos necessários para possibilitar a ação coletiva. Faltava a essas abordagens compreender os “*macrohistorical context*” (idem, p. 284) dos quais emergem os movimentos sociais e, focando nas identidades, seria possível compreender como surgem os interesses, sem tomá-los como algo dado *a priori*.

Inicialmente concordo com o argumento dos autores de que a identidade pode ajudar a responder a questão dos motivos que levam as pessoas a se engajarem na ação coletiva quando elas podem simplesmente 'pegar carona' na atuação dos outros. A questão do 'carona' configura-se como uma incógnita para os teóricos da ação coletiva desde que foi inicialmente formulada por Mancur Olson em sua transposição dos pressupostos econômicos (e da racionalidade instrumental) para a análise da ação coletiva.

A concepção de sujeitos que agem de forma racional e estratégica, visando a maximização de ganhos e evitando resultados indesejados, acabou por se configurar como um importante paradigma da análise sociológica em contraposição a concepções funcionalistas. Um bom exemplo de definição deste paradigma comumente denominado 'individualismo metodológico' ou 'teoria da escolha racional' nos é dado por Jon Elster (1989), sendo para ele “a doutrina segundo a qual todos os fenômenos sociais (sua estrutura e sua mudança) são explicáveis, em princípio apenas em termos de indivíduos: de suas características, fins e



crenças” (idem, p. 17). O método de focar o indivíduo, que escolhe racionalmente, fora tão bem-sucedido como teoria explicativa da ação coletiva que seus pressupostos podem ser encontrados, mesmo que de forma velada, inclusive nas teorias do processo político de Tarrow, McAdam e Tilly (JASPER, 2012).

As teorias da escolha racional, em suas diversas vertentes, tendem a encarar os movimentos sociais e atividades políticas marcadas sobretudo pelo voluntarismo, como um grande mistério. A atividade política nessas organizações é de resultado incerto resultando em uma disputa prolongada entre autoridades e elites de um lado e as “pessoas comuns” (TARROW, 2009, p. 20) de outro. Os ganhos (quando ocorrem) geralmente não compensam os enormes custos em recursos, tempo e energia despendidos para ação. E, sobretudo, não existem coerções externas que forcem a adesão ao movimento (diferente, por exemplo, dos imperativos de sobrevivência que nos impele a 'voluntariamente' ingressar no mundo do trabalho em nossas sociedades de mercado).

Uma vez que tal engajamento ocorre fora de contextos de 'incentivos'<sup>33</sup> ou de coerções para a ação – sendo que uma entidade do movimento social tem pouco poder para 'forçar' alguém a participar de suas atividades – como explicar que indivíduos que agem racionalmente enveredarão por um caminho que parece conter mais perigos do que recompensas? Como explicar tal voluntarismo sem incorrer num ataque a racionalidade da atividade política? Porque se tornar um ativista quando é possível se beneficiar de forma mais segura da atividade militante de outrem? Qual a vantagem racional e estratégica de ser um ativista e não um 'carona'<sup>34</sup> no processo político?

Para Polleta e Jasper as identidades coletivas parecem explicar melhor as alegrias e obrigações que realmente persuadem as pessoas a se mobilizarem, assim como elucidam as formas como são escolhidas as estratégias de luta política e de mobilização coletiva, afinal: *“if people choose to participate because doing so accords with who they are, the forms of protest they choose are also influenced by collective identities”* (POLLETA e JASPER, 2001, p. 284). As identidades coletivas nos ajudariam a compreender as inadequações da 'racionalidade instrumental' para explicar a escolha estratégica e como os movimentos sociais também transformam as representações culturais e as normas sociais. Focar nas identidades

---

<sup>33</sup> “*Selective incentives*”.

<sup>34</sup> “*Free-rider*”.

coletivas nos permite observar os impactos da mudança social para além das reformas institucionais.

## **1.2. Uma experiência identitária é uma identidade coletiva?**

As experiências identitárias exprimem a relação complexa e contraditória entre a vivência concreta dos sujeitos e suas relações com categorias coletivas, entre 'biografia pessoal' e a 'história coletiva' do grupo ao qual é identificado. A 'experiência' posiciona o sujeito nas malhas das relações sociais, tal como argumentei anteriormente (BRAH, 2006). As travestilidades e transexualidades descritas por essas abordagens (PELÚCIO, 2009; BENEDETTI, 2005; KULICK, 2008) evidenciam que para certos sujeitos, tal 'posicionamento' na estrutura social é seguido por um processo de marginalização social: travestis e transexuais são sistematicamente excluídas de várias instâncias sociais, num processo de redução a uma imagem estereotipada e ligada com a violência, prostituição e crime (TOSTA, 2009; TOSTA e DALTIO, 2012).

Não por acaso, desde a segunda metade da década de 1990, observamos o crescimento do movimento político de travestis e transexuais em luta para reverter este quadro de exclusão e privação de oportunidades. A experiência negativa seria o elo entre os sujeitos, gerando 'solidariedade' e providenciando as 'densas redes' sociais, tal como no argumento de Tarrow (2009) e nas observações de Bento (2006)? Seria ela quem produziria a noção de um 'nós' excluídas e um 'outro' opressor? Mesmo concordando com a prerrogativa de Berenice Bento de que emoções e sentimentos compartilhados são imprescindíveis para a produção das “comunidades de emoções” (BENTO, 2006, p. 222), a explicação por estes termos, a meu ver, é um retorno a concepção de que a percepção da necessidade e do antagonismo são suficientes para gerar mobilização. Uma promessa que remete ao 'sujeito da revolução' marxista que 'deve' se rebelar contra o sistema por uma questão puramente estrutural: a contradição interna do sistema leva a revolução, se o 'sujeito da revolução' não está ciente disso ainda, é por efeito da 'falsa consciência' que não lhe permite ver o seu destino<sup>35</sup>.

---

<sup>35</sup> Este argumento é desenvolvido por Tarrow (2009, p. 28).

A experiência compartilhada de uma identidade comum gera, sim, 'densas redes' sociais que amparam seus integrantes, oferecem solidariedade e abrigo, e são partes indissociáveis do que chamamos de 'realidade' (BRAH, 2006). A vivência cotidiana que compõem a experiência, a meu ver, não deve ser encarada como o lugar do ofuscamento das necessidades, mazelas e interesses por uma 'falsa consciência', mas como *lócus* de processos de construção dos 'quadros' interpretativos que viabilizam a ação coletiva. A identidade do sujeito nunca é um processo acabado, pois a vivência concreta gera sempre novas experiências que o vão formando e, de forma idêntica, os interesses, anseios e demandas dos movimentos sociais são processos ininterruptos de formação de 'pacotes de significação' ou *frames*, sempre em mudança.

Porém, ao que tudo indica, não é qualquer experiência identitária coletiva, ou apenas a experiência negativa, que gera (ou mantém) um movimento social. Edward MacRae (1990) documenta em sua etnografia as primeiras mobilizações que permitiram a formação do movimento social brasileiro em torno de 'homossexuais', mais precisamente a formação do grupo SOMOS de Afirmação Homossexual em 1978. Contudo, grupos de homossexuais já haviam sido pesquisados na sociologia brasileira desde a década de 1950 (GREEN e TRINDADE, 2005). Já as travestis e transexuais só teriam uma ação política relevante a partir da primeira metade da década de 1990 (FACCHINI, 2005; GREEN, 2000; CARVALHO, 2011) após uma década da epidemia de HIV/AIDS eclodir no país. Vamos nos deter por um momento nestes episódios para compreender melhor a questão.

### 1.2.1. O SOMOS e a comunidade de iguais

O movimento político brasileiro que mobiliza identidades sócio sexuais não-heterossexuais<sup>36</sup> tem data de nascimento: 1978. Parece existir um consenso entre pesquisadores do Movimento Homossexual Brasileiro de que duas iniciativas que tomaram corpo nesse ano, o jornal independente *Lampião da Esquina* (no Rio de Janeiro) e o grupo SOMOS de Afirmação

<sup>36</sup> O Movimento Homossexual Brasileiro insere-se num momento histórico do Brasil em que as identidades estrangeiras (como o termo *gay*) e categorias locais (como, *guei*, *bicha*, *bofe* e posteriormente o termo *entendido*) estavam em disputa (GREEN, 2000; TREVISAN, 2000; McRAE, 1990). Logo não considero correto chamar as iniciativas do período de um movimento *gay*.

Homossexual (em São Paulo), foram cruciais para o processo (MACRAE, 1990; SIMÕES e FACCHINI, 2009; FACCHINI, 2005; TREVISAN, 2000; GREEN, 2000).

Não era novidade de que os grandes centros urbanos brasileiros já contavam com 'comunidades' homossexuais, mais ou menos organizadas, que se colocavam em 'movimento' aproveitando o anonimato das metrópoles e os diversos espaços de sociabilidade que elas propiciavam (GREEN, 2000). Porém, um 'movimento' voltado para a mudança social e para a disputa política não parecia possível durante os anos de regime militar, marcados pelo conservadorismo com rígida vigilância e combate a toda e qualquer iniciativa que cheirasse a subversão.

O antropólogo Edward MacRae acompanhou o grupo durante seu curto tempo de vida (1978 – 1980<sup>37</sup>) resultando na obra *A construção da Igualdade* (1990): um detalhado registro etnográfico sobre o funcionamento do grupo. Seguindo seu trabalho, o SOMOS pode ser descrito como empenhado ativamente na produção de uma 'comunidade de iguais', baseada prioritariamente em dois pilares específicos: a percepção de uma 'carência' singular e de uma 'especificidade' comum a todos os integrantes do grupo.

A 'comunidade de iguais' parece refletir os ânimos políticos do Brasil da 'abertura': embalados pelas ideias da contracultura, que finalmente chegavam ao país, os novos movimentos de 'minorias' se apoiavam na repulsa ao “poder entendido de forma genérica e passível de condenação em todas as ocasiões em que sua manifestação era percebida” (idem, p. 23). A comunidade era regida pela horizontalidade, pela recusa na distinção de lideranças do movimento e pela desconfiança crescente quanto as organizações políticas existentes (tanto da direita conservadora, quanto da esquerda revolucionária). Esta comunidade voltada a igualdade apoiava-se na percepção de uma 'carência', uma experiência negativa singular de opressão da homossexualidade frente aos imperativos sociais de conduta dos gêneros e práticas sexuais: “a partir da definição de carências, criam a exigência de novos direitos até então pouco cogitados” (MACRAE, 1990, p. 301).

Mesmo a definição pela 'falta', pela 'carência', não era o elo que unia os sujeitos embora fosse capaz de pautar suas reivindicações ao 'prazer' e a 'legitimidade'. Em maior medida, o que

---

<sup>37</sup> É curioso que o tempo de atuação do SOMOS coincide, quase exatamente, ao tempo de funcionamento do Lampião da Esquina, marcando a “primeira onda” do MHB (FACCHINI, 2005).

garantia a mobilização dos ativistas no SOMOS era a percepção de uma 'especificidade' inerente a todos os participantes: a homossexualidade de seus integrantes. Na verdade, um ponto de consenso que transpassa toda a existência do SOMOS era o grupo ser formado exclusivamente por homossexuais.

Nos moldes da interação observada por Berenice Bento (2006) com as entidades militantes de transexuais na Espanha, a emoção, o sentimento compartilhado de inadequação e opressão, operaram de forma poderosa na aglutinação dos sujeitos no primeiro momento do grupo e geravam solidariedade. O processo de transformar 'emoção' em 'mobilização' era tão intenso que MacRae o descreve como um “casamento” com o grupo (MACRAE, 1990, p. 121) – reuniões de caráter confessional (chamadas de grupos de “identificação” e depois de “reconhecimento”), atividades onde se buscava a “catarse emocional” (MACRAE, 1990, p. 212), a permissividade sexual e interações afetivas/sexuais frequentes entre os membros marcavam a 'comunidade de iguais'.

Contudo, o SOMOS parece ter ruído sob o peso de suas próprias fundações. Por um lado, a horizontalidade oficial do grupo gerou uma divisão não explícita entre os ativistas. A clivagem baseava-se em características específicas detidas por alguns integrantes como eloquência, carisma, beleza física ou experiência em outros espaços de atuação política, ou era marcada pela disponibilidade de recursos como tempo para o ativismo, recursos financeiros ou a possibilidade de exposição pública da própria sexualidade, em um período em que assumir a homossexualidade não se compara com o contexto atual.

Por outro lado, o trabalho ativo na produção de uma concepção de militante homossexual resultou em um achatamento, ou silenciamento, das diferenças internas. Concepções políticas atreladas aos movimentos de esquerda e a tradição marxista sempre foram vistas com desconfiança, porém nunca deixaram de compor a concepção política de alguns ativistas do grupo (MACRAE, 1990; TREVISAN, 2000). As questões das mulheres e dos negros também foram negligenciadas, focando na construção do 'homossexual' e gerando os rachas que levaram o SOMOS a seu prematuro término. Como próprio autor descreve:

[...] sendo um dos princípios básicos desse tipo de organização a recusa frontal a qualquer tipo de hierarquia ou centralismo democrático, não há

nenhuma instância formal de poder que possa fazer uma mediação entre facções em disputa. Isso leva frequentemente a uma ruptura no sentimento de igualdade e de pertencimento a uma mesma comunidade. Uma vez rompido tal sentimento, o grupo pode se desestruturar e seus integrantes se dispersarem [...] Percebe-se aí a importância de 'fatores pessoais' reforçando o aspecto de afetividade nos processos internos de diferenciação e identificação. De toda maneira, o resultado disso é que o Somos se encontrou, 1980, perpassado por uma série de clivagens, desenhando diferentes grupos de interesse político e afinidades pessoais (MACRAE, 1990, p. 288)

### *1.2.2. O CORSA e as mudanças de identidade coletiva*

O fim do SOMOS foi apenas o começo da história. Coincidindo com o declínio das atividades do grupo, o período do final da década de 1970 e início dos anos 1980 foi marcado pela proliferação de grupos de ativismo e militância por todo o país, incentivados pela experiência pioneira de São Paulo e pela comunicação propiciada pelo Lampião (SIMÕES e FACCHINI, 2009). A 'primeira onda' do ativismo homossexual brasileiro só fora refreada pela eclosão de uma epidemia com efeitos devastadores (e ambíguos) para a mobilização política: o HIV/AIDS.

Após os primeiros casos da moléstia no país serem confirmados entre 1982 e 1983, os efeitos sociais da doença foram sentidos para além dos processos de sofrimento e adoecimento. Uma enfermidade desconhecida, incurável e mortal, a AIDS rapidamente se espalhou pelo país e logo se tornou uma metáfora para outros 'males' sociais: a homossexualidade encarada como pecado e depois como doença encontrara finalmente sua contrapartida verificável, a ideia de que a 'homossexualidade pega' agora ganhara um diagnóstico confiável. A reação a 'peste gay' foi violenta, e os 'vetores' da nova doença foram ostensivamente perseguidos<sup>38</sup>. Diante da culpabilização do doente físico, que antes de mais nada era um doente “moral” (TREVISAN, 2000, p. 437), as ideias libertárias do SOMOS pareciam de pouco apelo: o amor livre, a promiscuidade que atacava a moral conservadora, o direito ao desejo. No relato do antropólogo Néstor Perlongher (uma das vítimas da doença), “há, na crise da AIDS, todo um cheirinho de restauração. Chegou-se longe demais, paga-se agora a culpa pelos excessos

<sup>38</sup> A obra de João Silvério Trevisan (2000) relata bem as reações públicas e violentas do período que oscilavam entre a exortação (nos meios de comunicação) para o confinamento dos 'anormais, até a execução sumária de travestis em zonas de prostituição.

libidinosos! Um retorno ao casal, uma volta a família, *a morte definitiva do sexo anônimo e impessoal...*” (PERLONGHER, 1987, p. 52, destaques no original).

Contudo, a epidemia teve um efeito pouco esperado, e nem um pouco previsível nos primeiros anos de medo e insegurança. Seguida de perto pela perda de militantes e pela perseguição aos 'pervertidos' a doença deflagrou uma “*epidemia de informação*” (TREVISAN, 2000, p. 463, destaque no original), levando o discurso sobre sexualidade e profilaxia para dentro das escolas, da família e da grande mídia. Estes acontecimentos ocorriam ao lado da redemocratização do cenário brasileiro, do fim dos aparatos institucionais de controle e censura e do crescente interesse popular pela vida política. Neste contexto, ocorre o “reflorescimento” (FACCHINI, 2005) do movimento homossexual brasileiro na primeira metade da década de 1990.

O movimento homossexual que se fortalece nesse período não guarda muitas similaridades com o SOMOS e sua comunidade de iguais. O cenário político da recém-instaurada democracia parecia convidar as novas organizações a testarem as instituições democráticas, a nova geração de militantes não se mostravam avessos a atuação no campo institucional e menos desconfiados com as instituições e entidades políticas. A resposta a doença levou a um diálogo mais profícuo e próximo entre movimento social e Estado, promovendo as primeiras respostas conjuntas a epidemia e ao fortalecimento das conexões entre sociedade civil e poder público influenciando na institucionalização e na profissionalização do movimento. Este período é abordado por Regina Facchini (2005) que acompanha o grupo CORSA (Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor).

O CORSA inicia sua atuação focando os “homossexuais, bissexuais, lésbicas, travestis e transexuais, doravante chamados de minorias sexuais” (capítulo II, artigo 1º do estatuto social do CORSA, *apud* FACCHINI, 2005, p. 190) tentando diversificar (e nomear) os públicos alvos e os integrantes da mobilização política. Assim, não partilham da veia igualitarista do SOMOS de abafar as divergências internas sob a égide de uma identidade coletiva de 'homossexual militante'. Porém, no desenrolar da atividade do grupo e de suas “conexões ativas” (FACCHINI, 2005) com outros elementos e entidades do movimento político os sujeitos 'nomeados' que são foco de sua atuação passam por consideráveis mudanças.

Essa característica é apontada pela autora como decorrente do “auto grau de reflexividade

presente no movimento” (FACCHINI, 2005, p. 180) que o leva a escolher entre as diferentes categorias sociais existentes para nomear as experiências concretas e vivenciadas pelos sujeitos. Apontar esta 'reflexividade', contudo, não indica que qualquer categoria esteja disponível para qualquer sujeito. Também é certo que os fluxos informacionais e a globalização de certos estilos de vida influem no processo, mas as categorias classificatórias não são apropriadas passivamente (ou viajam de forma idêntica por diversos contextos sociopolíticos distintos) mas, sim, participam de um processo intrincado e conflituoso de ressignificação, de apropriação e de assentamento respondendo a dinâmicas estratégicas, processos esses que podem gerar resultados secundários não previstos. Essa característica 'reflexiva' do movimento de busca e construção de categorias e identidades leva a proliferação de siglas e acrônimos que gera a acusação do movimento promover uma “sopa de letrinhas” (FACCHINI, 2005) que, não por acaso, acaba nomeando a obra da autora.

Será nesta conjuntura que o movimento político de travestis e transexuais no Brasil ensaia seus primeiros passos (CARVALHO, 2011). A 'primeira onda' do MHB guardava com elas uma ambiguidade estrutural: por um lado, embalados pelos ideais da contracultura, a androginia e a transgressão de gênero das travestis era louvada como revolucionária. Por outro, a ideia de formar uma identidade de 'homossexual militante', levava o movimento a se distanciar da imagem estigmatizada da travesti. Já no contexto de epidemia de HIV/AIDS dos anos 1990 e de institucionalização do movimento político baseado na orientação sexual estes sujeitos, apontados de forma violenta como 'vetores' da doença, puderam se apoiar em uma mobilização política que ganhava legitimidade no cenário nacional e sua participação, ainda que tímida de início acabou ganhando evidência e notoriedade.

### *1.2.3 Identidades e engajamentos*

A questão levantada anteriormente ainda fica em suspenso diante desta retomada histórica do movimento político baseado na orientação sexual e nas identidades de gênero: a experiência identitária gera necessariamente ação coletiva pela agregação dos indivíduos e pela produção de um 'quadro' significativo comum? Talvez, Sidney Tarrow (2009) esteja certo ao afirmar



que a principal força que leva a mobilização sejam as mudanças nas 'oportunidades políticas' que abrem as brechas para que indivíduos, já ligados pela experiência compartilhada, possam então adentrar a arena de disputa e tentar inverter o jogo de exclusão social. O processo de 'abertura política' descrito por MacRae (1990) vivido no Brasil em 1978 efetivamente propiciou aos homossexuais dessa década (e não aos de vinte anos antes) se engajarem na disputa por melhores oportunidades de vida, movimento impensável durante os anos de regime militar.

Porém, se a brecha nas oportunidades políticas, propiciada pela redemocratização brasileira no início de 1980, proporcionou a possibilidade de mobilização, ela talvez pouco explique o que levou os ativistas do SOMOS ou os jornalistas do Lampião da Esquina a se engajarem ativamente, enquanto os demais 'homossexuais' continuaram 'caronistas' no movimento. Nos parece mais acertada a constatação de Polleta e Jasper (2001) de que a solidariedade advinda das identidades coletivas seja melhor para explicar a mobilização ativa dos integrantes do movimento social e acaba, assim, se configurando como o desdobramento lógico do processo<sup>39</sup>.

Voltando as travestis e transexuais, temos uma experiência identitária descrita pela literatura histórica e antropológica brasileira como conformada na vivência compartilhada de um conjunto de exclusões sociais. Este quadro compartilhado de injustiça é agravado na década de 1980 com o surgimento da epidemia de HIV/AIDS, que desmobilizou parte dos movimentos homossexuais da época e geraram reações violentas por parte da sociedade. Já na década de 1990, temos o 'reflorescimento' do movimento homossexual marcado sobretudo pelo diálogo dos movimentos sociais com o Estado para esforços na contenção da epidemia mas, também, herdeiro das reivindicações progressistas de 1978. As travestis encontram este quadro de oportunidades políticas para, em 1993, promoverem seu primeiro encontro organizado: I Encontro Nacional de Travestis e Liberados no Rio de Janeiro (GREEN, 2000; CARVALHO, 2011). A partir de então, sua participação é sentida na construção da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) em 1995, e quando ocorrem os ciclos das Conferências Nacionais em 2008 e 2011 o movimento 'trans' já se apresenta como um ator político relevante e legitimado.

<sup>39</sup> Tarrow (2009) também reconhece que após os ciclos de confronto político, quando o movimento social se retira do confronto para comemorar suas vitórias ou amargar suas derrotas, são as identidades coletivas as responsáveis por manter os ativistas conectados e prontos para novos ciclos de confronto.

Seguindo esta argumentação, o 'denominador comum' entre as integrantes dos movimentos sociais de travestis e transexuais seriam suas vivências compartilhadas de exclusão social e opressão de gênero. Bastaria, assim, o 'desdobramento lógico' do processo de que, uma vez que a brecha nas oportunidades políticas se abre e as 'densas redes' de solidariedade preexistentes foram mobilizadas para a disputa política, as identidades coletivas (através dos 'quadros' interpretativos comuns) norteariam a tomada de decisão estratégica e manteriam os integrantes unidos entre os episódios de mobilização.

Porém, se tal solidariedade é produzida, nada parece garantir sua continuidade e efetividade. Sua formação tem como resultado a 'união entre' os indivíduos, e parece decorrente de processos que seriam encarados como isolados: processos de negociação dos significados da atuação política, processos de produção partilhada de visões de mundo e, por fim, de constituição dos 'marcos' interpretativos sobre a existência e coerência dos sujeitos nas tramas sociais. Como no caso do SOMOS, o grupo no qual você 'casa' o mantém enredado em relações de amizade, afeto e cumplicidade, e o move na direção da atuação política. Ainda nesta linha, as emoções e frustrações de uma identidade de gênero não “coerente” com a norma social vigente (BUTLER, 2014) impelem os sujeitos a se apoiarem mutuamente e estabeleceram as conexões ativas para a mobilização, como descreve Berenice Bento. Porém, quando o processo toma ares de produto finalizado, quando o 'homossexual militante' parece coerente e fixo, quando ocorre o engessamento da construção partilhada dos 'marcos' interpretativos, a solidariedade parece se esvaír e os conflitos internos da homogeneidade imaginada do grupo explodem.

A sugestão que emerge do caso do SOMOS é de que, quando a comunidade de iguais deixa de ser um 'processo' e passa a ter certa 'substancial continuidade no tempo e no espaço' (como apontado anteriormente nas teorias do processo político) o mecanismo solidário entra em crise. A 'reflexividade' do movimento social, capaz de produzir e se apropriar de identidades e estilos de vida e dotar a existência concreta dos sujeitos (e a ação coletiva destes) de sentido e coerência, esbarra em sua possibilidade de gerar 'identificação' entre os sujeitos. O signo da identidade só parece dotado de poder aglutinador quando permanece um “significante vazio” (LACLAU, 2011), cujo conteúdo concreto deve ser mantido sempre em aberto: fechar uma identidade 'coerente' é um processo de exclusão e, por consequência, de desarticulação do

grupo.

Porém, as identidades coletivas que adentram o confronto político não são as mesmas que dele saem. Os três conjuntos de autores, que citei para compreender o papel da identidade nos movimentos sociais, são unânimes na opinião de que as identidades coletivas não são entidades preexistentes ao movimento social (embora muitas vezes ocorra a 'simplificação' da questão ao tomá-las como guardando uma 'continuidade' temporal, como apontado). Concordo, assim, com esta concepção das identidades nos movimentos sociais como construídas e modificadas pelos confrontos do processo político, pelas dinâmicas de negociação e disputa dos 'quadros' significativos da ação coletiva.

MacRae (1990), ao etnografar o SOMOS, registrou os “grupos de identificação” responsáveis pela troca de 'experiências' entre os militantes a fim de se afirmarem e produzirem imagens positivas deles mesmos. Porém não era qualquer imagem de 'homossexual' a ser construída em tais encontros, mas uma imagem 'politicamente correta' de um 'homossexual militante'. De forma semelhante, o trabalho de Mario Felipe de Lima Carvalho revela que uma estratégia de “purificar” a imagem degradada da travesti passa pela incorporação de um novo *habitus* via engajamento político, capaz de tornar respeitável os sujeitos anteriormente reduzidos a condição de 'putas' (CARVALHO, 2011).

### **1.3 De qual identidade falamos na política?**

As identidades coletivas, na definição sucinta dada por Polleta e Jasper (2001), são conexões emocionais, morais e cognitivas entre os indivíduos e uma comunidade mais ampla (idem, p. 285). Esta definição em si não entra necessariamente em contradição com a ideia de experiência identitária como intermediação entre a produção individual do sujeito e o grupo social mais amplo ao qual ele é referenciado.

Os processos de subjetivação dos sujeitos via experiência são atrelados a estas conexões emocionais, morais e cognitivas entre sujeito e coletividade dos quais nos falamos Polleta e Jasper. Assim, a sugestão por trás dessa argumentação é de que a 'experiência identitária' e a

'identidade coletiva' não são processos substantivamente diferentes, são provavelmente regidos por mecanismos e dinâmicas muito similares.

Poderiam se configurar em um *continuum* que parte de uma dimensão mais íntima dos sujeitos (experiência compartilhada) para outra mais superficial e estratégica (identidade 'política') regidas, assim, por lógicas diferentes na esfera das interações cotidianas e na esfera das interações estratégicas e racionais<sup>40</sup>? Tampouco me parece ser essa a solução. Uma vez que as identidades coletivas são capazes de acionar os sujeitos para o confronto político (ao manter agregados os ativistas nos momentos de refluxo da ação coletiva e tornando mais evidentes as 'alegrias' e 'compromissos' dos militantes que se engajam de forma 'espontânea' ao movimento social) parece equivocada a conclusão de que se tratam de sentimentos 'superficiais' de lealdade e pertencimento.

Porém, acredito que, levando em consideração os argumentos de Benford e Snow (2000) de que os 'enquadramentos' interpretativos geram, não apenas os conteúdos substantivos dos ideais e demandas dos movimentos mas, também, as identidades coletivas que nele atuam, podemos encontrar uma provável resposta para as diferenças entre experiência e identidade coletiva.

Como a identidade é formada nos processos de disputa e negociação dos significados, 'marcos' cognitivos diferentes devem levar a configurações de identidades diferentes. O mesmo processo de significação da vivência compartilhada, que gera a experiência identitária, também gera a identidade coletiva no processo de disputa política e mobilização coletiva: a travesti descrita na etnografia<sup>41</sup> de Larissa Pelúcio (2009) e a 'respeitável militante' descrita por Mario Felipe Carvalho (2011) não são um *continuum* entre um fenômeno subjetivo e uma construção estratégica. Ambas se tornaram 'sujeitos' pelas mesmas negociações entre individualidade e coletividade mas, ao se referenciarem em *frames* distintos, acabam por produzir também identidades distintas.

Assim, retorno àquela reunião na ACARD e ao meu espanto inicial diante da 'recusa

---

<sup>40</sup> Embora esta concepção de racionalidade na política já não se apresente mais como consenso nas teorias políticas contemporâneas. Para tanto os trabalhos de Iris Young (1987) e Maria Inés Alvarez (2011) são bons exemplos para se criticar a forma como a 'racionalidade' é pensada na política.

<sup>41</sup> Larissa Pelúcio (2009) produziu uma rica etnografia entre as travestis e transexuais que atuavam na prostituição e também como *agentes de prevenção* nos programas de enfrentamento a DST/AIDS em São Paulo.

identitária' dos(as) nossos(as) colaboradores(as) e me questiono qual identidade efetivamente eles(as) rejeitam. Todo movimento social deve se apoiar nas 'redes sociais densas' (e a ACARD, até onde pude constatar, efetivamente mobiliza redes de amigos e parceiros<sup>42</sup>) que são, em última análise, a matéria-prima para a construção das identidades coletivas: sem interação e troca de 'significados', não existe a gestação de uma identidade. No movimento ambiental, pela defesa dos animais ou na associação de bairro, por exemplo, a 'rede' deve ser produzida e ativada (ou se apoiar em instituições já existentes, para depois crescer) e a identidade produzida pelo processo de mobilização pode ser mais evidente, já que uma identidade de 'ecologista' não facilmente se imiscui com identidades de gênero, raciais ou étnicas. No entanto, quando a experiência compartilhada coletivamente de uma identidade tenta se constituir no cerne de uma ação coletiva, numa identidade coletiva, precisamos nos manter atentos a sua especificidade.

---

<sup>42</sup> No início de 2015 a Associação promoveu um 'jantar beneficente' para arrecadar fundos para custear suas atividades. Mesmo o convite tendo sido feito de forma aberta, utilizando-se de plataformas virtuais e de redes sociais da internet, era nítido durante o evento que os presentes eram todos ligados a associação (ex-agentes e membros, ativistas e aliados).

## 2 MOVIMENTOS SOCIAIS, INICIATIVAS E MILITANTES

O Brasil não é um país exatamente muito... assim... tolerante de fato. Um país assim que seja muito... realmente que abarque e respeite toda a diversidade humana. Então assim, sendo parte de uma minoria, e tá vivenciando isso todos os dias, tendo os meus direitos sendo alijados, verem amigas e amigos [...] tendo de passar por situações de desrespeito e discriminação é uma coisa assim que, chega e fala 'alguém faça alguma coisa!' Só que aí entra aquela questão, quem exerce a opressão, pra essa pessoa não é conveniente parar [...] e seu eu não ajudar nem nada então as coisas não vão ficar melhores mais rapidamente se não houver atuação. E eu olhei e falei 'o que me impede de tá atuando?' [...] Até porque muitas vezes vejo que é uma mea-culpa pessoal. E pessoas que atuam na militância [...] vejo muitas pessoas assim com situações assim as vezes muito menos privilegiadas do que a minha situação, são pessoas assim que as vezes tem de matar dois leões por dia, tão ali na luta, e tão fazendo alguma coisa. E eu falei 'o que eu tô fazendo?'. Eu estava sendo a parte assim, que só colhia os frutos, que nem estavam vindo ainda, mais não estava se esforçando pra poder ajudar nessa colheita, nessa construção que seria de uma sociedade um pouco mais justa

[...] Uma amiga minha do movimento feminista trans chegou e me explicou 'olha, agente tem que estar ocupando os espaços, nem que seja pra poder... não só pra poder estar atuando, mas pra poder chegar e mostrar: 'olha! Existem essas pessoas que a sociedade deixava invisíveis, que a sociedade não mostrava e escondia'. Quem são as trans? São pessoas de outro planeta? Quem é travesti? O simples fato de estar ocupando aquele espaço você já mostra que aquela pessoa existe. Só isso já é um ato político

(Natália Becher, entrevista em 13/11/2014)

Era uma tarde de quinta-feira quando tive a oportunidade de entrevistar Natália Becher sobre sua atuação política junto ao movimento LGBT capixaba<sup>43</sup>. Escolhemos nos encontrar na Universidade Federal para nossa conversa, um espaço que ambos conheciam uma vez que Natália é estudante do curso de medicina da instituição. Enquanto procurávamos uma sala de aula livre para gravar a entrevista conversávamos sobre os desafios de cursar medicina sendo uma mulher transexual, os constrangimentos diários frente a alunos e professores e também os estranhamentos com relação a equipe do processo transexualizador do Hospital das Clínicas (HUCAM)<sup>44</sup>.

No trecho acima, Natália discorre sobre os motivos que a levaram a se engajar no movimento, e como se deu sua entrada no campo político. O primeiro elemento que ela levanta foi a percepção de um quadro de condições desfavoráveis para um certo grupo. Assim o

<sup>43</sup> As entrevistas serão retomadas no próximo capítulo

<sup>44</sup> O processo transexualizador no Espírito Santo é feito no Hospital das Clínicas da UFES. Embora o hospital não seja um dos credenciados no ministério da saúde para este procedimento (QUINTELA, 2014) a equipe cirúrgica utiliza-se da prerrogativa de procedimento experimental para realizar as cirurgias de redesignação sexual. Um dado interessante é que segunda cirurgia dessa natureza, no país, foi realizada neste hospital (idem).

*desrespeito* e *discriminação*, são dois elementos que acabaram levantados em todas as entrevistas e essa percepção da diferença de oportunidades (discriminação) e a negação de direitos (desrespeito) leva a inquietação inicial que a leva a perguntar o que a impede de atuar para mudar esse quadro negativo.

Esta inquietação inicial só ganhou corpo quando Natália entrou em contato com os discursos críticos do movimento LGBT e dos feminismos<sup>45</sup> através da internet. Começa então uma fase em que ela se entende meio como uma 'expectadora', meio como uma 'aprendiz': a reflexão acerca dos conteúdos disponíveis na rede mundial de computadores torna-se um referencial para começar a elaborar as estratégias de atuação para a mudança. A partir de então Natália se empenha em iniciativas do movimento LGBT de forma ativa, e começa a se entender como uma militante.

Reconhecer-se como 'militante' é o processo responsável pela formação dos sujeitos da atuação política no movimento LGBT capixaba e nos ajuda a entender o engajamento pessoal e a mobilização coletiva dentro do movimento. Partiremos da proposta de que a 'experiência' de atuação coletiva em um movimento social é tão relevante para a constituição dos sujeitos quanto as vivências de exclusão e opressão que eles sofreram e que se tornaram as forças motrizes de seu engajamento.

A 'experiência' aqui é a dimensão do social que influi no indivíduo, um conceito que inclui “dimensões de afetividade e da sensibilidade, da memória, da imaginação e do projeto” (CEFAÏ, 2009, p. 26). Essa dimensão é que permite os atos de reconhecimento e diálogo entre os militantes e, se por um lado poder-se-ia argumentar que a experiência é um processo puramente 'subjetivo' da ação, para Daniel Cefaï ela tem valor de uma “operação de prova” que transforma tanto os sujeitos da ação quanto a situação concreta submetida a comprovação (idem, *ibidem*).

Assim as mazelas vivenciadas que produzem carências em seguimentos sociais específicos são apenas o primeiro elemento de mobilização. Assim como outros trabalhos considero “relevante resgatar a importância da criação de uma comunidade que compartilha carências para construção de qualquer movimento social” (FACCHINI, 2005, p. 28), porém, uma vez

---

<sup>45</sup> Concordo com Adriana Piscitelli (2002) que é problemático falar em 'feminismo', sendo mais correto a referência a feminismos diante da pluralidade de concepções que levam a formulação da subordinação feminina e das estratégias para sua superação.

rompida a inércia e iniciada a busca por melhores condições de vida via luta política, o processo ganha 'vida própria' e, se não é possível antever os resultados específicos decorrentes da construção destes 'quadros' de significado dentro da militância, é possível, ao menos, observar seus desdobramentos e processos. As identidades mobilizam e são mobilizadas pelo jogo político, se modificam no processo de angariar novos ativistas e efetivamente 'constroem' novas visões de mundo para os sujeitos. Ou como elabora Daniel Cefaï:

Nossa hipótese é que o desafio principal de muitas mobilizações coletivas é o de engajar o devir coletivo e público de um fluxo de experiência. [...] essa dimensão experiencial, indissociavelmente afetiva, cognitiva e normativa, ancorada no presente, mas abrindo para horizontes de passado e presente, em que convicções 'pessoais' vão se formar, se reforçar e se exprimir em um processo de 'coletivização' e de 'publicização' de um caso, de um problema ou de uma causa (CEFAÏ, 2009, p.26).

Entender que os sujeitos inicialmente mobilizados por pertencerem a certas 'categorias' sociais se modificam no decorrer de sua atuação em um movimento social e que tais categorias influem nos processos decisórios e nas escolhas estratégicas na busca de mudanças sociais relevantes, nos leva a indagar sobre o próprio campo político.

Porém descrever o campo de um movimento social é desafiador, seja na identificação dos atores que formam as 'densas redes sociais' de apoiadores, ou na compreensão dos 'significados socialmente compartilhados' que formam os sentidos da ação coletiva. As associações, coletivos, entidades e organizações que o compõem são tão diversas que recorrer a descrição de Henri Ascerald (2010) de uma “nebulosa associativa” não parece exagero. Para Ascerald o campo dos movimentos sociais<sup>46</sup> se apresenta como 'nebuloso' por dois motivos.

Primeiro por ser composto de tantos atores políticos 'multiformes' que o tornam desprovido de uma 'forma', sendo nebuloso por se mover de forma imprevisível, desafiando as categorias e caracterizações teóricas sobre movimentos políticos. Um segundo motivo seria a opacidade decorrente dessa pluralidade de formas associativas, o que tornariam os interesses e discursos internos de cada iniciativa pouco 'transparente' aos observadores externos.

Primeiramente é necessário especificar o que será compreendido como movimento social para

<sup>46</sup> Henri Ascerald constrói essa reflexão ao analisar as iniciativas dos movimentos sociais que compõem o ativismo ambiental no Brasil, porém acredito ser útil estender essa analogia para o campo do movimento LGBT, bem como para outros campos de movimentos sociais.



assim compreender essa “nebulosa associativa”. Partindo do conceito de Tarrow (2009), movimento social é fruto de uma mobilização coletiva que leva pessoas desprovidas de poder a buscar meios de desafiar seus opositores e alcançar seus objetivos. Tal desafio é decorrente da percepção de que a falta de poder enseja uma série de condições desfavoráveis a essas pessoas e, diante deste diagnóstico, a mobilização é necessária para a superação dessa condição desfavorável sendo a ação direcionada a opositores que serão interpretados como agentes dessa opressão ou entraves a sua superação. A mobilização coletiva para se tornar um movimento social deverá se amparar em redes sociais que possibilite angariar recursos e os sentimentos de solidariedade necessários para manter a ação de contestação durante o tempo, e tal processo só é possível através da produção de 'quadros' interpretativos compartilhados que possam dar sentido a mobilização, assim como formulado por Benford e Snow (2000).

Assim o movimento LGBT capixaba pode ser compreendido como a forma que os ativistas do estado encontraram para levar adiante suas reivindicações específicas, frutos de um diagnóstico coletivamente compartilhado de exclusão e opressão. É mediante esta mobilização coletiva que militantes diversos procuram reverter este quadro desfavorável lançando mão de diferentes iniciativas associativas.

Compreendemos como 'iniciativas' os diversos coletivos de pessoas que integram o Movimento LGBT capixaba, independente do seu grau de institucionalização. As entrevistas efetuadas junto as ativistas trans do estado levantaram um emaranhado de associações, entidades e grupos com desenhos institucionais e graus de profissionalização e institucionalização tão díspares que mapear essa 'nebulosa' só seria possível nos atentando para as práticas diferenciais no campo da disputa política. São estas práticas diferenciais, como formulado por Ascerald (2010), que permitem perceber (mesmo diante da heterogeneidade) o reconhecimento mútuo entre elas como parceiras, aliadas e apoiadoras.

Uma vez que as inciativas do movimento foram sendo apontadas nas entrevistas foi possível aplicar o recurso analítico de dotar a 'nebulosa' de certa forma, baseada no reconhecimento recíproco de atuação, esboçando em certa medida uma 'rede' de iniciativas mais ou menos conexas entre si e que:

No interior das redes de movimentos sociais, os critérios de participação são extremamente

instáveis e dependem, em última instância, do reconhecimento mútuo entre os atores; a atividade de definição de fronteiras – isto é, de definir quem faz e quem não faz parte da rede – efetivamente exerce um papel central no surgimento e na formação da ação coletiva (DIANI e BISON, 2010, pg. 04).

Nos trabalhos de Diani e Bison (2010), a 'rede' informal de militância consolida o próprio movimento social, caracterizado como possível “na medida em que vínculos de longo prazo e identidades compartilhadas se traduzem em redes sustentadas entre atores independentes” (DIANI BISON, 2010, p. 19), assim é mediante a análise da 'rede' social do movimento que podemos perceber suas práticas diferenciais, seus processos de coalizão e aliança e, por fim, o funcionamento do movimento. Embora concorde com este argumento não nos centramos nas dinâmicas da 'rede' do movimento LGBT capixaba por absoluta incapacidade empírica de acompanhar de forma pormenorizada todas as iniciativas de movimento social levantadas pelas entrevistadas.

Utilizo o conceito de 'rede' neste trabalho como um recurso mais descritivo do que analítico, semelhante a proposta de Regina Facchini (2005). Tendo em mente as relações diferenciais dos vários atores dentro do campo político levantado, o conceito de 'rede' será utilizado como um recurso “para identificação dos atores em campo” (FACCHINI, 2005, p. 72). Abaixo temos o esquema 'descritivo' da 'rede' do movimento LGBT capixaba:

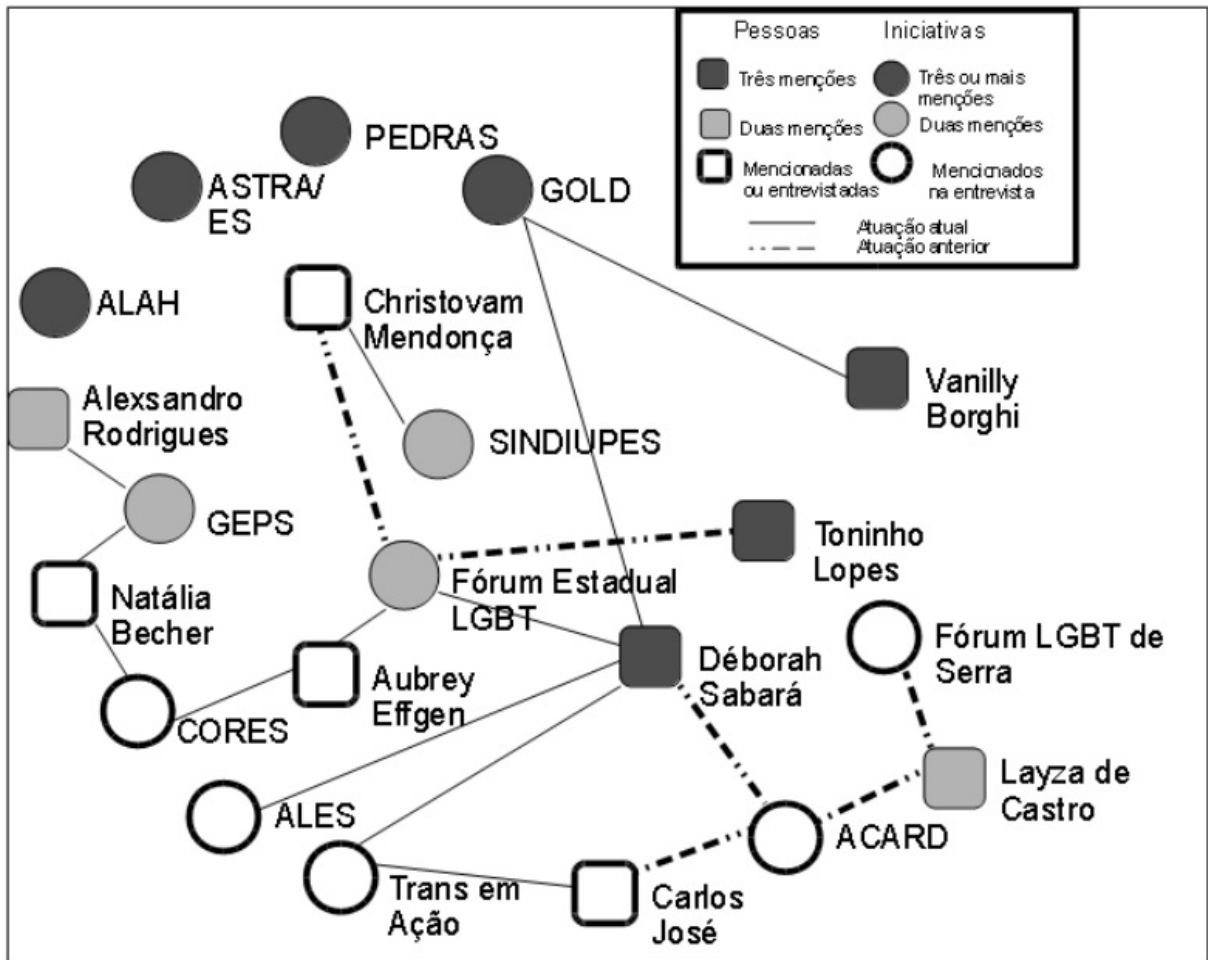


Figura 1: Rede de iniciativas de movimento social capixaba apontada em entrevista

Algumas considerações sobre o esquema, contudo, merecem ser feitas. As ativistas trans, durante as entrevistas, foram questionadas sobre o contexto atual do Espírito Santo e solicitadas a citarem *quais os grupos/associações/coletivos ou pessoas que você julga importantes para o movimento político de travestis e transexuais no estado* (pergunta 4.1 do ANEXO II). O objetivo era colher as principais iniciativas do movimento social que viessem a mente das entrevistadas, de forma espontânea, e gerou algumas reações curiosas.

Deborah Sabará prontamente responde: “agora você vai me fazer pensar lá atrás ... ou vou ter de inventar! Quem nós temos de movimento?”. Após apontar diversas entidades que, segundo sua análise, se encontram com problemas de organização interna (como mais a frente veremos) acaba por citar o Fórum Estadual LGBT como um dos mais ativos atualmente. Já

para Layza de Castro o movimento trans no estado se resumiria a três ativistas evidenciando sua fragilidade e desarticulação, para depois se recordar das iniciativas e entidades que ela mesma indicara no decorrer de sua entrevista como parte de seu histórico de mobilização.

Este esquecimento com relação ao campo político parece decorrente do diagnóstico dessas entrevistadas de que o movimento trans capixaba passa por graves problemas de organização e articulação. Deborah, em um evento<sup>47</sup> na Universidade Federal do Espírito Santo em que estive presente, apontou um cenário pessimista para um movimento social que não avançara significativamente nos últimos quatro anos (sua análise era baseada na administração estadual, que no final de 2014 se preparava para a mudança de gestão).

Após citarem espontaneamente as iniciativas do movimento social julgadas relevantes comecei a questioná-las sobre outras entidades e associações que foram levantadas por outras entrevistadas, ou que foram mencionadas em outros pontos de suas próprias entrevistas, porém não haviam sido indicadas espontaneamente nesta etapa da conversa. Uma vez que esse segundo conjunto de indicações não havia sido feito de forma 'livre', mas direcionado por mim, o esquema foi concebido levando em conta, prioritariamente, as iniciativas dos movimentos sociais levantados de forma espontânea nas respostas.

As atuações da ACARD, e dos ativistas Toninho Lopes, Aubrey Effgen e Christovam Mendonça não foram apontadas de forma espontânea por nenhuma das entrevistadas, porém foram incluídas no esquema, seja devido sua recorrência (a ACARD e o nome de Toninho Lopes acabam indicados por três ativistas nesta segunda coleta direcionada); seja pela relevância em produzir 'conexões ativas' entre as iniciativas.

Mesmo considerando como principais para o esquema da 'rede' as atuações atuais dos ativistas dentro do campo político, também é indicado algumas conexões anteriores existentes. As atuações anteriores nos ajudam a compreender os 'fluxos' de militantes entre as iniciativas do movimento social LGBT, uma vez que este campo político parece dotado de grande rotatividade de ativistas entre as iniciativas.

Outra particularidade do esquema é que ele prioriza as conexões ativista-iniciativa, não

---

<sup>47</sup> Trata-se de um convite, feito a mim e Deborah Sabará pela professora Ana Targina Ferraz, para um debate sobre movimento social LGBT organizado pelo Núcleo de Estudos em Movimentos e Práticas Sociais (NEMPS) dentro do projeto Tecendo Saberes em 25/11/2015.

indicando conexões entre ativistas ou entre iniciativas, embora estas existam. O projeto Trans em Ação foi possibilitado por verbas que foram liberadas pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES), embora a conexão entre as duas iniciativas seja a atuação de Deborah Sabará. Já o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo (SINDIUPES) organiza eventos e atividades com diversas iniciativas apontadas, como o Fórum Estadual LGBT e o GEPS, embora suas conexões não sejam demonstradas no gráfico por depender da atuação de militantes que não foram indicados em entrevistas.

Devemos ter em mente que o esquema, embora útil para compreender o campo político capixaba, não é uma descrição pormenorizada de sua totalidade. A 'rede' aqui levantada é a representação de parte de um conjunto de ativistas e iniciativas mais amplo que se reconhecem como engajados em ações favoráveis à população LGBT, e não 'representativa' da totalidade<sup>48</sup> (num sentido estatístico do termo). Assim, “mais do que fixar tipologias de organizações” (e tentar encaixar a realidade empírica observada nas categorias), o procedimento aqui adotado é mais próximo ao “pragmático ou praxeológico [e] centralizará o trabalho descritivo e analítico em modalidades de engajamento em situações” (CEFAÏ, 2009, p. 23).

Importante frisar, por fim, que nem o comprimento das linhas que marcam as conexões, nem a distribuição espacial das iniciativas e dos ativistas no esquema, corresponde a qualquer critério de importância ou hierarquia dentro do movimento LGBT capixaba. Sua localização no esquema responde a necessidade de tornar clara a leitura das conexões entre iniciativas e ativistas e, com isso, os elementos com maior número de conexões acabaram se posicionando no centro enquanto que os elementos com menos conexões foram posicionados na parte mais externa do gráfico.

## 2.1 Movimento LGBT e militantes trans capixabas

---

<sup>48</sup> Outro desafio para um mapeamento 'total' do movimento LGBT capixaba é a velocidade com que as iniciativas surgem e desaparecem no campo. Durante a fase de sistematização de dados e escrita da dissertação pude observar o surgimento de novos atores políticos no estado, fruto de articulações entre iniciativas e ativistas 'antigos' e novos parceiros, que não puderam ser inseridos na análise.

Assim o que une uma associação que atua na redução de danos em uso de drogas, uma secretaria de diversidade sexual num sindicato de professores e um coletivo informal de cineclubismo é sua 'iniciativa' de atuar na superação da situação desfavorável diagnosticada pelo movimento LGBT. As iniciativas do movimento social podem ser de longa duração, como uma associação, ou com período delimitado de existência, como um projeto de intervenção. Pode ser uma ONG com personalidade jurídica, um coletivo universitário ou uma frente parlamentar na assembleia legislativa. O que as une é o reconhecimento mútuo de seus objetivos como complementares, como componentes que formam o movimento social mais amplo, uma 'identidade' do movimento:

[a identidade] traz consigo um sentimento de propósito comum e de comprometimento compartilhado com uma causa, o que possibilita que ativistas individuais e organizações enxerguem a si mesmos como inextricavelmente ligados a outros atores, não necessariamente idênticos, mas certamente compatíveis, em uma mobilização coletiva mais ampla (DIANE e BISON, 2010, pg. 4)

Tais iniciativas são levadas a cabo por militantes e ativistas, indivíduos que se engajaram pessoalmente no campo político. A ideia de 'campo' político aqui utilizada guarda similaridades com a perspectiva de Pierre Bourdieu (2010) de um espaço social estruturado e estruturante das relações que nele ocorrem. Tal perspectiva não é novidade. Mario Felipe de Lima Carvalho (2011) ao desenvolver sua pesquisa com militantes travestis e transexuais assinala que, se existe um processo de “abjeção”, tal como descrito por Judith Butler (2014), em que as pessoas dotadas de gêneros 'incoerentes' são desumanizadas, ocorrem também projetos de “purificação moral” mediante o engajamento político:

[...] é perceptível que a purificação moral das identidades políticas passa não só por um encobrimento do estigma, mas também pelo aprendizado de comportamentos específicos para espaços que na maioria das vezes não fazem parte do cotidiano dessas pessoas. Assim, creio que se trata da aquisição de um novo *habitus* cultural resultante de uma preocupação com a purificação intragrupal (CARVALHO, 2011, pg. 51, destaque no original)

Como espaço estruturado, o campo político é constituído de lógicas próprias que o organizam, as “regras de funcionamento do campo” (BOURDIEU, 2010, pg. 170) que devem ser

aprendidas pelos neófitos antes que possam ser considerados pertencentes ao campo. Estas lógicas acabam sendo introjetadas pelos indivíduos em 'habitus' que conformam suas formas de compreender o mundo e de tomarem decisões (tornam-se estruturantes de suas ações). Assim, se dá a transformação da “'puta' [que] se torna uma 'respeitável militante' ao adentrar espaços políticos importantes” (CARVALHO, 2011, pg. 50).

Primeiramente considero arriscado falar em um movimento social de pessoas trans no contexto do Espírito Santo, mesmo diante de diversas ativistas e militantes travestis e transexuais engajadas ativamente na disputa política capixaba. O problema é que não parece possível diferenciar um movimento social autônomo que tenha por base a mobilização coletiva de pessoas trans no estado. Assim se um movimento social se constitui na “medida em que atores, tanto individuais como organizados, mantendo sua autonomia e independência, engajam-se em trocas sustentadas de recursos na busca de objetivos comuns” (DIANI e BISON, 2010, pg. 3), o que vemos são demandas e reivindicações (voltadas para a população trans) subordinadas a outras agendas de intervenção e outras disputas políticas.

E esta consideração é curiosa. A primeira organização da sociedade civil engajada ativamente na promoção da qualidade de vida da população LGBT no estado a ser dotada de personalidade jurídica fora uma associação voltada exclusivamente para a população de travestis e transexuais, a Associação de Travestis do Espírito Santo (ASTRA/ES)<sup>49</sup>. Mesmo diante desse histórico, o quadro atual não é promissor: não existem atualmente iniciativas de movimentos sociais que se reivindiquem específicas para pessoas trans no estado. Com exceção do projeto Trans em Ação com duração no ano de 2014, não foram elencadas entidades, associações ou coletivos que reivindiquem esta bandeira específica.

As ativistas entrevistadas nesta pesquisa integram diversas outras iniciativas de movimentos sociais tais como associações de moradores, fóruns e conselhos municipais de participação da sociedade civil, movimentos culturais como o Carnaval e os Arraias<sup>50</sup>, além das iniciativas

---

<sup>49</sup> Segundo indicado por ativistas a ASTRA/ES é proveniente da articulação entre ativistas trans em São Mateus (cidade ao norte do Espírito Santo) durante a década de 1970. Deborah Sabará indica em sua entrevista que a Associação, enquanto foi capaz de dialogar com o poder público (principalmente via secretaria de saúde) foi muito ativa na cidade, perdendo influência e capacidade de atuação posteriormente. Até onde foi possível verificar, a ASTRA/ES encontra-se atualmente em processo de dissolução.

<sup>50</sup> A cidade de Vitória tem a tradição de festas populares com certo grau de profissionalização e incentivos do poder público, como o Carnaval e suas escolas de samba e as Festas Juninas (também chamados de Arraia da Cidade) onde ocorrem as competições de quadrilhas (grupos de dança).

mais específicas voltadas aos Direitos Humanos e ao movimento LGBT.

Durante as entrevistas, ao questionar sobre a atuação no 'movimento trans' capixaba, as entrevistadas demonstravam não entender ao certo qual o sentido do meu questionamento. Logo percebi que o problema residia na minha categoria apriorística, na tentativa de buscar algo que não existia ao certo no horizonte de possibilidades das ativistas. Elas se consideravam *peessoas trans*, porém não se referenciavam em um 'movimento trans': elas eram apoiadoras de movimentos 'culturais', da luta pelos direitos humanos e pela cidadania de pessoas LGBT.

Mesmo ativistas com ligações mais estreitas com entidades nacionais como a Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e a Associação de Gays Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) se mostravam reticentes a reconhecer um movimento político trans no estado. Para Deborah Sabará, uma das militantes mais ativas atualmente no Espírito Santo<sup>51</sup>, sua participação nestas duas entidades nacionais sempre gerou certa desconfiança por não ser filiada a entidades regionais de travestis e transexuais:

Eu já recebi críticas do tipo assim, por não estar em nenhuma entidade. Toda vez que eu chego lá todo mundo pergunta: 'qual a sua entidade?'. Pra mim entrar no movimento [...] por exemplo na ANTRA eu represento a ACARD (mesmo não fazendo parte da diretoria) [...] já na ABGLT eu sou da GOLD, que eu não era na verdade. Todo mundo sabia que eu não queria ser de entidade, mesmo assim a Vanilly achava interessante pra gente participar da ABGLT (Deborah Sabará, entrevista em 05/12/2014)

Já outra entrevistada pontua que um movimento político de travestis e transexuais no estado não existe:

Não há política, há pensar. Né? A gente fala política quando você vê o resultado na ação. Há o pensamento voltado para o atendimento das pessoas trans (homens trans, mulheres e não só travestis). Travestis e trans [transexuais] estão engajadas dentro do mesmo processo porque historicamente elas são um grupo de pessoas desse mesmo contexto de sofrimento, de preconceito (Layza de Castro, entrevista em 12/11/2014)

Esse pensar, mesmo que bem-intencionado, não gerou nenhuma ação prática ou ganho efetivo

---

<sup>51</sup> Vale lembrar que Deborah atua como coordenadora da ANTRA e diretora-executiva na ABGLT.



para a população trans do Espírito Santo. Em seu diagnóstico, o movimento de travestis e transexuais no estado limita-se a “três militantes” que agem isoladamente e, por essa razão, acabam tendo uma atuação muito limitada. Para ela não seria possível falar de um movimento trans capixaba.

As reivindicações e bandeiras específicas para a população trans neste contexto parecem ser englobadas dentro do movimento LGBT mais amplo, porém não sem atritos. Retomando as falas de Deborah Sabará, as pautas para a população trans acabam sendo negligenciadas pelo movimento, tanto no estado quanto nos fóruns nacionais de discussão: “na hora que é pro gay você tá junto, na hora que é pra lésbica você tá junto, tudo que me pedem eu to junto, agora quando a gente [travestis] organiza um evento nunca ninguém está pronto pra nos ajudar”. O processo de construção da III Semana de Diversidade de Vitória foi na avaliação dela exemplar desse descaso. Quando ela defendeu inicialmente a proposta do tema da Semana de Diversidade de 2015 girar em torno da exclusão social de travestis e transexuais não foram poucos os ativistas que se opuseram a proposta. Diante da comissão de organização do evento, composta por representantes do poder público, entidades do movimento LGBT e entidades voltadas a outros campos de atuação (como Direitos Humanos) a proposta de focar na população trans parecia pouco recomendada dada a má reputação do grupo.

Com efeito, o Manifesto LGBT (que ocorreu em janeiro de 2015) teve como madrinha Cleópatra, uma “senhora trans não operada<sup>52</sup>” de 66 anos que subiu ao palco e expôs em breve fala a condição de ser mulher, trans e idosa, no contexto de Vitória. Dias após a realização do manifesto a organização foi questionada por um militante que pedia esclarecimentos sobre o processo de escolha da madrinha do evento. Segundo ele durante uma conversa informal com 'policiais' e com 'uma assessora de imprensa' da corporação a escolha da madrinha pareceu a eles descabida: para a 'assessora de imprensa' existiriam pessoas mais apropriadas para serem homenageadas, sendo que Cleópatra claramente não seria um bom exemplo diante de suas diversas passagens policiais.

Mesmo diante do quadro de desarticulação do movimento social de pessoas trans no Espírito Santo, as travestis e transexuais que se engajam na disputa política não se encontram desprovidas de aliados. Efetivamente existem entidades e grupos que atuam encampando, de

---

<sup>52</sup> Esta apresentação de Cleópatra foi feita por Deborah Sabará em comunicação escrita para a organização do Manifesto LGBT onde defendia a candidatura dela para a madrinha do evento.

forma mais ou menos explícita, as reivindicações das pessoas trans.

Na tentativa de traçar essa 'rede' de militância solicitei as entrevistadas que citassem quais os grupos, associações, coletivos ou pessoas que elas julgavam importantes para o movimento político de travestis e transexuais no estado. Baseada nestas respostas é possível traçar quais os atores políticos mais relevantes (e coletivamente reconhecidos) para estas ativistas dentro da variedade de iniciativas dos movimentos sociais.

Vale lembrar que alguns desses aliados não se consideram, necessariamente, como comprometidos com temáticas como de diversidade sexual ou população LGBT, o que nos leva a questionar quais os pontos que permitem a conexão entre essas diversas iniciativas e como se dá esse diálogo. As iniciativas que apontaremos a seguir são parte desse levantamento parcial e, mesmo sem a pretensão de ser exaustivo, auxiliará na compreensão de qual é o papel que os 'quadros' de sentidos tem na luta política e qual o espaço social em que eles são gestados.

As iniciativas apontadas pelas ativistas são quase exclusivamente provenientes da sociedade civil. A única exceção é a menção a ação da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES), apontada por ter levado a cabo em 2014 a discussão do uso do nome social por travestis e transexuais que lá trabalham. O projeto de resolução (PR 4/2014), proposto pelo deputado Claudio Vereza (PT), foi a única atuação daquela Assembleia em discutir o reconhecimento de direitos pelas pessoas trans, mesmo que dentro de um espaço de atuação muito restrito (a própria ALES).

A proposta de resolução acabou sendo rejeitada em 24/11/2014 após segunda votação em plenária, o que foi encarado como uma dura derrota do movimento do estado que havia presenciado no ano anterior a discussão do uso do nome social dos servidores e usuários dos serviços públicos da Prefeitura de Vitória.<sup>53</sup>

Com relação as demais iniciativas do movimento LGBT no estado, é importante assinalar o que compreendemos por sociedade civil. Geralmente conceituada como uma esfera de atuação livre e autônoma com relação a outras instâncias sociais (como Estado ou economia),

---

<sup>53</sup> Conforme apontado mais a frente, o uso do nome social por travestis e transexuais nos serviços públicos municipais da capital Vitória já havia sido alvo de intensa disputa política em 2013, terminando em uma importante vitória para o movimento LGBT quando o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) acaba garantindo o uso integral do nome social, após declarar inconstitucional a lei 8.457/2013.

a sociedade civil pode acabar se mostrando mais como um “sonho liberal” (WALZER, 2004, pg. 95) do que como uma realidade empírica descritível.

Isso se deve porque, se por um lado as ideias de autonomia e liberdade de atuação são cruciais para a produção dessa esfera associativa, por outro lado pensar nela como o terreno da atividade associativa irrestrita e fora de qualquer marco de limitação nos levaria a pensar nela como 'sonho' impossível de ser concretizado – o terreno mítico da plena realização do cidadão. Não existiria a autonomia completa estruturando uma sociedade civil perfeita, nem agora e nem num horizonte distante a ser alcançado, uma vez que a descrição adequada da vida associativa deva ser efetuada tendo em mente os elementos que limitam ou condicionam a autonomia.

Para este autor a ideia de sociedade civil teria a capacidade, ao menos hipotética, de abarcar todos os aspectos da vida social, da economia à política. Assim a sociedade civil deixa de ser um espaço da autonomia irrestrita, levando ao argumento de que “qualquer descrição realista da vida associativa, não importa quais grupos ela inclua ou exclua, terá de modificar a ideia de autodeterminação: até certo ponto, somos todos livres” (idem, pg.97) ou somos todos compulsoriamente compelidos, dependendo da ênfase dada a análise.

A sociedade seria então permeada por “padrões de previsibilidade” (idem, 2004, pg. 11) que dão forma e conteúdo para a sociedade civil mediante “restrições involuntárias” dos indivíduos. Retomando a ideia de um 'campo' político, este não pode ser encarado como um terreno livre de regras que limitam a atuação individual dos ativistas e, se parte desse 'campo' se concentra em iniciativas que florescem fora das estruturas organizativas do Estado ou das lógicas de consumo do mercado, logo a sociedade civil deve encontrar suas lógicas estruturantes e estruturadas em códigos que não são as normas da política estatal ou os imperativos econômicos do capitalismo.

Então a sociedade civil é marcada (para além das ideias abstratas de autonomia e da liberdade que fazem dela um espaço de interação diferenciado) pelos modos 'compulsórios' de inserção nas atividades associativas. São essas inserções involuntárias nas redes familiares e sociais nas quais nascemos, nas categorias étnicas, raciais e de gênero e nas atribuições de classe social e comunidade política nas quais nos inserimos que formam os limites constitutivos da sociedade civil, as bases onde se alicerceiam os grupos e associações que são 'voluntárias'.

Mesmo nestes espaços onde a associação se mostra 'involuntária' sempre existem possibilidades de contestação, resistência e fuga: muito embora, para os sujeitos que permanecem nesses espaços associativos, os benefícios usualmente se apresentam maiores do que para aqueles que deles se desassociam. Fazem parte destes benefícios a “fidelidade a determinadas pessoas, o sentimento de estar à vontade com essas pessoas, a riqueza de uma tradição recebida e o anseio pela continuidade das gerações” (idem, pg. 20).

Não é possível, assim, abolir a associação involuntária, mas sim, negociar as proporções entre vínculos involuntários e associações voluntárias em cada caso concreto e não existe equilíbrio puro e simples: ele se apresenta mais como uma mistura dos dois elementos. Associar-se a um partido político pode parecer, num primeiro momento, uma decisão livre e voluntária, porém, ela é condicionada culturalmente/politicamente/socialmente/moralmente uma vez que fomos ensinados a escolher 'livremente':

De toda forma, esse voluntarismo limitado é imensamente valioso. Devemos chamá-lo simplesmente de liberdade, sem qualificação: é a única liberdade que homens e mulheres como eu e você jamais poderemos conhecer (idem, 2004: 30-31)

As iniciativas de movimentos sociais que foram citadas nas entrevistas, e que em sua maioria escapam das esferas de deliberação e tomadas de decisão políticas institucionais (sobretudo do poder executivo e legislativo), ao serem conceitualmente alocadas sobre a categoria mais ampla de sociedade civil não devem ser entendidas como lugares onde ativistas e militantes tem total e irrestrita liberdade e autonomia de atuação: são antes de tudo espaços onde as associações involuntária e voluntárias negociarão seus limites e atuações.

Assim, embora se apresentem como entidades e associações de permanência e atuação 'voluntárias' elas foram selecionadas e disponibilizadas previamente. Mesmo que formalmente se reconheçam como abertas a participação, a inserção e permanência dos sujeitos nesses espaços são condicionadas pelas suas associações involuntárias anteriores, assim como pelos conhecimentos, sentimentos e percepções decorrentes dessas experiências progressas.

Iniciaremos com as quatro entidades mais apontadas nas entrevistas, cada qual sendo mencionada por três ou mais das entrevistadas. São elas a ASTRA/ES, o Grupo Orgulho,

Liberdade e Dignidade (GOLD), a Associação Linharensense de Apoio a Homossexualidade (ALAH) e o Coletivo Pedras. As quatro entidades se ajustam ao desenho institucional 'clássico' de uma 'ONG'<sup>54</sup> LGBT: são grupos que se iniciam com a mobilização dos indivíduos buscando uma 'atuação política' (embora o conteúdo do que se entende por política é diferente em cada caso), busca pela institucionalização e na constituição de uma personalidade jurídica capaz de pleitear recursos junto ao Estado, inclinações comunitárias (a comunidade LGBT), a recusa em se tornar uma empresa (são associações sem fins lucrativos).

A 'atuação política', por sua vez, pode ser melhor compreendida dentro da concepção de Chantal Mouffe (2003) que realiza uma distinção entre as disputas e antagonismos inerentes às relações sociais (como os processos de luta pela superação do 'desrespeito' e 'discriminação para com a população trans), e os recursos e práticas que comumente identificamos como compondo o Estado e suas instituições (como a proposição de projetos em instâncias legislativas e disputas em torno de recursos e editais). Assim feita a distinção, a 'atuação política' perseguida por essas entidades perfazem um contínuo de ações que se localizam entre um e outro ponto, entre o que consideramos “o político” e “a política” conforme Mouffe:

Por “político” refiro-me à dimensão do antagonismo que é inerente a todas as sociedades humanas, antagonismo que pode assumir formas muito diferentes e emergir em relações sociais diversas. “Política”, por outro lado, refere-se ao conjunto de práticas, discursos e instituições que procuram estabelecer uma certa ordem e organizar a coexistência humana em condições que são sempre potencialmente conflituosas, porque afetadas pela dimensão do “político” (MOUFFE, 2003, p. 15)

De certa forma essas entidades fazem parte de um modelo de iniciativa de movimento social que se tornou corriqueiro na década de 1990 no período de reflorescimento do MHB. Sonia Alvarez (2014), ao analisar as 'ondas' do movimento feminista no Brasil e na América Latina, indica, para o mesmo período, um processo de “ONGização” (item, pg. 27) dos movimentos sociais (mais precisamente os movimentos de mulheres, porém a tendência segundo a autora, parece seguida por outros). Neste período de “boom das ONGs” os imperativos políticos (processos de reabertura democrática) e econômicos (a acomodação das propostas da sociedade civil dentro das lógicas locais e internacionais do neoliberalismo do período) favoreceram, segundo a autora, o formato institucional da ONG.

<sup>54</sup> Organização Não Governamental

Regina Facchini (2005) em sua pesquisa sobre o movimento LGBT paulista na década de 1990 indica que as preocupações do movimento social no final da década de 1970 e início de 1980 giravam em torno de disputas de concepções políticas que iam dos grupos mais 'revolucionários' até os mais 'reformistas'. Porém na década seguinte com o avanço do processo de redemocratização do país as preocupações do movimento haviam abandonado as possibilidades revolucionárias e se mostravam mais atrelados a, por um lado, apresentar um trabalho “relevante e de qualidade” demonstrando capacidade de intervenção e de sucesso na ação coletiva e, por outro lado, o medo da “perda de autonomia” uma vez que os vínculos entre movimento social e Estado ficavam cada vez mais estreitos. Assim as iniciativas que tomaram o 'formato' de ONGs acabaram se configurando como o modelo ideal:

A ênfase, na época, era a de que as ONGs seriam uma forma de ativismo mais institucionalizado, no sentido de que conformavam entidades com direções formais, que deveriam ter registros de estatutos e personalidade jurídica [...] ouvi de vários entrevistados que havia uma tendência a que entidades menos institucionalizadas “virassem ONGs” ou procurassem “obter registro como ONG”, a fim de acessar financiamentos para a realização de suas atividades (idem, p. 22)

Como mencionado anteriormente, a ASTRA/ES foi certamente a primeira entidade do estado a alcançar um estatuto jurídico capaz de pleitear recursos e parcerias com o estado. Voltada exclusivamente para travestis e transexuais a associação foi apontada como um ator importante na construção das primeiras políticas de combate a DST/AIDS no norte do estado, sendo que esta atuação acaba por reverberar na constituição do centro de referência em DST/AIDS no município de São Mateus. Embora muito ativa entre a segunda metade da década de 1990 e início da década de 2000 a associação encontra-se em fase de dissolução no momento devido a falta de renovação de quadros para manter sua atuação.

A ALAH é uma associação sediada no município de Linhares e fundada na década de 1990, cuja principal atividade é a organização do Manifesto LGBT da cidade que em 2014 estava em sua quarta edição. Entre outras atividades o ALAH participou do ciclo de Conferências de 2011 e atua na promoção de oficinas de conscientização sobre diversidade sexual e prevenção a DST/AIDS na região. Embora atuante até 2014 o grupo também encontra problemas para sua manutenção: os convênios e parcerias firmados entre a associação e o Estado

(principalmente a prefeitura de Linhares) apresentaram problemas burocráticos, principalmente com relação a prestação de contas dos recursos utilizados. Deborah Sabará, que acompanhou parte do processo indica que a falta de 'profissionalização' dos militantes levou ao uso indevido de recursos e a perda de prazos estipulados nas parcerias. Diante dessas ocorrências a associação encontra-se com o 'nome sujo' junto ao Estado, o que a impede de firmar novas parcerias e dar continuidade ao trabalho desenvolvido.

Já o grupo PEDRAS (Núcleo Pedra Contra a Homofobia) é possivelmente a mais recente destas associações<sup>55</sup>, sendo formada por estudantes universitários da Faculdade São Camilo no município de Cachoeiro de Itapemirim no sul do estado. Sua atuação também é voltada, quase que exclusivamente, para a organização do Manifesto LGBT embora o coletivo não tenha personalidade jurídica capaz de mobilizar os recursos para o evento: o Manifesto é organizado por uma empresa independente, especializada em eventos de grande porte, contratada para sua organização e os recursos são levantados junto a patrocinadores particulares, o que não ocorre com frequência em outros Manifestos do estado (onde o estado é o principal parceiro do evento). No caso de Cachoeiro de Itapemirim, a prefeitura local age auxiliando no policiamento e na gestão do tráfego urbano, garantindo as vias livres para a organização do manifesto. Por ser o mais recente dos grupos apontados, o PEDRAS sofre com problemas de falta de pessoas e baixo grau de institucionalização, o que limita sua atuação.

O grupo GOLD foi fundado em 2005 no município de Colatina e é, atualmente, um dos mais ativos e atuantes do estado. Sua história recente de atuação inclui diversas atividades: organização do Manifesto LGBT da cidade, articulação do projeto Trans em Ação<sup>56</sup> em 2014 e a organização do 8º Encontro de Travestis e Transexuais da Região Sudeste (em parceria com a ANTRA) em setembro de 2013. Reconhecido nacionalmente como um importante grupo de atuação LGBT no Espírito Santo, o GOLD goza de uma estrutura organizacional (com estatuto de constituição, presidência eleita para mandatos estipulados, capacidade de mobilização de recursos e parcerias com diferentes entidades) não encontrada em outras iniciativas do movimento LGBT capixaba.

Estas quatro iniciativas apontadas nas entrevistas devem ser pensadas de forma cautelosa

---

<sup>55</sup> O grupo Pedras surgiu em 2011 segundo relatos de alguns informantes, embora as primeiras movimentações para sua formulação sejam anteriores a este ano.

<sup>56</sup> O projeto Trans em Ação será melhor discutido ainda neste capítulo

quanto ao seu impacto no campo do movimento LGBT. Com exceção do GOLD (em plena atividade) e do Coletivo Pedras (em início de atuação) os dois outros grupos, mesmo sendo apontados pela maioria das entrevistadas, não apresentavam atividades significativas no período da pesquisa e são sempre apontados como passando por 'problemas' que beiram a desarticulação. Seja no caso do ALAH que está impossibilitada de firmar parcerias com o poder público, seja no caso da ASTRA/ES que rumo para a dissolução, o que parece justificar sua importância é sua história passada e não sua atuação política atual. Com efeito, quando questionadas sobre a atuação dessas duas entidades, poucas ativistas pareciam cientes de suas atividades atuais e projetos executados.

Parece que o fato de se constituir, em algum momento de sua atuação, como uma ONG torna a iniciativa mais confiável ou mais relevante aos olhos dos ativistas. Assim parece relevante que o grupo Consciência, Orgulho e Respeito no Espírito Santo (CORES), que será melhor abordado a frente, após sua formação em 2004 busque continuamente os recursos para seu registro como associação da sociedade civil sem, no entanto, constituir personalidade jurídica até o momento. Como apontado anteriormente, o desenho institucional de ONG ao se tornar corriqueiro na década de 1990 (momento que de certa forma 'modela' o movimento LGBT no Brasil) parece gozar até hoje de maior legitimidade do que grupos ou associações mais informais.

Um segundo conjunto de iniciativas foram apontadas em metade das entrevistas, indicando a importância da atuação no movimento LGBT do Grupo de Estudos e Pesquisa em Sexualidades (GEPSS), do Fórum Estadual LGBT e do Coletivo de Diversidade Sexual do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo (SINDIUPES).

O GEPSS<sup>57</sup> é um grupo de pesquisadores, professores, alunos e 'trabalhadores culturais' que se reúnem na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) desde 2010. Tendo suas reuniões abertas a todos os interessados na temática, o grupo é conhecido por desenvolver uma 'militância acadêmica'<sup>58</sup>, apoiando as demais iniciativas do movimento LGBT no estado e

---

<sup>57</sup> Mais informações podem ser acessadas diretamente nos endereços eletrônicos do grupo: <<http://gepss.blogspot.com.br/>> e <<https://www.facebook.com/groups/contatogepss/?fref=ts>>. Acessados em 01/04/2015.

<sup>58</sup> Os termos 'militância acadêmica' e 'trabalhadores culturais' são utilizados pelo professor Alessandro Rodrigues, coordenador do grupo, que fora inclusive citado por duas militantes entrevistadas como um ator relevante no campo do movimento LGBT.



produzindo pesquisas e reflexões politicamente engajadas, principalmente nos campos da educação e direitos humanos. No ano de 2013 o grupo acaba por impulsionar a criação, nesta universidade, do Núcleo de Pesquisa em Sexualidades (NEPS) e também é responsável pelo Seminário de Educação, Diversidade Sexual e Direitos Humanos que em 2014 realizou sua terceira edição. O GEPS originou-se da demanda de um coletivo de alunos que discutiam diversidade sexual dentro da instituição, revelando desde sua gênese a inclinação de ser atuante para além da universidade. O grupo já participou como parceiro de diferentes atividades do movimento LGBT, como o apoio a Semana de Diversidade Sexual realizada pelo coletivo estudantil Caos@ção em 2011 e as Semanas de Cidadania LGBT de 2013 e 2014.

O Coletivo de Diversidade Sexual do SINDIUPES<sup>59</sup> é uma importante iniciativa do movimento LGBT no estado e seu coordenador, Christovam de Mendonça, fora mencionado por duas entrevistadas como um parceiro importante nas ações do movimento. O Coletivo encabeçou em 2014 a campanha de uso do Nome Social nas escolas capixabas, uma iniciativa da entidade sindical que dava visibilidade a uma importante vitória do movimento LGBT capixaba ocorrida um ano antes.

Em 28 de junho de 2011, mediante o decreto 15.074, a prefeitura de Vitória garantia a inclusão do nome social de “pessoas travestis e transexuais, servidores e usuários do serviço público municipal, em todos os registros municipais relativos aos serviços públicos sob sua responsabilidade, como fichas de cadastro, formulários, prontuários, registros escolares e outros documentos congêneres” (VITÓRIA, 2011). No mesmo ano o vereador Esmael Almeida (PMDB) ingressa com o projeto de lei de número 120/2011 na câmara municipal, instituindo que os estabelecimentos de ensino da cidade de Vitória, públicos e particulares, passem a ser obrigados a usar somente o nome civil nos registros dos documentos escolares. A lei foi aprovada em abril de 2013 (lei 8.457/2013) após a derrubada pela câmara do veto do prefeito, porém acaba sendo anulada pelo Tribunal de Justiça do Estado (TJES) que acatou a ação direta de inconstitucionalidade (Adin) movida pela prefeitura. Assim em 11 de julho de 2013, acatando a posição do Conselho Municipal de Educação, o nome social volta a ser utilizado nos estabelecimentos de ensino da capital.

---

<sup>59</sup> Mais informações podem ser acessadas diretamente no site do Coletivo <<http://sindiupes.org.br/diversidade-sexual-pd/>> acessado em 01/04/2015.

O Coletivo de Diversidade Sexual do SINDIUPES também é responsável pela organização do Seminário Estadual de Educação e Diversidade Sexual que em 2014 realizou sua 5ª edição. Fruto de uma ação coordenada do Coletivo do SINDIUPES com diversas outras entidades locais e nacionais, o Seminário é um importante evento de formação e discussão sobre educação que recebe um público diversificado, porém seu foco prioritário sejam os educadores que atuam nos estabelecimentos de ensino do estado.

O Fórum Estadual LGBT por sua vez é uma entidade da sociedade civil que congrega ativistas de diversos grupos e entidades e se propõem a ser um espaço permanente de discussão e articulação para ações de promoção da cidadania da população LGBT. Mesmo composto de uma coordenação colegiada suas reuniões são abertas e tem por objetivo travar diálogos entre 'entidades governamentais e não-governamentais'<sup>60</sup>. O Fórum Estadual LGBT costuma ser convidado para reuniões com entidades governamentais (como o Ministério Público Estadual e as Prefeituras Municipais, principalmente das cidades da região metropolitana de Vitória), como uma instância de caráter consultivo da sociedade civil, porém com pouco poder de atuação. Sua principal atividade é dar suporte para a execução dos Manifestos LGBT e organizar a Semana de Cidadania e Diversidade Sexual da capital (este evento acaba culminando na realização do Manifesto LGBT de Vitória).

Para além dessas sete iniciativas brevemente apresentadas, as entrevistas ainda indicaram quatro outras iniciativas que merecem destaque no movimento LGBT capixaba e que se apresentam como parceiros importante: o Fórum LGBT de Serra, o grupo CORES, o projeto de intervenção Trans em Ação e a ACARD.

A ACARD é uma associação sem fins lucrativos que atua na Região Metropolitana da Grande Vitória. Fundada em 15 de outubro de 2001, seu foco principal são ações visando a redução de danos decorrentes do uso abusivo de substâncias psicoativas atuando, também, em projetos de redução de danos e prevenção de DST/AIDS. Sua base de organização é voluntariada (conforme prevê seu estatuto), embora possua dentro de projetos específicos colaboradores contratados e assalariados, e sua estrutura é composta por um Coordenador Geral e por outros coordenadores específicos (que atuam na gestão financeira da associação, na comunicação externa, em atividades de formação ou para questões jurídicas) na tentativa de compor uma

---

<sup>60</sup> Mais detalhes podem ser acessados diretamente nos endereços do grupo <<https://forumlgbtes.wordpress.com/>> e <<https://www.facebook.com/Forum.LGBT.ES?fref=ts>> acessados em 01/04/2015.

equipe técnica multidisciplinar e, também, uma equipe de apoio para as atividades executadas.

Importante salientar que a ACARD não se compreende como uma entidade do movimento LGBT, sendo seus vínculos que o movimento social devidos a escolha metodológica de trabalho de prevenção 'por pares' que a faz empregar travestis e transexuais que atuam como agentes de prevenção nas atividades de redução de danos em DST/AIDS.

Durante seus doze anos de atividade, a Associação tem se engajado em diversas atividades atuando como prestador de serviços a comunidade (por intermédio ou não de convênios firmados com o poder público), participando de atividades acadêmicas e de pesquisa e, também, como articulador político junto ao Estado. Devido a seu alto grau de profissionalização e institucionalização a ACARD é a principal parceira do Fórum Estadual LGBT para a organização do Manifesto: é a Associação quem consegue captar os recursos junto a prefeitura municipal que viabilizam o evento.

Como mencionei anteriormente a ACARD não havia sido apontada espontaneamente por nenhuma das entrevistadas num primeiro momento, quando pedi que citassem as iniciativas relevantes para o movimento no estado. Porém a Associação se apresenta como fundamental para muitas das entrevistas, sendo que (dentre as entrevistadas) apenas Natália Becher não atuou nela em algum momento. Meus contatos iniciais com as integrantes da ACARD revelavam que estas não viam a Associação como uma organização 'política': seus objetivos eram de assistência e prestação de serviço e seu público-alvo não se limitava a um grupo delimitado por algum sentimento de pertencimento identitário. Deborah Sabará, Layza de Castro e Carlos José atuaram na instituição como *agentes de prevenção* e a associação parecia mais voltada a possibilidade de emprego do que de atuação política. É possivelmente por isso que as ativistas entrevistadas não reconheçam, em um primeiro momento, a relevância da Associação para o movimento social LGBT capixaba.

O grupo CORES<sup>61</sup> é um coletivo engajado em atividades culturais e de lazer fundado em julho de 2004, logo após o segundo Manifesto do Orgulho LGBT de Vitória. Dotado de baixa organização, o CORES é um coletivo pequeno de indivíduos, porém seus integrantes acabam atuando em diversas outras iniciativas de movimentos sociais do estado. Como exemplo

---

<sup>61</sup> Mais detalhes podem ser acessados diretamente nos endereço do grupo <<https://www.facebook.com/groups/grupocores/?fref=ts>> acessado em 01/04/2015.

podemos citar o caso de seu cofundador, Aubrey Effgen, que também é coordenador do Fórum Estadual LGBT e membro do Conselho Estadual de Juventude (CEJUVE). A principal atividade do coletivo é a organização do Piquenique das Cores<sup>62</sup> que ocorre várias vezes ao ano e reúne centenas de pessoas em parques públicos e praias para eventos de visibilidade e socialização.

O Fórum LGBT do município da Serra é uma instância consultiva da sociedade civil similar em estrutura ao Fórum Estadual LGBT. Na verdade existem diversas cidades que constituíram fóruns consultivos a fim de se tornarem espaços de articulação entre sociedade civil e entidades governamentais, porém apenas o Fórum do município de Serra foi citado pelas entrevistadas. O Fórum LGBT de Serra promove reuniões abertas com ativistas de movimentos sociais e representantes do poder público e é responsável pela organização do Manifesto do município<sup>63</sup>. Seu principal articulador, Gean Carlos Nunes de Jesus, também é coordenador do Coletivo de Diversidade Sexual do SINDIUPES.

Dentre as iniciativas do movimento LGBT citadas pelas entrevistadas, o projeto Trans em Ação é o único que é voltado exclusivamente para a população de travestis e transexuais do estado. O projeto coordenado por Deborah Sabará e Vanilly Borghi<sup>64</sup> tinha o objetivo de estabelecer *pontos focais* em municípios chave do estado<sup>65</sup>. Os pontos focais, que são travestis e transexuais convidadas a participar do projeto, seriam instruídos a mapear a população trans em situação de vulnerabilidade social e encaminhá-las para os serviços públicos como os Centros de referência de Assistência Social (CRAS), os Centros de referência especializados de Assistência Social (CREAS), unidades básicas de saúde (UBS), serviços de alocação de emprego (SINE) entre outros. Assim lançando mão do recurso da *busca ativa* das pessoas trans em vulnerabilidade, o projeto almeja instruir a população trans de seus direitos e garantir o acesso aos serviços públicos. Para garantir o acesso aos serviços públicos de forma justa e respeitosa o projeto tinha por objetivo oferecer palestras e oficinas com gestores e servidores públicos locais, porém a maioria das oficinas não foi realizada por falta de recursos ou mesmo

---

<sup>62</sup> O Piquenique das Cores ocorre geralmente no parque municipal da Pedra da Cebola, embora tenha havido uma edição chamada Praia das Cores em 15 de março de 2014 que ocorreu na praia da Curva da Jurema, em Vitória.

<sup>63</sup> Em 2014 a Serra organizou seu 7º Manifesto do Orgulho LGBT.

<sup>64</sup> Vanilly Borghi é uma militante importante no norte do estado, tendo presidido a GOLD em diretorias anteriores, e com forte presença nos fóruns nacionais como a ABGLT e a ANTRA.

<sup>65</sup> Os pontos focais foram distribuídos por Vitória, Serra, Cariacica, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina e São Mateus.

interesses das prefeituras.

Os recursos para a implementação do projeto foram levantados através de emenda parlamentar na Assembleia Legislativa do Estado (ALES) graças a atuação de Deborah Sabará como assessora parlamentar naquela instituição. O período de atuação do Trans em Ação foi de aproximadamente um ano<sup>66</sup>, durante 2014, e estive presente na apresentação do relatório final do projeto em 24 de novembro de 2014 na Secretária Municipal de Cidadania e Direitos Humanos de Vitória. Em um contexto de baixa mobilização política de travestis e transexuais, o projeto ganhou grande destaque. Algumas entrevistadas apontavam a importância do Trans em Ação, já se referindo a ele como uma 'ONG', outras indicavam que o projeto realizava o trabalho de assistência social que era devida ao estado. Para Deborah Sabará o que mais chama a atenção foi o baixo custo do projeto frente sua abrangência:

Esse Trans em Ação foi até vitorioso, porque a gente fez ele em seis municípios, com trinta mil reais. Cinco mil cartilhas, blusa, cartaz, passagem de ônibus pra todos os municípios que tem ele, menos Vitória e Cariacica [...] e fizemos esse projeto com trinta mil reais (Deborah Sabará, entrevista em 05/12/2014)

Coletivos informais de ativistas, organizações não governamentais voltadas a prestação de serviços, agentes públicos e fóruns consultivos da sociedade civil. É dentro desta rede de iniciativas que o movimento LGBT capixaba se articula, com militantes trans ocupando diversas posições simultâneas dentro desta rede e refletindo diferentes concepções de ação política, porém, sempre mantendo um sentimento de solidariedade comum e um muito reconhecimento que permite algum grau de ação coletiva coordenada.

Descrever esse campo de atuação nos ajuda a compreender como ocorre a ação do movimento LGBT no estado, embora as iniciativas apontadas em entrevistas não abarquem todas as encontradas no campo. Em um levantamento anterior das iniciativas de movimento LGBT<sup>67</sup> foram citadas outras entidades e coletivos que não foram mencionados nas entrevistas

---

<sup>66</sup> Como projeto, o Trans em Ação foi pensando como um conjunto de práticas e atividades com tempo e orçamento determinados. Devido a boa aceitação junto a gestores públicos e também os ganhos positivos para a população trans, estuda-se sua continuidade no Trans em Ação II.

<sup>67</sup> Refiro-me ao mapeamento da militância LGBT realizado em 2013 pelo GETPol (Grupo de Estudos em Teoria Política Contemporânea / UFES) e sistematizado no ano seguinte pelo projeto de extensão universitária Organon (Edital MEC SESu PROEX/2014) sob coordenação geral da Professora Doutora Cristiana Losekann, Professora Adjunta do DCSO/UFES.

indicando que, embora o campo LGBT seja mais extenso do que aqui descrito, nem todas as iniciativas gestadas dentro dele são compreendidas como relevantes para as militantes trans<sup>68</sup>.

Entidades como a Comissão de Diversidade Sexual da OAB/ES e o coletivo Cineclubes Diversidade, que estiveram representadas em diversas reuniões do movimento das quais participei (inclusive com membros atuando dentro de entidades apontadas, como o Fórum estadual LGBT) não foram lembradas nas entrevistas.

Esta rede de iniciativas tem um duplo caráter constitutivo: ao mesmo tempo que ela é produzida pela ação coletiva das ativistas que a dão forma e movimento, ela também é responsável por delimitar as possibilidades de ação e influem na tomada estratégica de decisão. Em outras palavras ela é estruturada e estruturante das relações que nela ocorrem num sentido muito próximo ao empregado pela abordagem praxiológica (BOURDIEU, 2010).

## 2.2 Olhando o 'campo' político e observando 'quadros' coletivos

Dez dias depois, estava eu, perfilado, diante da bandeira do Brasil e, enquanto prestava juramento de servir ao meu país em caso de ameaça externa, pensava que, enquanto Joana, eu era psicóloga, fazia mestrado, dava aulas em três universidades e mantinha um consultório repleto de clientes. Agora, como João, tinha perdido todo o meu currículo escolar e de vida. Era um analfabeto, sem direito nem aos anos de trabalho em carteira. Não entraria na Justiça porque havia a exigência do término cirúrgico e não correria o risco de ficar à mercê dos juizes, cuja maioria continuava preconceituosa e ignorante sobre a questão da transexualidade

*João W. Nery. Viagem Solitária: memórias de um transexual trinta anos depois*

O 'campo político' do movimento LGBT é o espaço de interação social que possibilita a troca, a negociação e a alteração dos 'quadros' interpretativos compartilhados pelas ativistas, e estes 'quadros' que permitem nortear suas ações dentro de um espaço de militância. Pensar o campo político como um emaranhado de iniciativas que se autorreferenciam (como no sentido de 'rede' que empreguei anteriormente) indica que existe um processo de reconhecimento entre eles: reconhecimento de pertença, de objetivos e práticas comuns. Esse reconhecimento deve se dar por meio de uma gramática própria, de significados compartilhados que podem ser

<sup>68</sup> As perguntas efetuadas (indicadas como 4.1 e 4.2 no ANEXO II) solicitavam a indicação das iniciativas reconhecidas como relevantes para o movimento político de travestis e transexuais, e não o campo LGBT como um todo.

trocados, mobilizados ou descartados, porém são compreendidos (em maior ou menos grau) por todos. Tendo esse campo político em mente é possível adentrar em seus espaços de interação e observar como os significados compartilhados o dotam de sentido e direção.

A proposta simultânea de observar um 'campo' em busca dos 'quadros' de significados coletivos pode parecer heterodoxa, uma vez que as análises de Erving Goffman sobre a ação coletiva (de quem a produção teórica sobre os *frames* é claramente tributária) foram severamente criticadas por Pierre Bourdieu (o idealizador do conceito de um 'campo', ao mesmo tempo, coletivamente constituído e constituinte da ação dos seus integrantes).

Felipe Tavares Paes Lopes (2009) ao analisar a crítica de Bourdieu ao modelo 'subjettivista' de Goffman indica que os dois principais pontos de distanciamento entre os autores é quanto “o modelo de análise do mundo social” e o “sentido dado às interações sociais” (idem, p. 11). O modelo de análise do interacionismo simbólico de Goffman recorre a metáfora da teatralização do mundo social, onde os sujeitos, de posse de certa quantidade de informação preliminar, agem na tentativa de manipular as situações e as impressões que causam nos demais participantes. Na análise de Lopes, a crítica praxeológica de Bourdieu reside que a metáfora dramaturgica, em especial quando apoiada na ideia de *frame analysis*, acaba:

[...]tomando estruturas históricas oriundas de um mundo social e datado, por a-históricas, por quadros (frames) atemporais Em outras palavras, acaba tomando estratégias de ação e esquemas de percepção e valoração específicas a universos sociais particulares por estratégias universais, interpretando habitus específico como habitus de todos (idem, p. 13)

Ao tomar uma parte do mundo social como o todo, o interacionismo simbólico, na visão de Bourdieu, acaba por reproduzir, na teoria acadêmica, as estruturas de valores dos objetos que analisava: mais precisamente o “recorte dramaturgico goffmaniano universaliza hábitos de uma classe social (a que estudava)” (idem, p. 14), mimetizando o *habitus* da pequena burguesia (como busca por objetos de 'status' e o controle de uma 'fachada', para citar dois elementos importantes da análise clássica goffmaniana) como 'processos' que ocorrem em qualquer espaço de interação social.

Já o segundo ponto de distanciamento, o relativo ao sentido das interações sociais, é uma reorganização de um debate exterior aos autores, entre 'estrutura' e 'história', ou entre 'cultura'

e 'ação' (SAHLINS, 2003). Ainda segundo Lopes, enquanto para o interacionismo o “sentido último das ações humanas deve ser retirado das interações sociais”, para a crítica praxeológica é na história, na estrutura e na “lógica de funcionamento do espaço social” (LOPES, 2009, pg. 14) que residem os sentidos das interações e relações sociais.

Assim 'interação' e 'espaço social', ou de forma mais genérica 'ação' e 'estrutura', aparecem como antitéticas nas produções dos autores: a agência individual dos 'atores' que interagem interpretando 'papeis sociais' em situações 'dramatizadas' parece não coadunar com uma análise voltada para os elementos 'estruturados' dos espaços sociais que acabam 'estruturando' a ação dos agentes que internalizaram *habitus* específicos decorrentes de espaços específicos.

Primeiro considero que, se a crítica de Pierre Bourdieu ao recurso da análise de *frames* recaía sobre uma alegada falta de criticidade e historicidade da abordagem interacionista, tal crítica já fora incorporada nas reflexões teóricas posteriores. Retomando o argumento do primeiro capítulo, a análise proposta por Robert Benford e David Snow (2000) é o de compreender os 'marcos' como processos dinâmicos de 'enquadramento' (*framing*), dotados tanto de agência individual quanto por constrangimentos estruturais anteriores ao procedimento de constituição do 'quadro' interpretativo. Interpreto, inclusive, que tais 'constrangimentos' anteriores são eles próprios resultados de *frames* ativos que organizam a tomada de decisão. Dessa forma alegar que a análise de *frames*, tal como proposta por esses autores, não seja dotada de uma dimensão, ou preocupação, histórica parece equivocada.

Os 'quadros' cognitivos são sim “contention at the level of reality construction” (idem, p. 614), recortes da realidade mais ampla 'enquadrados' e 'formatados', mas nunca representativos da totalidade. Contudo isso não pode ser visto como um impedimento para análise. A abordagem praxeológica de Pierre Bourdieu foi responsável por duras críticas aos modelos sociológicos mais fenomenológicos, baseados na análise de interações e na busca de interpretações do mundo social (LOPES, 2009, p. 11). Em sua visão essas abordagens que tomam como ponto de partida da análise o 'sujeito da ação' não são capazes de compreender o social, mas apenas as impressões do social (tornando a sociedade como algo que parece evidente). Porém se o autor criticava a parcialidade da abordagem sociológica que tomava as relações sociais como 'evidentes', ele mesmo parece ter incorrido em suas próprias críticas.

Na obra *A Dominação Masculina* (BOURDIEU, 2007) o autor intenta analisar as estruturas



que levam a diferença social entre os sexos ao “tratar a análise etnográfica das estruturas objetivas e das formas cognitivas de uma sociedade histórica específica [...] a dos berberes da Cabília” (idem, p. 13). Para ele a estrutura de dominação repousa sobre divisões 'arbitrárias' de elementos em um sistema de “oposições homólogas<sup>69</sup>” em que enquadra também a diferença sexual. Assim:

A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes ao falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação [...]. É a concordância entre as estruturas objetivas e as estruturas cognitivas, entre a conformação do ser e as formas do conhecer, entre o curso do mundo e as expectativas a esse respeito, que torna possível esta referência ao mundo que Husserl descrevia com o nome de “atitude natural”, ou de “experiência dóxica” (idem, p. 17)

Na opinião de Mariza Correa (1999), a obra 'traí' o próprio autor. Ela ataca duramente o cerne da análise de Bourdieu ao indicar que as ferramentas metodológicas empregadas nos auxiliam muito mais a desconstruir o argumento do livro, do que corrobora com a análise. Sua crítica se incia indicando que o autor francês parece ignorar a produção teórica feminista que, precisamente, rechaça os “estereótipos da 'lógica ocidental' [...] uma lógica que utiliza por suporte pares de oposição” (idem, p. 43), para a compreensão da subordinação feminina<sup>70</sup>. Assim o texto acaba se apresentando como uma “caricatura” de uma lógica ocidental, ao incorrer no estudo de um “caso-limite” como os berberes e, sobre eles, depositar os princípios “estruturadores” e “determinantes” das “sociedades modernas” (idem, p. 44).

Com esse recurso o autor tomaria um certo conjunto de valores socialmente constituídos como 'evidentes' da sociedade, os transportaria de um contexto ao outro num processo de etnocentrismo 'inverso' e se colocaria como um analista 'isento' do problema que ataca. Em síntese:

<sup>69</sup> Na página 19 dessa obra, o autor francês elabora um “esquema sinóptico das oposições pertinentes” entre quente/frio, duro/macio, masculino/feminino, entre outras.

<sup>70</sup> Interessante a constatação de que, se para Piscitelli (2002) o feminismo é caracterizado pela luta contra a 'subordinação feminina', para Bourdieu (2007) o problema é a 'dominação masculina'. Não por acaso o texto de resposta de Mariza Correa (1999) seja intitulado 'O Sexo da Dominação’.

Universalidade e atemporalidade. Ao empurrar a dominação masculina para um ponto remoto de nossa história — e para um "estado arcaico" —, fazendo-a enraizar-se num difuso inconsciente cultural que é o nosso, ainda que não o seja mais, Bourdieu se coloca também numa perspectiva exterior a ela, isto é, na de um analista isento da lógica que analisa, não contaminado nem pela "visão masculina", que denuncia, nem pelo "inconsciente masculino" que é, não obstante, o nosso inconsciente cultural (idem, p. 45)

A crítica praxeológica da abordagem 'subjetivista' focada na interação dos sujeitos e na produção de 'quadros' cognitivos deve ser reformulada: o problema não é o alcance desses estudos que acabam encontrando as representações e interpretações em detrimento de encontrar as estruturas determinantes do espaço social. Mas é repensar qual a dinâmica entre a interação (e, conseqüentemente, a ação) e as estruturas que dotam de certa previsibilidade o espaço de interação.

A abordagem aqui proposta é pensar os 'quadros' cognitivos como processos dinâmicos, parte dos componentes estruturados e estruturantes dos campos de atuação: toda interação ocorre num espaço, esse espaço dotado de regras/normas/costumes, e que se modifica com o curso da ação. Assim a “ação simbólica é um composto duplo, constituído por um passado inescapável e por um presente irreduzível” (SAHLINS, 2003, p. 189). Cada momento concreto carrega as estruturas anteriores de um 'passado' acumulado (o que torna a interação minimamente previsível, ou calculável), porém, por sua contingência, é um ato único de interação que acaba colocando a prova essa bagagem anterior, abrindo a possibilidade de atualização e mudança.

É o conceito de experiência que permite essa negociação entre a produção ativa e agenciada dos conteúdos culturais/cognitivos, por um lado, e sua acomodação/negociação com os conteúdos culturais/cognitivos 'cristalizados' nas estruturas que compõem o 'campo'. A experiência permite pensar o sujeito “posicionado” e “constituído” nos diversos eixos de diferenciação presentes na sociedade (BRAH, 2006) e, também, como a ação coletiva “se organiza, então, organizando seus ambientes” através de “critérios de experiência que vão permitir a seus atores que se orientem, compreendam o que fazem e o que as circunstâncias fazem deles” (CEFAI, 2009, p. 28). Esse é o objetivo do próximo capítulo quando analisaremos a importância desses 'quadros' de significado e como eles ajudam a compreender o engajamento pessoal e o funcionamento do movimento LGBT capixaba.

### 3 AS MILITANTES CAPIXABAS

O dia estava lindo, o mar, verde. No horizonte víamos a paisagem maravilhosa do Rio. Escolhemos uma das mais belas praias do litoral ao norte de Niterói, onde estaríamos a vontade. Meus amigos, todos de outros estados, estavam encantados com a vista e o encontro, que não ocorria há quase 30 anos.

Nós quatro carecas, mais gordos e barbados. A calvície e a barba era pelo hormônio. A gordura, por vários motivos, inclusive a idade.

O dono do quiosque onde nos sentamos e pedimos cerveja e Coca deve ter ficado com a pulga atrás da orelha com aquele grupo de amigos, todos com cicatrizes no peito e na barriga. Acho que parecíamos veteranos de alguma guerra, o que de certa forma éramos de verdade.

*João W. Nery. Viagem Solitária: memórias de um transexual trinta anos depois*

Reconhecer parceiros e aliados, mobilizar recursos, atuar de forma coordenada: atividades imprescindíveis para que os movimentos sociais possam manter continuamente suas atividades e atuar nas disputas políticas. Retomando nossa definição de movimento social, estes são compostos por pessoas sem acesso ao poder de realizar as alterações sociais que julgam necessárias, por isso entram em disputa com opositores, e essa falta de poder tem por consequência a relativa falta de recursos para conferir *incentivos seletivos* para a atuação de seus membros. Assim o que explica o engajamento não pode ser o ganho pessoal advindo da ação política (embora ela exista em maior ou menor grau).

Os sentimentos de pertença e solidariedade parecem suprir essa lacuna dos recursos existentes para conferir o incentivo a mobilização. Para Joan Scott (1998, 2005) pertencer a um grupo categorial traz conforto e posiciona o sujeito em seu lugar no mundo, e isso se torna particularmente importante quando falamos de categorias identitárias como travestis e transexuais, experiência marcadas pela exclusão e pela marginalização no contexto brasileiro. Como a autora mesmo define:

O elevado senso de identificação que surge com a redução de um indivíduo a uma categoria é, ao mesmo tempo, devastador e embriagador. Como objeto de discriminação, alguém é transformado em um estereótipo; como membro de um movimento de luta, esse alguém encontra apoio e solidariedade. (SCOTT, 2005, p. 19)

Scott tem em vista, contudo, que os processos de autoidentificação com o grupo serão sempre

problemáticos e conflituosos, nos levando a vislumbrar as fissuras e descontinuidades nesta negociação entre indivíduo e grupo. Mesmo assim, para esta autora, as demandas por justiça e igualdade serão necessariamente formuladas nos mesmos termos da opressão, apoiando-se nas identidades que se pretende emancipar. Concordo com ela quando diz que as identidades coletivas se apresentem como formas “inescapáveis de organização social” (SCOTT, 2005, p. 20) pois é mediante elas que se fixam os quadros de significados compartilhados que permitem a ação individual ser coordenada num movimento social.

Entender os emaranhados de significados que são tecidos entre as identidades coletivas e a mobilização política é um empreendimento arriscado. Primeiro porque os quadros interpretativos que levam os sujeitos a se mobilizarem coletivamente e se manterem unidos durante a disputa política estão em constante mudança, se adequando aos contextos concretos da interação entre os movimentos sociais, seus opositores e apoiadores. Tal dinâmica leva a ao perigo de uma descrição que nasce obsoleta diante da dinâmica de invenções e descartes de ideias e símbolos utilizados para gerar a ação coletiva.

Um segundo perigo é a própria parcialidade da análise de um quadro interpretativo. Se partirmos da premissa de que os sujeitos estão enredados, quer em “redes de significados” (GEERTZ, 2008) ou em “campos” específicos (BOURDIEU, 2010) que lhes são anteriores, devemos ter em mente que qualquer quadro explicativo é em si parcial, fruto de um processo de recorte e ordenação que leva o caos do mundo a parecer ordenado, dotado de sentido.

Neste sentido o processo que é desenvolvido neste trabalho é similar a proposta weberiana de construção de uma “possibilidade objetiva” (WEBER, 1973), em que o pesquisador é responsável por isolar, dentro de uma infinidade de componentes causais, aqueles que melhor o ajudam a compreender um fenômeno ou uma cadeia causal. Assim sua descrição analítica é uma 'possibilidade' objetivada pelo método de coleta dos dados o que ajuda a imputar causalidade e racionalidade na ação dos sujeitos: a análise não seria um “espelho fiel da realidade, pois esta contém infinitas determinações” (CUSTODIO, 2012, p. 73)

Além dessas questões fica a dúvida de como alcançar a compreensão de fenômenos que não são objetivos: ideais, alianças, sentimentos de solidariedade (de reciprocidade ou de confiança) não são mensuráveis de forma quantitativa, como receitas e custos a serem lançados de forma monetarizada numa contabilidade de movimentos sociais.

As travestis e transexuais capixabas acabam se constituindo como sujeitos em torno das experiências cotidianas de opressão, ou como nos fala Layza de Castro, “conhecendo esses movimentos eu não só me vi como uma pessoa trans, eu me vi como cidadã”. Layza tem um histórico de ativismo que se inicia na adolescência: primeiro foi ligada ao movimento estudantil onde atuou no grêmio da escola e conheceu a UJS<sup>71</sup>, depois, aos 16 anos de idade, acompanha o movimento de orçamento participativo no município da Serra. Em seguida se aproxima da associação de moradores do bairro onde reside. Quando questionada sobre sua entrada no movimento de travestis e transexuais, Layza aponta:

A questão é, quando você tem sua orientação sexual e sua identidade de gênero negada pela sociedade, como ... como um todo, você sofre de muito preconceito você quer um espaço que você possa ter voz. Eu atuei nesse espaço justamente para aquelas outras pessoas que viriam após a mim, depois de mim portanto, não passasse pelo mesmo (Layza de Castro, entrevista em 12/11/2014)

Como no caso das transexuais que Berenice Bento (2006) acompanhou, as pessoas que se identificam ou são identificadas como travestis e transexuais parecem se constituir como um grupo através dos sentimentos individuais de revolta. Estes tem a potencialidade de tornarem-se movimentos sociais quando são capazes de diagnosticar o quadro de opressão e a partir disso desenvolver propostas de intervenção e de mudança social. Como a mudança não se dá de forma rápida, e tais propostas estão em concorrência com outros projetos de sociedade, o movimento social deve ser capaz de sustentar no tempo a disputa por seus objetivos.

Neste sentido a solidariedade do grupo pode ser de grande utilidade na organização do movimento. Para Sidney Tarrow:

[...] construir um movimento em torno de fortes laços de identidade coletiva, seja ela herdada ou construída, poupa muito o trabalho que normalmente seria da organização; mas ela não pode fazer o trabalho da mobilização, que depende do enquadramento interpretativo das identidades de tal forma que elas conduzam a ação, a alianças e à interação (TARROW, 2009, p. 155)

Retomando a discussão de Robert Benford e David Snow (2000), isso devesse a produção de

<sup>71</sup> A UJS – União da Juventude Socialista é uma associação civil que atua através do movimento juvenil e com clara inclinação socialista (ver: <http://ujjs.org.br/index.php/sobre-a-ujjs/estatuto/> acessado em 02/02/2015).

'quadros' interpretativos que são construídos como parte da negociação dos “partidários<sup>72</sup>” sobre o significado compartilhado da mobilização: indicando a condição ou situação problemática que precisa de mudança, atribuindo culpa sobre esta situação ou condição, articulando as alternativas disponíveis e produzindo o apelo para que os atores ajam para realizar a mudança.

Essa produção coletiva do significado acaba por influir na ação das ativistas capixabas e, é importante compreender, que o trabalho do pesquisador neste ponto é a 'reconstrução parcial' da realidade e das ações desses agentes, já que:

[...] se uma decisão individual não puder ser concebida idealmente pelo pesquisador, não será possível atribuir a esta escolha individual uma posição na constelação causal do desenvolvimento do fato histórico [...] isto não é uma questão de livre arbítrio, psicologia ou ética, mas de como o agente deliberou em relação às circunstâncias que estavam dadas para o seu padrão de conhecimento da realidade, com vistas a um fim que ele almejava (CUSTÓDIO, 2012, p. 60)

Esses 'padrões de conhecimento da realidade' e 'fins almeçados' que guiam as decisões individuais dos sujeitos parecem produzidos, sobretudo, no que podemos chamar de “núcleo de tarefas do enquadramento<sup>73</sup>” (BENFORD e SNOW, 2000, p. 615) que englobam os enquadramentos de diagnóstico, de prognóstico e de motivação. Assim o processo de diagnóstico do quadro desfavorável ao grupo e a produção de propostas de mudança social (ou prognóstico) são cruciais para dotar o movimento social de sentido. Sem o diagnóstico do que está errado na sociedade, a necessidade de mobilização coletiva parece descabida, sem o prognóstico do que deve ser mudado para alcançar a justiça e o bem-estar social, o movimento não tem objetivo. Assim a constituição de um *frame* específico, um 'enquadramento' da injustiça, deve ser realizado para dar corpo a reivindicação de mudança social. Esta conclusão parece ser partilhada por Diani e Bison, que escrevem:

A ação coletiva não somente se orienta para o trato de problemas coletivos, para corrigir injustiças, conquistar bens públicos, atacar fontes de descontentamento, ou expressar apoio a certos valores ou princípios morais; ela o faz identificando alvos para os esforços coletivos, especificamente articulados em termos sociais ou políticos (DIANI e BISON,

<sup>72</sup> “Adherents”, no original.

<sup>73</sup> “Core framing tasks”, no original.

2010, p. 3)

Diante da pergunta sobre quais as “principais demandas do movimento trans atual, e quais os problemas mais urgentes a serem combatidos?”, Deborah Sabará aponta a “invisibilidade e o preconceito” como as principais barreiras do movimento, ao passo que Natália Becher aponta a “dignidade e o resgate da cidadania” como as demandas mais urgentes. Tais formulações devem ser entendidas como fios condutores das ações práticas do movimento social.

A discussão do uso do nome social na Prefeitura de Vitória e na Assembleia Legislativa do estado são os desdobramentos práticos de uma luta por visibilidade e superação da exclusão. Já o projeto Trans em Ação tem o objetivo de, através da busca ativa das pessoas *trans* em situação de vulnerabilidade, promover sua inclusão social, e de certa forma o 'resgate' de sua cidadania. As formulações mais genéricas sobre a ação política, quando compartilhadas dentro do campo político e coletivamente discutidas entre movimento e ativistas, geram as ações e iniciativas nos movimentos sociais.

A diferença entre a revolta individual e o movimento social é, portanto, de escala de mobilização. Os eventos cotidianos de opressão e injustiça podem se tornar, em algum momento da biografia pessoal, episódios de “choque moral<sup>74</sup>” (JASPER, 1995): o momento em que o cotidiano de opressão torna-se 'ultrajante' e acaba impelindo o sujeito na busca de mudanças para aquela situação. Para este autor, não só os espaços de movimentos sociais e as redes de contatos entre ativistas desempenham um importante papel para a mobilização dos indivíduos, a constituição de um episódio em um 'choque moral' também desempenha um importante papel no recrutamento de novos militantes (idem, pg. 499).

Porém o episódio de injustiça que se apresenta ao sujeito de forma 'chocante' só parece revestida da potencialidade de o transportar da indignação particular para a ação coletiva se for compartilhada. A revolta individual, quando traduzida em uma revolta coletiva por meio do diagnóstico, é capaz de convencer apoiadores a se mobilizarem para a disputa política (e mantém o conflito aceso tempo suficiente para ocasionalmente gerar mudanças sociais). Assim a 'experiência', que é individual (porém socialmente posicionada), pode ser coletivamente elaborada no “fluxo de experiência” e engajar o “devir coletivo” (CEFAÏ, 2009,

---

<sup>74</sup> “*Moral shock*”, no original.

p. 26). Voltando a fala de Layza de Castro:

Agente vive política a todo momento [...] e se você não atua no movimento, e você não sabe que vai sofrer ataque e que você vai ser atacada, e não se defender [...] você vai voltar pra trás e, isso eu pensei, hoje a gente olha pra trás e viu que sofreu tanto mas hoje os tempos, assim, temos um pouco de reconhecimento. Não como a gente queria, mas a gente tem um pouco (Layza de Castro, entrevista em 12/11/2014)

Os sentimentos de injustiça e a opressão vivenciada devem ser traduzidos, coletivamente gestados e produzidos, para que ressoem aos ouvidos e corações dos demais ativistas e os levem a ação coordenada. Contudo, esse processo, para ser bem-sucedido, deve manter certa correspondência com as necessidades, mazelas e anseios reais dos ativistas e de seus apoiadores. Quando a opressão cotidiana é traduzida num plano de ação este deve manter certa relevância junto as histórias reais dos envolvidos.

Tais formulações estruturam o campo de possibilidades políticas que os ativistas encontram para sua atuação, limitando o espectro de problemas legítimos de serem discutidos. Como aponta Pierre Bourdieu:

O campo político exerce de facto um efeito de censura ao limitar o universo do discurso político e, por este modo, o universo daquilo que é pensável politicamente, ao espaço finito dos discursos susceptíveis de serem produzidos ou reproduzidos nos limites da *problemática* política como espaço das tomadas de posição efetivamente realizadas no campo [...] A fronteira entre o que é politicamente dizível ou indizível, pensável ou impensável para uma classe de profanos determina-se na relação entre os interesses que exprimem esta classe e a capacidade de expressão desses interesses que a sua posição nas relações de produção cultural e, por este modo, política, lhe assegura (BOURDIEU, 2010, p. 165. Grifo no original)

No caso das travestis e transexuais o resgate da dignidade é um resgate da condição de “cidadã”, uma vez que o campo da política institucional parece perpetuar um “fracasso na representação” <sup>75</sup> (FRASER, 2008) de alguns sujeitos dentro do terreno político. As pessoas trans nem sempre foram 'problemáticas' políticas legítimas o que as leva a invisibilidade política

A este quadro de exclusão podemos dar o nome de “fracasso da representação político-

<sup>75</sup> “*Representación fallida*” no original.



ordinária<sup>76</sup>” (Fraser, 2008, p. 43), que nada mais é do que a exclusão institucional de certos grupos categoriais. No limite o 'quadro' que organiza o campo político é responsável por dizer 'quem' são os sujeitos que estão aptos a interagir uns com os outros, e o resultado é que os excluídos serão levados a uma situação de “desenquadramento<sup>77</sup>” (Fraser, 2008, p. 45) onde tais populações podem ser alijadas do direito de serem interpretadas como pertinentes ou importantes na disputa política. O “fracasso da representação política-ordinária” leva a uma representação desigual no campo político; o “desenquadramento” desqualifica o sujeito na participação política levando a uma 'morte política'.

Natália Becher teve sua entrada no ativismo facilitada pelo uso da internet. Os discursos positivos do movimento LGBT e as formulações dos movimentos feministas foram cruciais para seu primeiro 'aprendizado' dos movimentos sociais ou, como ela mesmo formula, “se educar e aprender a respeito”. Porém Natália está ciente de que a internet é “terra de ninguém” e aponta que existem muitos discursos problemáticos circulando na rede:

Agora eu consigo perceber que está começando a juntar a questão do movimento feminista, que é uma coisa importante, abarca as necessidades, esse feminismo interseccional, e que agora está começando esse diálogo com o movimento feminista e ter pautas específicas para, por exemplo, o movimento trans, a questão do movimento negro. Se bem que já há esse diálogo do movimento negro com o movimento feminista como um todo [...] Agora na internet é terra de ninguém, digno de Primeira Guerra Mundial as vezes. É um lugar com muitas falas problemáticas mas também tem assim falas boas porque problematizam alguma questão e dá o diálogo. On-line tem muita coisa boa pra você aprender, ler [...] uma coisa bem problemática é o evento conhecido de pessoas TEFs<sup>78</sup> [...] um grupo de pessoas que se dizem uma vertente do movimento feminista, especificamente dentro do feminismo radical (embora elas não sejam sinônimo de feminismo radical) existem algumas pessoas que dentro do movimento feminista adotam o feminismo radical transfóbico [...] é feminismo transfóbico, são mulheres que elas não pregam sua liberdade, não pregam o empoderamento de mulheres, elas pregam o ódio a trans [...] para elas não existem homens e mulheres, existe macho e fêmea. Mulheres trans são machos inseridos pelo patriarcado pra poder tentar espionar ou romper ou roubar o movimento feminista de 'nós' nascemos com útero e vagina. Que somos as fêmeas mesmo. Mas isso não é transfóbico? Não, elas dizem ter uma divergência ideológica de mim [...] As mulheres dessa vertente usam o discurso da divergência ideológica pra poder defender a posição delas de exercer a transfobia (Natália Becher, entrevista em 13/11/2014)

Por mais que Natália seja influenciada pelo discurso feminista para sua atuação, ela está

<sup>76</sup> “Representación fallida político-ordinaria” no original.

<sup>77</sup> “Des-enmarque” no original.

<sup>78</sup> Não consegui localizar sites ou comunidades virtuais que se posicionassem como movimentos feministas transfóbicos. Encontrei, é certo, diversos sites com respostas críticas a esses posicionamentos, indicando endereços virtuais de movimentos 'feministas radicais' que, porém, já haviam sido excluídos.

ciente de que não se trata de toda e qualquer formulação que atenderá suas expectativas de atuação política. O discurso do feminismo transfóbico é um exemplo extremo de discordância entre os quadros interpretativos gerados em certas iniciativas de movimentos sociais e as demandas concretas dos ativistas, da falta de “aderência<sup>79</sup>”. A aderência de um quadro interpretativo é crucial para que este gere a mobilização coletiva. Para Benford e Snow (2000) um quadro interpretativo, para ser bem-sucedido, deve gerar ressonância que, nada mais é, do que a efetividade do poder de mobilização do 'quadro' interpretativo gerado na negociação coletiva de significado. Assim temos em mente que determinados 'quadro' de significados influenciam os contextos de mobilização e atuação, ao passo que outros não são capazes de mobilizar as pessoas. No caso do feminismo transfóbico, o 'quadro' dos movimentos TEFs, na verdade, parecem levar a uma mobilização contrária.

A “aderência” do quadro interpretativo é entendido assim como a correspondência entre sua formulação, e as expectativas dos ativistas, e diz respeito tanto a “comensurabilidade experiencial<sup>80</sup>” que indica até que ponto os aspectos mobilizados por determinado enquadramento são significativos para as experiências cotidianas dos públicos-alvo da mobilização coletiva, quanto para “fidelidade narrativa<sup>81</sup>” que é a correspondência entre os elementos mobilizados pelo enquadramento e as narrativas culturais dos alvos da mobilização coletiva (BENFORD e SNOW, 2000, p. 621). Quanto maior a proximidade entre as experiências cotidianas e os aspectos mobilizados pelo 'quadro', maior será a probabilidade de mobilização, sempre tendo por referência os constrangimentos e limites que a 'cultura' impõem para a atividade dos enquadramentos dos movimentos sociais.

Ainda seguindo estes autores, para que a disputa seja mantida, apoiadores e opositores devem falar um mesmo *idioma* político, próximo ao sentido de uma “gramática política” (ALVAREZ, 2014, p.19), se quiserem competir, disputar, construir alianças ou simplesmente dialogar. Nas modernas democracias, onde os movimentos sociais são a forma legítima de disputa política entre grupos de pessoas sem poder e opositores poderosos (TARROW, 2009) o diálogo faz parte do conflito político e, portanto, deve ser codificado de forma semelhante para ambos os lados da contenda.

---

<sup>79</sup> “*Saliency*”, no original.

<sup>80</sup> “*Experiential coomensurability*”, no original.

<sup>81</sup> “*Narrative fidelity*”, no original.

Após a produção coletiva dos 'quadros' que permitem diagnosticar os problemas enfrentados e propor soluções, cada indivíduo que adentrar ao campo político deve tomar conhecimento de seu funcionamento. Esta adequação do indivíduo ao “campo” político é o aprendizado ativo, objetivo e subjetivo, de suas regras e códigos. Sem tal aprendizado não é possível mobilizar os recursos necessários para a atuação política, para a manutenção da disputa em torno de um projeto de justiça e inclusão. Deborah Sabará aponta essa necessidade de se conhecer a forma de se fazer política:

As pessoas vinham me criticando, por que eu sempre achava que seria mais interessante trabalhar com movimento social dentro do fórum, por que a gente não tem entidade. A gente é tipo que, não partidário [...] não se fez nada no Espírito Santo, porque? Porque a gente não tem movimento. Não correu atrás de edital. Não correu atrás de emenda parlamentar. Quando eu fui aprender isso, foi agora. Entendeu? Então a gente vai aprendendo e Vanilly sempre, Vanilly e outras pessoas, sempre em cima, 'Débora é assim, assim, assado' [...] lógico que é um caminho doloroso né, gente. Até a gente conseguir aprender isso tudo. Por que tem entidades ae minha filha que são maca velha, nem sai de casa, fica só na internet, faz projeto, ganha-se. Tudo numa sala, e nós aqui suando pra fazer esse Trans em Ação (Deborah Sabará, entrevista em 05/12/2014)

Por mais que seja um processo *doloroso* ele é necessário. Se o conhecimento das regras do campo permite angariar recursos para o movimento social, ele também é condição para a própria participação das militantes nestes espaços de disputa política. Os 'quadros' interpretativos que regem o campo político e possibilitam a representação efetiva dos grupos é uma construção coletiva e com efeito:

[...] nada é menos natural do que o modo de pensamento e ação que é exigido pela participação no campo político: como o *habitus* religioso, artístico ou científico, o *habitus* do político supõe uma preparação especial. É em primeiro lugar, toda a aprendizagem necessária para adquirir o *corpus* de saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados econômicos, etc) produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado ou das capacidades mais gerais tais como o domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política (BOURDIEU, 2010, p. 169)

As teorias, problemáticas, conceitos e tradições históricas levantadas por Bourdieu são os 'quadros' compartilhados que as travestis e transexuais devem conhecer e rotinizar para serem capazes do “domínio prático” (idem) sobre o campo político. Carlos José teve o primeiro contato com movimentos sociais quando atuou como agente de prevenção na ACARD. Sua

entrada se deu pela necessidade de emprego:

Sempre tive vontade de ajudar as pessoas ... aí minha amiga me ligou e falou assim 'tem uma ONG, na prefeitura de Vitória, que está contratando homossexuais, travestis'. Eu fui e procurei essa ONG que era a ACARD. Fiz minha inscrição, esperei, falei 'ah, eu não vou ser chamado'. Aí o telefone tocou, pra eu fazer a entrevista. Aí eu fiz a entrevista, esperei mais um pouco, passei na entrevista e me chamaram. Foi onde atuei e gostei muito. Por estar trabalhando com as minhas amigas, com preservativo, estar visitando. Foi onde pude atuar bastante e gostei (Carlos José, entrevista em 02/12/2014)

Porém durante sua participação na Associação, Carlos teve oportunidade de entrar em contato com ativistas e militantes que o ajudaram a compreender a atuação dos movimentos sociais e também como atuar politicamente. Ao contar da possibilidade de ir a Brasília para um evento do Ministério da Saúde, que reuniu diversas entidades que atuavam no combate a DST/AIDS<sup>82</sup>, Carlos aponta com entusiasmo a possibilidade de, pela primeira vez, poder dialogar sobre assuntos como nome social e o acolhimento de travestis e transexuais no Sistema Único de Saúde (SUS).

Como argumentado, se esse aprendizado das regras do 'campo' político acabam por conformar os sujeitos, diferentes campos com diferentes 'quadros' cognitivos levam a construção de movimentos diferentes. O contexto do movimento capixaba leva a constituição de um perfil próprio, um “jeitinho capixaba” como pontua Deborah Sabará sobre sua atuação na ABGLT:

Falam que a gente tem um jeito de se comportar. Eles falam assim. Quando a gente chega em algum evento, eu e a Vanilly, eles sabem que a gente tem um certo tipo de comportamento que é diferenciado de outros estados. Então tem o comportamento das capixabas [...] eu já recebi críticas assim do tipo por não estar em nenhuma entidade. Por que todas as vezes que eu chego lá todo mundo pergunta: qual a sua entidade? Pra mim entrar no movimento, entende? [...] Todo mundo sabia que eu não queria ser de entidade nenhuma, mesmo assim Vanilly achava interessante pra gente participar da ABGLT. Há também uma análise que eu faço que a presença das capixabas na ABGLT é um jeito capixaba. A gente não tem aquela disputa, mas a gente também é crítica [...] mas eles gostam porque a gente não tem aquelas frescuras, porque gente tem uma trans lá em Curitiba que pelo amor de Deus, a mulher faz da cara do governo uma palhaçada. No último evento agora ela exigiu carro pra ela sozinha, sabe? Daí o movimento ameaça o ministério, ameaça as pessoas, que “tem de tratar diferenciado, porque sou diferenciada!”. Sabe? É chocante! [...] Lógico que a gente tem uma dificuldade, no Brasil todo. Os lugares mais polêmicos, ou mais perigosos, as metrópoles com mais serviços voltados para a população LGBT, é onde estão os movimentos mais afamados, mais ligados. E eu fiz minha análise também sobre isso porque, se a gente pegar o Nordeste agente verá que o Nordeste

<sup>82</sup> Infelizmente Carlos não consegue se recordar do nome do evento, que ocorreu em 2013.

é bem mais evoluído com questão das entidades. Gente, tem projetos lá maravilhosos. Tem um projeto de Pernambuco que estava vindo de um espetáculo de trans, gente! Bancado pela Secretaria de Cultura! (Deborah Sabará, entrevista em 05/12/2014)

Para Deborah o movimento no Espírito Santo se diferencia em dois pontos principais: a fragilidade das entidades locais e a falta de 'frescura' e de 'disputas' inúteis com atores políticos nacionais. Deborah, Natália e Layza parecem concordar em suas entrevistas que o movimento capixaba é desarticulado e 'fraco', com poucas *entidades* que possam articular ações ou angariar recursos para a atuação política. Essa situação de “patinho feio”, como elaborado por Deborah, leva as militantes capixabas a não ingressarem em disputas com atores políticos nacionais. Regina Facchini (2005) já apontava na década de 1990 a tendência dos atores que se ligavam ao movimento LGBT de disputarem, para além dos escassos recursos, a legitimidade de suas ações.

Porém se as militantes capixabas não entram em atritos com atores nacionais, dentro do campo LGBT do Espírito Santo a situação é diferente. Todas as ativistas entrevistadas apontavam que o principal desafio do movimento no estado era produzir a união entre seus militantes, e que as disputas internas estavam enfraquecendo o movimento.

Conseguimos hoje com poucas pessoas. Falta o agregamento, a coletividade. Temos que nos entender como pessoas travestis e transexuais, não importa o seu foro particular. Se um é do partido B e outro do C, e assim vai. Temos que lembrar que a efetivação das políticas, que a despatologização do nosso grupo social (pessoas travestis e transexuais), que o nosso engajamento no movimento estudantil, no contexto da universidade, no contexto da saúde, tudo depende muito da união e do esforço de cada um de nós. Falta sensibilizar que cada vez que nós, pessoas travestis e transexuais nos agredimos, um político homofóbico solta sorrisos e beijos. Cada vez que nós discutimos por políticas partidárias, um político bate palma, um evangélico nos ataca, um prefeito nos nega direitos, um governador engaveta projetos. Falta muito aquela questão da gente se unir, e se a gente não se unir a gente vai ficar pra trás. (Layza de Castro, entrevista em 12/11/2014)

A gente não soube lidar com as nossas diferenças dentro do movimento. Talvez minha implicância com o [nome do militante], a implicância dele comigo, e entender que o [nome do militante] é importantíssimo para o processo [...] imagine nós do Espírito Santo não ter essa dimensão das diferenças das pessoas, no que o meu pessoal interfere e no que ajuda também (Deborah Sabará, entrevista em 05/12/2014)

As falas exemplares acima indicam os principais elementos, apontados nas entrevistas, como produtores de desavenças e atritos entre as militantes. Layza de Castro aponta como as

disputas *partidárias* acabaram minando o movimento LGBT, em clara referência ao contexto do final de 2014 quando a corrida eleitoral à presidência acabou tencionando os ânimos dos ativistas no estado. A reverberação, no âmbito local, da disputa presidencial federal acabou por acirrar antigas inimizades, e gerar novos desconfortos entre os ativistas, ou como Deborah Sabará indica, uma *implicância* generalizada que não parece ter terminado com o início do atual mandato. Com efeito, durante as últimas visitas ao campo, principalmente nas reuniões do Fórum Estadual LGBT, era nítida a existência de uma oposição 'velada' de um grupo de ativistas com relação a outro, sendo que essa oposição se organizava em torno das filiações partidárias dos membros.

### 3.1 Agendas políticas nacionais e contextos locais

**Pesquisador:** Deborah, com relação a questão da despatologização das identidades trans, qual sua posição ou opinião?

**Deborah Sabará:** Alguém já perguntou para as trans? Quem são as trans que querem?

Foi em tom de desafio que Deborah Sabará respondeu a minha questão sobre a proposta de despatologização das identidades trans, uma das pautas que compõem o que chamo de agenda política *trans*. De forma geral, o conjunto de demandas que Mario Felipe Carvalho (2011) levantou em sua etnografia nos encontros nacionais do movimento de travestis e transexuais é conhecido pelas ativistas capixabas, porém, assim como nos fóruns nacionais de discussão, tais proposições estão longe de encontrar consenso.

A questão da despatologização é um bom exemplo, tanto das distensões internas ao movimento, quanto da necessidade da demanda 'aderir' as expectativas reais baseadas na experiência concreta das ativistas. Natália Becher, por exemplo, indica que no início era a favor da patologização da transexualidade como uma forma de *respaldar* as modificações corporais via SUS. Em sua análise na época o reconhecimento de sua condição como 'doente' seria mais legítima, por exemplo, do que se sua necessidade de cirurgia fosse encarada como 'estética'. Porém, ao entrar em contato com o contexto de militância e as proposições do transfeminismo, Natália acaba por rever sua posição inicial. Como ela mesma comenta:

A ideia era o que: é tão difícil pra poder obter o acesso a terapias hormonais, acompanhamento endocrinológico, cirúrgico e psicológico que então (e ter isso custeado pelo governo nessa demanda em saúde) que seria interessante manter a patologização que manteria um respaldo governamental, de saúde e jurídico pra você poder ter acesso [...] depois revi alguns conceitos meus que estavam errados e parei e pensei: o que que é doente em ser trans? (...) se o doente é ser trans, então o saudável é ser cis<sup>83</sup> [...] há uma hierarquia ideológica e relação de poder que é problemática (Natália Becher, entrevista em 13/11/2014)

A patologização leva a redução da pessoa trans a ser um “ratinho de laboratório” pela objetificação, assim ela vê nessa situação um processo “desumanizador”. Sua condição de ser uma pessoa trans deixa de ser um problema na medida que ela entra em contato com os discursos da militância. Uma vez que “o problema era como o mundo batia de volta a expressão do que eu sou” ela chega a constatação de que o problema não estava na transexual Natália, mas no “mundo”, e a proposta de despatologização se torna interessante

Layza de Castro comenta que “não se sente doente” por ser uma pessoa trans, pelo contrário, a associação de sua identidade de gênero a patologia para ela é uma agressão. Porém reconhece que sem o CID F64.0<sup>84</sup> e o diagnóstico de transtorno de identidade de gênero (TIG) ela não teria acesso ao processo de redesignação sexual. A patologia se apresenta, no seu caso, como um recurso estratégico, uma vez que ela não acredita estar doente. Na sua concepção, trabalhar as questões das identidades *trans* dentro da saúde pública sem lançar mão da patologia é “complicado”. Para Layza, “se você não é doente você não tem acesso a saúde”, assim exigir o atendimento sem recorrer ao expediente de reconhecê-lo como uma 'terapia' para uma 'patologia' estaria baseado num apelo junto a “sensibilidade dos governantes” sem qualquer garantia de êxito.

Deborah Sabará, como mencionado inicialmente, sente-se incomodada com a discussão da

<sup>83</sup> A palavra *cis* remete ao termo *cisgênero*, uma categoria surgida no movimento trans (mais precisamente nas vertentes feministas e transfeministas) que, segundo Leticia Lanz, designa uma “identidade de gênero [que] está em consonância com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer, ou seja, quando sua conduta psicossocial, expressa nos atos mais comuns do dia a dia, está inteiramente de acordo com o que a sociedade espera de pessoas do seu sexo biológico. Dessa forma, o indivíduo cisgênero é alguém que está adequado ao sistema bipolar de gêneros, em contraste com o transgênero, que apresenta algum tipo de inadequação em relação a esse mesmo sistema” (<http://www.leticialanz.org/cisgenero/> acessado em 21/02/2015).

<sup>84</sup> O Código Internacional de Doenças em sua 10ª edição (CID-10) indica no item F64.0 o transtorno de 'transexualismo'. Layza de Castro, que se encontra em acompanhamento dentro do processo transexualizador no estado da Paraíba cita o CID-10 explicitamente na entrevista.

despatologização, associando-a mais a uma demanda da academia do que das próprias ativistas. Com efeito, na etnografia de Carvalho (2011), ele aponta que a “Rede Internacional pela Despatologização Trans” não chegou a influenciar diretamente o contexto local onde “poucas organizações brasileiras do movimento de travestis e transexuais compõem essa rede” (idem, p. 120). Porém, “é notável no Brasil a participação de intelectuais e pesquisadores da área no debate sobre despatologização” (idem, p. 123). Assim para Deborah a demanda da despatologização parece vazia, sem sentido frente a necessidades mais urgentes. Retomando sua fala:

alguém já perguntou para as trans? Quem são as trans que querem? [...] se a gente sabe do histórico das trans de sofrimento, de recusa da sociedade, a gente tira e faz a despatologização a gente garante o processo transexualizador? [...] Eu sou mais tentar aprovar agora a aposentadoria das trans a partir dos quarenta anos. Chegou aos quarenta anos o governo aprova o salário que essa pessoa precisa, gosto dessa proposta [...] chegou aos quarenta anos dá uns dois, três salários pra pessoa e pronto, entendeu? Por todo o sofrimento que acarretou na vida dela (Deborah Sabará, entrevista em 05/12/2014)

Carlos José foi o único entrevistado que não apresentou muita familiaridade com a demanda. Para ele a ideia de patologia não era ligada, necessariamente, a sua vivência de “performances de gênero” (BUTLER, 2014) tidas como feminina. Diante da curiosidade dele com relação ao tema tivemos uma rápida conversa em que expus, de forma sucinta, o que queria dizer por despatologização. Neste ponto da entrevista Carlos indica que “uma amiga” chegou a alegar que ser trans não é uma doença mas uma “opção” ou “escolha”.

As divergências locais sobre o tema da despatologização acompanham os debates nacionais da militância *trans* e o impasse caracterizado, segundo Carvalho, como um:

[...] *double bind*, na qual, de um lado, há um consenso que as experiências relativas à transexualidade e à travestilidade não se tratam de uma psicopatologia; por outro lado, há um receio que o desaparecimento da categoria patológica [...] possa levar a desresponsabilização do Estado em arcar com os custos das tecnologias médicas envolvidas no processo transexualizador, já que não haveria mais uma patologia a ser tratada através de tais intervenções (CARVALHO, 2011, p. 122. Grifos no original)

Diante da demanda da despatologização das identidades trans temos quatro reações diferentes



das entrevistadas: reconhecimento da importância da demanda, o uso estratégico da patologia para acesso as demandas de saúde, o rechaço da pauta como algo secundário ou um “assunto para estudantes” e, por fim, o quase desconhecimento da proposição. O que leva a um acolhimento tão discreto deste componente da agenda trans?

Uma resposta a isso pode ser encontrada não na importância em si da demanda, mas em sua 'aderência' as expectativas concretas das ativistas e a seus históricos pessoais de inserção na militância LGBT. Para Natália Becher, que se reconhece transexual e tem acesso tanto aos discursos médicos terapêuticos quanto as elaborações transfeministas, a despatologização é um desdobramento lógico dentro da crítica que o termo *cisgênero* implanta no movimento ao nomear algo que antes não tinha nome, já que o 'normal' não precisa ser rotulado<sup>85</sup>. Defender que as travestis e transexuais não são 'anormais' mas apenas uma das configurações possíveis de subjetividade, tal como a subjetividade *cis*, leva ao questionamento da condição 'patológica' dessas vivências.

Semelhante conclusão é exposta por Layza de Castro que “não se sente doente” porém recorre a um certo “essencialismo estratégico” (SPIVAK, 2008, 2010) para garantir o acesso as modificações corporais. Layza reconhece que, no contexto capixaba, a redesignação sexual via SUS não esta plenamente regulamentada, por isso iniciou seu acompanhamento médico em outro estado, e identifica que sem o diagnóstico não alcançará seus objetivos de cirurgia.

Layza e Natália tem em comum um histórico de acolhimento na família, onde negociaram de forma mais ou menos conflituosa a aceitação de suas identidades de gênero. Ambas relatam em entrevista que se sentem com 'sorte' por esse acolhimento, já que conhecem histórias menos exitosas em que a expulsão do lar levam travestis e transexuais a situação de prostituição como forma de sobrevivência.

Carlos José também relata esse acolhimento na família, mesmo com certa tensão com os pais de forte inclinação religiosa, e de nunca ter sido “posto pra fora de casa” ou de ter sofrido qualquer sanção ou constrangimento. Importante lembrar que Carlos foi o único entrevistado a se auto-nomear com prenome e identidade masculina durante a entrevista, e se autoidentificar

<sup>85</sup> Uma importante discussão dentro dos estudos das sexualidades e identidades de gênero 'dissidentes' é a questão do normal e do anormal, como referenciado numa 'norma'. Esta construção do 'anormal' como aquele que se afasta da normatividade pode ser encontrada nos escritos de Michel Foucault (1988, 2001) que acaba por embasar tanto a ideia de uma norma heterossexual, ou “heteronormatividade” (BUTLER, 2014), quanto da norma *cisgênera* ou *cisnormatividade*.

como “homossexual”, mesmo assumindo uma performance de gênero feminina em vários momentos em que interagimos nos espaços de militância. Carlos mencionou, em diversas passagens de nossa conversa, que sempre foi de “respeitar” seus pais e familiares, indicando certo nível de negociação para a aceitação de sua identidade de gênero.

Deborah Sabará, contudo, nunca escondeu o fato de que atuou em diversos momentos da vida como profissional do sexo. Mesmo tendo ingressado junto a HUCAM para o acompanhamento do protocolo transexualizador, acaba deixando o programa e assumindo uma identidade de travesti, indicando em vários momentos sua desconfiança com relação a necessidade da cirurgia de redesignação. Deborah, como visto, é a que mantém a postura mais crítica quanto a necessidade da discussão da despatologização.

Na etnografia de Carvalho (2011) ao entrevistar a ativista campineira Janaina Lima, esta sugere a existência de dois 'eixos' de experiências que acabam por constituir duas categorias identitárias diferentes. Uma vez que as experiências fundam sujeitos, as diferenças entre travestis e transexuais parecem residir, ao menos em parte, no encadeamento de acontecimentos (comuns ao grupo) que se tornam marcantes para a constituição das identidades coletivas.

Assim no primeiro eixo as pessoas que decorrem de lares e meios sociais menos tolerantes com seus trânsitos de gêneros acabam mais estigmatizadas e marginalizadas, e esse processo as levam a expulsão do lar e a prostituição. Uma vez que são forçadas a se prostituir ocorre um processo de “desinibição corporal” (idem, p. 74) onde a necessidade de se fazer “qualquer coisa por dinheiro” leva a certa rotinização do sexo e a aceitação do pênis (tanto para negócios quanto para o prazer). A desinibição corporal e a aceitação do pênis fundariam a travesti.

Por outro lado, ambientes familiares e sociais mais tolerantes não empurram os sujeitos para a marginalização. Esses podem ser aceitos ou, mais comumente, reconhecidos como 'doentes' e encaminhados para o processo de “medicalização” (idem, ibidem). Os protocolos de redesignação sexual pregam a recusa e a repulsa ao próprio corpo (BENTO, 2006) o que acarreta um processo inverso ao da travesti, e a “inibição corporal” enseja na rejeição ao pênis e ao desejo à cirurgia. A transexual passível de ser diagnosticada, e por isso operada cirurgicamente.

Estes dois eixos de experiências podem ser aplicados para compreender a 'aderência' do 'quadro' de ação coletiva baseada na demanda da despatologização das identidades trans. Natália e Layza aproximam-se mais ao segundo eixo que organiza suas vivências concretas: forte acolhimento familiar, nenhuma experiência no mercado sexual e autoidentificação como transexuais. Para elas a demanda pela cirurgia é crucial e a discussão sobre a despatologização interfere diretamente nesta demanda: ora negando o componente patológico de sua condição, ora reafirmando para com isso alcançar certos objetivos estratégicos.

Já Deborah Sabará se enquadra no primeiro eixo, onde ambientes menos tolerantes a levaram para a prostituição e para os processos de desinibição corporal e aceitação do pênis (e com isso a rejeição da cirurgia de redesignação). Deborah reconhece a importância de um acompanhamento médico para travestis realizarem suas mudanças corporais pelo SUS e não nas mãos de *bombadeiras*<sup>86</sup>. Porém, se a modificação do próprio corpo é crucial, não é a prioridade para ela. A questão da subsistência e da qualidade de vida das travestis é mais urgente do que discussões de “estudantes” quanto ao caráter patológico de sua condição: requalificação de sua condição como uma 'não-doente' não lhe garante ganho algum de qualidade de vida, assim a despatologização não gera 'ressonância' ou influência na sua atuação.

A despatologização, como apontado, é intimamente ligada a demanda pelo acesso facilitado às modificações corporais pelo SUS. Por mais que a portaria do Ministério da Saúde<sup>87</sup>, atualmente em vigor, estabeleça que travestis e transexuais sejam os públicos-alvo do processo transexualizador são poucos os hospitais credenciados e dotados de equipes multidisciplinares aptas para lidar com as demandas.

Durante o ano de 2011, quando Mario Felipe Carvalho realiza o trabalho que uso como base para pensar a agenda trans, a portaria do Ministério ainda não existia e o atendimento as modificações corporais pela rede pública de saúde passava por outras questões. Os quatro hospitais credenciados para realizar as cirurgias de redesignação sexual<sup>88</sup> atendiam

---

<sup>86</sup> *Bombadeira* é o nome dado a pessoa, geralmente uma travesti mais velha, que conheça a técnica de injeção de silicone industrial em partes específicas do corpo, para dotá-lo de curvas e formas mais 'femininas'. A prática de *bombar* é arriscada e pode levar a sequelas e deformidades, mas é amplamente utilizada em diversas populações de travestis (PELUCIO, 2009; KULICK, 2008; BENEDETTI, 2006).

<sup>87</sup> Como já indicado, trata-se da Portaria 2.803 de 19 de novembro de 2013.

<sup>88</sup> Os hospitais universitários da UERJ, UFRGS, UFG e USP (CARVALHO, 2011, p. 112).

exclusivamente aos pacientes que eram devidamente diagnosticados com TIG, ou seja, além de poucos lugares para atendimento estes não contemplavam a população de travestis. Como ele mesmo relata:

A exclusão das travestis do processo transexualizador é pouco mencionada espontaneamente pelas minhas colaboradoras. Creio que essa situação decorra do fato de grande parte das travestis, principalmente as profissionais do sexo, já realizarem tais procedimentos de forma clandestina, fazendo uso do silicone industrial ao invés de próteses cirúrgicas e pela automedicação na ausência de possibilidades de uma hormonioterapia nos serviços públicos de saúde (CARVALHO, 2011. p. 113)

Com a Portaria 2.803 é reconhecido o acolhimento de ambos os públicos no processo transexualizador e a possibilidade de travestis ingressarem nos atendimentos de hormonioterapia e demais cirurgias estéticas sem a necessidade do diagnóstico de TIG ou o comprometimento de levar ao final o processo de realização da cirurgia de redesignação genital (o que a maioria das travestis não deseja). Assim a demanda muda de uma necessidade de regulamentação do acesso para a necessidade de efetivo atendimento na rede pública de saúde.

Todas as entrevistadas reconhecem que a demanda de acesso facilitado as modificações corporais é legítima e importante para o movimento capixaba e conhecem, mesmo que de forma superficial, a portaria do Ministério da Saúde. Contudo é unânime o reconhecimento de que, no estado do Espírito Santo, o efetivo acesso ao SUS por parte das pessoas trans não é garantido.

Natália Becher considera que a demanda pelo processo transexualizador foi central para o movimento político de transexuais, porém, com isso, outras questões importantes como o acesso a escolarização e ao mercado de trabalho, ou o problema da violência policial com relação a travestis e transexuais, acabou negligenciado. Ou seja, ocorreria uma redução grosseira que ligaria todos os problemas das transexuais ao acesso à cirurgia.

Muitas vezes as demandas políticas para transexuais envolvem a questão do acesso ao protocolo transexualizador. E muitas vezes, assim, não abordam as questões específicas que ambas as pessoas, travestis e transexuais, estão expostas como violência policial. Muitas vezes, ai entra aquela questão da exclusão do mercado de trabalho formal, 90% de todas as

travestis e transexuais estão onde? Na pista. Então o que acontece? É um trabalho, digno como qualquer outro, mas as vezes sofre violência policial, violência de clientes, violência sexual. Elas estão expostas! [...] E assim e como ficam essas questões? (Natália Becher, entrevista em 13/11/2014)

Uma vez que é estudante de medicina e almeja ingressar no processo transexualizador, Natália conhece a fundo o protocolo e reconhece que ele foi idealmente pensado para ser ofertado a travestis e transexuais.

Layza de Castro após diversas tentativas de ingressar no processo transexualizador no HUCAM resolve por fim partir para a Paraíba onde realiza seu acompanhamento clínico. Para ela:

Quando se fala em demandas para esses grupos [travestis e transexuais], a gente não tem agenda! A gente tem rodas de conversa, mas a gente não tem de fato uma efetivação de políticas voltadas. A gente tem uma adequação de lei, uma portaria. Mas muitas das vezes dependemos da aplicação do estado e dos municípios e muitas vezes eles [servidores] nem tem conhecimento de tal [...] O único hospital capacitado para fazer isso [processo transexualizador] era o HUCAM. Mas não temos o processo de hormonioterapia, e há uma grande urgência de se ter! Pois a maioria das pessoas trans (tanto travestis quanto trans<sup>89</sup>) tomam hormônio por automedicação. Não sabem o risco que tem pro fígado, pros rins, os riscos futuros de trombose e essas questões causadas pelo excesso de hormônios sem conhecimento total do corpo. Não temos esse processo aqui no Espírito Santo. Já a portaria que eu disse, a 2.803, ela cita o tratamento de hormonioterapia e toda uma equipe multidisciplinar em que você faz todos os exames para acompanhar sua taxa hormonal, pra vê como seu corpo vai reagir. No SUS existe uma portaria pra isso mas, na prática do Espírito Santo ela não existe, não temos. A maioria das pessoas, travestis principalmente, tomam hormônio de forma ilegal<sup>90</sup>, com desconhecimentos dos fatos que ela pode causar (tanto benefícios quanto malefícios), com a automedicação, inclusive a morte (Layza de Castro, entrevista em 12/11/2014)

Tanto Layza quanto Natália indicam em diversas passagens de suas entrevistas que as demandas de acesso as modificações corporais pelo SUS são demandas comuns a travestis e transexuais, variando apenas na questão do acesso à cirurgia de redesignação genital que seria pleiteado exclusivamente pelas transexuais. Deborah Sabará também recorda que os procedimentos oficiais para a implementação no SUS tanto da hormonioterapia para travestis,

<sup>89</sup> Neste ponto é interessante que Layza utiliza o termo *pessoas trans* como o termo englobante para travestis e transexuais que ela reduz no termo *trans*.

<sup>90</sup> Importante apontar que a compra de hormônios femininos em farmácias, por travestis e transexuais, não é um procedimento ilegal (por não se tratarem de medicamentos comercializados obrigatoriamente com prescrição médica). Acredito que a intenção de Layza é apontar não a ilegalidade, mas a insegurança da ingestão de hormônios sem acompanhamento especializado.

quanto do processo transexualizador para as transexuais, é condicionado pelo mesmo instrumento e decorre de demandas comuns. Assim parece ocorrer nesse contexto algo similar ao percebido por Mario Felipe Carvalho em que a “explicitação da similaridade nas demandas por transformações corporais parece servir de argumento para uma unificação das categorias identitárias, ao invés da proposição de uma nova política pública” (CARVALHO, 2011, p. 117).

O terceiro e último componente da agenda trans abordada em entrevista foi quanto a possibilidade de alteração de nome e sexo nos registros civis das pessoas trans. Para as pessoas trans, a impossibilidade de reconhecimento do nome social é uma das principais barreiras para a concretização da cidadania, mesmo em situações cotidianas, em que a falta de um documento oficial que as legitimem geram constrangimentos e situações vexatórias.

As principais consequências do não respeito ao nome próprio para as pessoas trans, segundo as entrevistadas, seriam a exclusão do mercado de trabalho formal e dos ambientes escolares. Para Natália Becher existiria um silêncio “político” sobre essa questão “que é uma coisa engraçada: o governo lembra de travesti e transexual quando tá no Carnaval e tem de fazer campanha de prevenção à DST. E no restante do ano?”. Na continuidade, quando questionada sobre os impactos para a vida social de travestis e transexuais ela pontua:

A pessoa tem todas as qualificações necessárias, daí volta também a questão do respeito ao nome, vai ver lá na hora de contratar você tá entrevistando o 'João' mas o nome tá 'Maria'. A desculpa, você não tem o perfil da nossa empresa (Natália Becher, entrevista em 13/11/2014)

No Brasil, o uso do nome social já é garantido em determinadas instâncias governamentais. Uma importante medida foi a Portaria nº233 de 18 de maio de 2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que assegura a utilização do nome social de pessoas travestis e transexuais que compoñham o quadro de servidores públicos da administração federal. Já para os usuários do SUS a utilização do nome social é garantida graças a portaria nº 675 de 30 de março de 2006<sup>91</sup>, o que permite atualmente a emissão do cartão do usuário

<sup>91</sup> Embora não mencione o uso de 'nome social', a portaria em questão estipula “a identificação pelo nome e sobrenome, devendo existir em todo documento de identificação do usuário um campo para se registrar o nome pelo qual prefere ser chamado, independentemente do registro civil” (Portaria nº675/GM – 30 de março de 2006)

portando apenas o nome social<sup>92</sup>. Soma-se a eles o Parecer Técnico 141/2009 do Ministério da Educação, solicitado junto ao Ministério pela ABGLT, e que se posicionou favorável a inclusão do nome social nos registros escolares.

Já no âmbito local temos a Prefeitura Municipal de Vitória que conta com legislação específica que assegura, a funcionários e usuários dos serviços públicos sob sua responsabilidade, a utilização do nome socialmente reconhecido. Esta conquista, como vista anteriormente, foi alcançada após duros embates entre movimento social, prefeitura e câmara de vereadores, e não se repetiu quando a Assembleia Legislativa do Estado (ALES) tentou, sem sucesso, estabelecer regras similares para os funcionários e servidores daquela instituição.

Mais recentemente a Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES) iniciou a mobilização da rede de militantes para a discussão de uma proposta a ser encaminhada ao governo do estado, de conteúdo muito similar a portaria nº233 do MPOG, para assegurar que as pessoas *trans* (tanto servidores quanto usuários dos serviços públicos) tenham assegurado o direito a uso do nome social, porém esta iniciativa ainda estava em fase de discussão durante a realização da pesquisa e não foi possível acompanhar seus desdobramentos.

Importante esclarecer que, em todas as situações descritas acima, o que as portarias nacionais e as legislações locais asseguram é a possibilidade de registro do nome social e a garantia de que as entidades e órgãos governamentais efetivamente reconhecerão os tais nomes para o tratamento dos usuários e servidores dentro de suas instituições e atribuições. Em nenhuma dessas resoluções é garantida a troca efetiva do registro civil de pessoas trans, o que leva tais avanços a um empasse na avaliação das entrevistadas.

Para Natália Becher, o uso do nome social é um paliativo, uma “cidadania conta gotas”. Uma vez que é prerrogativa de cada órgão e instituição o reconhecimento e regulamentação do seu uso, as pessoas trans se veem “perdidas” dentro da estrutura de estado sem saberem ao certo até que ponto, ou em quais instância, esse direito será reconhecido. “Já que, se a universidade

<sup>92</sup> Segundo relatos, o Cartão do SUS passou por diversas modificações com relação ao uso do nome social. Inicialmente o cartão portava o nome de registro e, abaixo, o nome social. Posteriormente o nome social foi colocado no cartão em local de destaque (sendo que o nome de registro era apostado no verso). Atualmente apenas o nome social figura no cartão, sendo que o nome de registro está presente apenas nos prontuários e documentações internas do SUS.

aceita o uso do nome social, e fora dela?” se pergunta Natália. Já para Layza de Castro estas legislações e resoluções esbarram no “despreparo” dos agentes públicos, que em situações cotidianas acabam “esquecendo” (propositalmente ou não) de usar os nomes escolhidos e registrados pelas travestis e transexuais, gerando ainda mais constrangimento.

Para Natália, Layza e Deborah o mais importante seria a possibilidade efetiva de alteração do registro civil. O direito ao reconhecimento do próprio nome é encarado pelas ativistas, como nos diz Natália Becher, como um “privilégio das pessoas cis” e é utilizado na prática para negar direitos as pessoas trans. Assim a aprovação do Projeto de Lei 5002/2013 (Chamada de Lei João Nery<sup>93</sup> ou Lei da Identidade de Gênero) que “permite a retificação de nome e sexo no registro civil para pessoas travestis e transexuais, sem ter que recorrer a boa vontade do judiciário” (Natália Becher) seria a solução mais confiável.

---

<sup>93</sup> O Projeto de Lei recebeu esse nome devido a atuação de João Nery, um dos primeiros homens transexuais a serem operados no país, que se tornou famoso pela publicação de uma biografia na década de 1980 e que foi relançada em 2011. Fragmentos dessa biografia foram usados, ao longo desse trabalho, como ilustrações da experiência vivida pela população *trans*.



## VISIBILIDADE, CIDADANIA E OUTRAS CONCLUSÕES

“Dona Joana!”, gritou o técnico radiologista, chegando à porta.  
 Todos os rostos convergiram para mim quando me levantei na sala de espera. Ouvi alguém sussurrar: “Chamaram Joana, não foi?”. O pior, entretanto, seria agora, quando enfrentaria a cara do profissional. Mais um desgaste brutal e humilhante.  
 Estiquei-lhe o braço e entreguei a receita numerada.  
 “Dona Joana...” repetiu, como perguntando onde ela estava.  
 “Sou eu”, disse timidamente, com um fio de voz, tentando evitar que alguém mais pudesse ouvir.  
 Olhou-me interrogativamente. Pigarreou e tornou a perguntar, como se precisasse de confirmação para esclarecer o mal-entendido:  
 “O senh... Quer dizer, a senhora é dona Joana?”  
 “Isso mesmo. O que faço agora?” perguntei-lhe em seguida, para encerrar a cena asfíxiante.

*João W. Nery. Viagem Solitária: memórias de um transexual trinta anos depois*

Até o momento esse trabalho indagou sobre os processos que levam as pessoas *trans* a se engajarem politicamente para a superação de suas mazelas cotidianas. As ativistas entrevistadas elaboram tais problemas ao pensarem em processos de 'invisibilidade' política e institucional, e de 'opressão' social, situações que são combatidas com 'políticas' voltadas para a inclusão e o resgate da 'cidadania' (como o projeto Trans em Ação) e pela 'visibilidade' (como a organização do Manifesto LGBT).

Contudo o questionamento inverso também é pertinente: o que leva as travestis e transexuais capixabas a não se mobilizarem, mesmo diante da injustiça? Por que a negação de direitos nas esferas jurídicas e institucionais, a expulsão do ambiente de acolhimento familiar pela não adequação às normas de gênero, ou o *continuum* de violências que vão do risinho mal-intencionado no ônibus até o tiro que vitimiza as profissionais do sexo na calada da noite, não se tornam (ao menos, para todas as pessoas *trans*) os momentos de 'choque moral' que as recrutam para o movimento político? *Visibilidade* e *cidadania* são ideias com apelo, com aderência, com importância para as pessoas *trans* capixabas, ou apenas para as militantes que estão inseridas dentro dos 'quadros' de ação coletiva do movimento social?

Hugo Quintela (2014), ao analisar histórias de vida de mulheres “na transexualidade<sup>94</sup>” no

<sup>94</sup> A opção pelo termo “mulher na transexualidade” deve-se a abordagem do autor de focar o processo de constituição do sujeito como um “projeto”, assim existiriam diversas “mulheres”, cada qual vivenciando uma experiência constitutiva diferente, sendo a transexualidade apenas uma dessas possibilidades (QUINTELA, 2014, p. 18).

Espírito Santo, argumenta que:

A minha compreensão é que muitas vezes não é o reconhecimento que o movimento LGBT busca é o que as mulheres na transexualidade às vezes estão em busca. A satisfação psicossocial, em muitas situações, fala mais alto do que as lutas políticas. Obviamente, não estou dizendo que uma coisa não tem a ver com a outra. As lutas políticas são importantes, mas nem sempre serão representativas para essas mulheres, ou são entendidas como interligadas as suas necessidades cotidianas (QUINTELA, 2014, p. 199)

As pessoas *trans*, que vivenciam uma situação de 'invisibilidade' jurídica e institucional, são acompanhadas, seguindo a sugestão desse autor, de uma “hipervisibilidade [que] no lugar de humanizar, desumaniza” (idem, p. 195) levando travestis e transexuais a serem reduzidas (no cotidiano) a caricaturas de si mesmas.

Não por acaso, as histórias de vida relatadas em sua pesquisa retratam o desejo de se 'passar' por uma mulher 'normal': o sentido último dos projetos de vida dessas mulheres na transexualidade é mais atrelado a conformação aos padrões e normas de “inteligibilidade de gênero” (BUTLER, 2014), do que por uma mudança estrutural da sociedade para a inserção das pessoas *trans* como plenas 'cidadãs'. Suas observações corroboram com as de Berenice Bento (2006) que indicam que a identificação como “transexual” não é o objetivo do grupo que ela estudou.

É impossível não fazer a comparação, entre a estratégia das travestis e transexuais de 'passar por mulher', com outra empregada em um contexto muito diferente (a segregação racial norte-americana da primeira metade do século XX). Assim temos:

[...] o fenômeno do *passing*, [que é] uma estratégia de reinvenção identitária pela qual um indivíduo se “faz passar” por integrante de um grupo social no qual não seria normalmente admitido. Como regra, no *passing* racial americano, um mestiço, socialmente classificado como negro, refaz sua identidade como branco [...] de modo geral, a estratégia era usada como forma de integração social, profissional e pessoal ao grupo dominante (MAGNOLI, 2009, p. 153. Grifos no original)

O *frame* de ação coletiva do movimento social, ao realizar o diagnóstico de injustiça, o liga a um estado de invisibilidade nos espaços de poder e deliberação política e com a percepção de que os aparatos jurídicos e institucionais não 'percebem' a existência dessa população. Seu

objetivo, nesse caso, é promover a entrada das ativistas nos espaços de poder, porém negligencia a 'hipervisibilidade' que leva a violência cotidiana pela não adequação às normas sociais. As manifestações de 'orgulho' de ser uma pessoa *trans*, decorrente, em parte, da apropriação pelo movimento de travestis e transexuais da ideia positiva de 'sair do armário'<sup>95</sup> do movimento de gays e lésbicas, não se configuram como aceitáveis ou desejáveis para todas.

Não será possível, no escopo desse trabalho, indicar os motivos precisos que fazem do *frame* em prol da 'visibilidade' um 'quadro' dotado de pouca aderência junto as mulheres na transexualidade investigadas por Quintela.

A proposta de se analisar o “armário” como um dispositivo de saber-poder, que regula a capacidade do sujeito de se autodeterminar dentro de um jogo difuso de segredo e vergonha (SEDGWICK, 2007), parece aplicável para gays e lésbicas que podem se manter 'fechados' em seus 'armários' e negociar, com graus diferentes de sucesso, a manutenção do “segredo”. Nesta perspectiva, a gestão da informação e do segredo torna-se uma estratégia política: em certa medida, fazer seu *outing* implica que o dispositivo, ao menos em parte, perdeu o poder de determinação e controle sobre o sujeito<sup>96</sup>. O sujeito que assume sua condição de 'desviante' também assume parte da própria existência e passa a ser dotado de alguma voz.

A hipervisibilidade das pessoas *trans* parece indicar que o 'armário', nesse caso, é dotado de outras características. Enquanto para os homossexuais existiria a possibilidade de 'escolha' entre permanecer na invisibilidade, e a decisão pela publicização (incluindo a fatalidade do segredo se tornar público pela decisão de outros), para travestis e transexuais seus armários já começam com 'portas de vidro'. Os sujeitos se constituem, desde o início, como expostos ao escrutínio público, e a possibilidade da agência individual interferir no regime do segredo não é 'emancipatória' (o *outing com seu* potencial ganho de autodeterminação) mas o reforço da norma regulatória e a manutenção/produção tensa do 'segredo'.

---

<sup>95</sup> 'Sair do armário' é uma adaptação brasileira das propostas de *coming out* norte-americanas, que pregam que a aceitação social deve passar, necessariamente, pela vivibilidade da homossexualidade. Assim o *armário* é visto como um “dispositivo” de poder e regulação conforme Sedgwick (2007).

<sup>96</sup> Digo que o dispositivo perde parte de seu poder já que a relação de “segredo aberto” (SEDGWICK, 2007, p. 39) não permite ao sujeito controlar o regime de saber-poder do 'armário': o sujeito não tem controle sobre o próprio segredo, sobre quem ou como o sabem, muito menos as reações e desdobramento ao processo de *outing*.

Da mesma forma como a visibilidade se constitui com sentidos diferentes para a população *trans*, e para o movimento LGBT mais amplo, acredito que o mesmo ocorra com as demandas por cidadania. Quando Layza de Castro indica que “conhecendo esses movimentos eu não só me vi como uma pessoa trans, eu me vi como cidadã”, é preciso nos atentar para até que ponto a cidadania é articulável nesse projeto.

Em uma leitura apressada sobre as demandas dos movimentos sociais parece pouco problemática a defesa por ideais de cidadania, já que esta denota um conjunto de direitos e garantias que parecem desejáveis a qualquer grupo injustiçado que almeja melhoras em suas condições de vida. Porém, para Boaventura de Souza Santos (2001), a cidadania não deve ser compreendida como “monolítica”, mas como conjuntos de direitos sobrepostos em camadas, refletindo os diferentes momentos históricos e políticos que permitiram sua produção e elaboração.

Assim a cidadania civil (a ideia de um conjunto de direitos e garantias baseados na pertença a um Estado-nação) e a cidadania política (composta pelos direitos de participação nas decisões públicas desse Estado) são os conjuntos iniciais que permitiram, no ocidente, a consolidação de um estado capitalista liberal.

Posteriormente, para esse autor, foi acrescentada à cidadania o conjunto de direitos 'sociais' decorrentes das lutas populares em torno do princípio de uma 'classe trabalhadora' que possibilitou pautar novas reivindicações (como os direitos a educação, saúde, habitação, entre outros). Para além da constatação do autor de que a cidadania “social” entra em colapso com a desarticulação do “Estado-providência” Europeu durante o fim do “capitalismo organizado” (SANTOS, 2001, p. 213), é importante salientar que a cidadania social também teve efeitos perversos ao tornar os objetivos de 'justiça social' reféns de um 'Estado-providência'. Para ele:

[...] não surpreende que neste período tenha se agravado a tensão entre subjectividade e cidadania. Por um lado, o alargamento da cidadania abriu novos horizontes ao desenvolvimento das subjectividades. A segurança da existência cotidiana propiciada pelos direitos sociais tornou possíveis vivências de autonomia e de liberdade, de promoção educacional e de programação das trajectórias familiares que até então tinham estado vedadas às classes trabalhadoras. Mas, por outro lado, os direitos sociais e as instituições estatais a que elas deram azo foram partes integrantes de um desenvolvimento societal que aumentou o peso burocrático e a vigilância controladora sobre os indivíduos [...] converteu o sujeito em objectos de si próprio (idem, p. 211)

Enquanto conjunto de práticas e discursos jurídicos institucionais, a cidadania 'formal' (composta por seus componentes civis, políticos e sociais) parece falhar na atenção dada às travestis e transexuais. O que apontamos como um “fracasso da representação político-ordinária” (Fraser, 2008, p. 43), decorrente, em parte, de sua invisibilidade jurídica e institucional, parece tornar o terreno da cidadania pouco fértil para elas.

Embora seja possível pensar nesse 'fracasso da representação' mediante a desqualificação das pessoas *trans* pelo processo de “desenquadramento” (idem), o que as tornam sujeitos 'impensáveis' para a política, talvez seja interessante pensar nos processos que 'localizam' as travestis e transexuais na (e fora) da cidadania para compreender o fenômeno do não engajamento. Pois, se é certo que o 'desenquadramento' é um efeito que impossibilita o gestor público ou o operador do direito de vislumbrar necessidades e demandas específicas para *trans*, o pouco apelo que a 'luta pela cidadania' encontra entre essas pessoas não pode ser explicado, unicamente, pelo 'apagamento' institucional.

Por 'localização' quero voltar o foco aos processos experienciais que posicionam os sujeitos (BRAH, 2006), mais precisamente em processos específicos que posicionam certas pessoas nas margens sociais: como na “loca-lización” (OCHOA, 2004) em que *las locas*<sup>97</sup> se “excluem” do imaginário político. Para Ochoa, a cidadania deve ser compreendida como “los procesos que producen una persona como parte de un grupo social” (idem, p. 243) em uma via de mão dupla: a cidadania deve conter elementos que fazem com que a 'sociedade' reconheça o sujeito como pertencente ao grupo, bem como fazem o sujeito se autoconhecer como um integrante. Assim, segundo a autora, para sermos cidadãos precisamos mais do que um passaporte ou uma cédula de identidade, precisamos de um “sentido de pertencimento” (idem, *ibidem*).

Nesse sentido, tanto as *transformistas* da Venezuela quanto as *trans* do Espírito Santo são 'loca-lizadas', ou seja, 'enquadradas' em esquemas de percepção baseados em estereótipos de

---

<sup>97</sup> Marcia Ochoa (2004) cunha o termo 'loca-lización' baseada nas *locas*, as “transformistas” que se prostituem no mercado sexual de Caracas (Venezuela). Segundo sua própria descrição (idem, p. 240), “transformista” é o termo, na Venezuela, que designa pessoas que nascem com uma “biologia” masculina e se apresentam como uma mulher (*mujer*) no cotidiano. O termo é, ao mesmo tempo, uma autoidentificação e uma palavra depreciativa ligada a prostituição (*trabajo sexual*). Por esses motivos acredito que a experiência de uma “transformista” venezuelana e de uma 'travesti' brasileira guardem muitas similaridades.

marginalidade, prostituição e delinquência. Essa desqualificação dos sujeitos concretos, mediante o acionamento dessa representação social 'loca-lizada', leva ao duplo efeito de um 'desenquadramento' no plano institucional e jurídico, e um processo de 'exclusão voluntária' por parte das pessoas reduzidas a condição de *locas*, ou seja, marginais.

Seguindo o raciocínio da autora, essas populações tem sofrido os efeitos perversos da cidadania, que tem sido usada não para garantir direitos, mas para negá-los, uma vez que os processos de reconhecimento estão na mãos de “estruturas disciplinares” sob “controle do Estado” e capazes de criar bons e maus cidadão. As formas de “desenvolvimento societal” (SANTOS, 2001) que privilegiaram a 'cidadania' e o 'controle', também selecionaram quais populações devem gozar de seus efeitos. Antes de pensar em uma 'resgate' da cidadania da população trans, talvez seja importante pensar esse terreno como em disputa:

[...] la “ciudadanía”, en el sentido de que pueden haber ciudadanos buenos, malos e indocumentados, tiene sus procesos de inclusión y exclusión. Pero aunque sirve para excluir, la ciudadanía también se puede usar estratégicamente para *exigir*. Particularmente para exigir el cumplimiento de los derechos de los ciudadanos y de los seres humanos. Así que a las locas les conviene a veces cultivar una ciudadanía (OCHOA, 2004, p. 244)

Outras produções acadêmicas apontam os dilemas que concepções específicas de 'cidadania' encontram, ou mais precisamente, quais as alternativas de cidadania que estão disponíveis para as pessoas *trans*. A inclusão das travestis e transexuais no campo político na primeira metade da década de 1990, no período de resposta a eclosão da epidemia de HIV/AIDS, e mediado pelas políticas epidemiológicas do Ministério da Saúde, no Brasil, levaram a uma espécie de “SIDAdanização<sup>98</sup>” (PELÚCIO, 2009).

Para Larissa Pelúcio, a ênfase na vinculação dessas pessoas ao modelo de prevenção a DST/AIDS por parte do Estado leva a redução da pessoa a uma “bioidentidade” (idem, p. 110), ou seja, um sujeito 'individualizado' (já que o indivíduo se torna o 'responsável' pela sua saúde) e 'agrupado' (em torno de práticas sanitárias e médicas, como um 'grupo de risco' ou uma 'prática saudável'). A rotinização da vida da pessoa pelo viés dos protocolos da saúde (profilaxia e medicalização) levam ao assujeitamento ao Sistema Único de Saúde, ou a um

<sup>98</sup> SIDA é o acrônimo para Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, largamente utilizada em Portugal e na América Latina. No Brasil optou-se pela sigla que remete ao nome em inglês da síndrome.

“SUSjeito” (idem, p. 111).

O processo de constituição da travesti<sup>99</sup> em um 'SUSjeito', em que sua entrada na cidadania ocorre mediante o assujeitamento ao modelo de prevenção de DST/AIDS, pode ser compreendido como similar ao que limita as transexuais a uma possibilidade de “cidadania cirúrgica<sup>100</sup>” (CABRAL, 2010):

É certo que o acesso à mastectomia pode mudar a experiência cidadã de alguém, transformar um homem trans em cidadão, e isso é uma grande vitória pessoal que, no entanto, se não for bem trabalhada pode representar um imenso risco público, que é o de contribuir para criar e fortalecer uma cidadania cirúrgica, em que as pessoas têm acesso a direitos só se cumprirem uma série de requisitos pré-cirúrgicos e logo passem por uma cirurgia. Embora o acesso às cirurgias seja muito importante para que muitos homens trans sintam que podem expressar sua identidade de gênero e construir corporalmente sua subjetividade, o sistema médico, especialmente o cirúrgico, não pode ser a pedra fundamental definidora de nossas identidades. Minha masculinidade, minha identidade como homem não depende de nenhum cirurgião ou cirurgiã, muito menos de um bisturi. Cidadania não pode depender de um artifício como esse. Estou de acordo com o que disse Janaína, pensando de outro lugar de gênero: com mais tetas ou menos tetas, o que importa é que sou um cidadão, e se a cirurgia marca o ingresso na cidadania, prefiro morrer sendo estrangeiro, não é porque faço uma cirurgia que me transformo em cidadão. Com isso não quero dizer que as pessoas não tenham direito a essas cirurgias, mas sim que a cidadania não pode depender dessas cirurgias. E se depender dessas cirurgias, não é uma vitória e, sim, um problema (idem, p. 312-313, grifos meus)

Cidadania enquanto conjunto 'evidente' de direitos formais frente a um aparato jurídico-institucional de Estado acaba esbarrando nas possibilidades concretas de inclusão das pessoas dentro desses arranjos institucionais. O assujeitamento, seja mediante a rotinização da vida no Centro de Referência em DSTY/AIDS, seja dentro dos protocolos transexualizadores, não parecem possibilidades atraentes para as travestis e transexuais.

A saída de utilizar a cidadania como fonte de reivindicação, forçando o Estado e reconhecer àquelas cidadãs 'indocumentadas' o mesmo *status* de que goza os 'bons cidadãos', parece prescindir de um processo anterior de produção de uma “subjetividade” (OCHOA, 2004, p. 244) que as façam se reconhecer como sujeitos de direitos. O “reconhecimento estrutural” (idem, *ibidem*) e a superação do 'desenquadramento', em si mesmos, levam os sujeitos, antes

<sup>99</sup> Importante salientar que transexuais também estão sujeitas a serem 'SUSjeitadas' frente a um projeto de cidadania que não passa de uma 'SIDAdanização'.

<sup>100</sup> A ideia de 'cidadania cirúrgica' também foi usada em outros trabalhos. Ver. CARVALHO, 2011; BENTO e PELÚCIO, 2012

'impensáveis' da política, a serem regulados pelas estruturas normativas do Estado. Porém sem esse processo de constituição de uma subjetividade cidadã o processo de inclusão pode ser mediado por interesses restritos e pouco 'aderentes' para os sujeitos, como são os casos das cidadanias via SUS. Uma inclusão cidadã pelas vias da “regulação” e não da “emancipação” (SANTOS, 2001).

**Para concluir**, a solidariedade (advinda das identidades coletivas) não parece suficiente para gerar mobilização coletiva por si só, bem como um quadro geral de 'necessidade' ou de 'opressão' não gestam necessariamente a mobilização política. Essa conclusão acaba concordando parcialmente com os pressupostos da teoria do 'processo político' e sua ênfase nas 'estruturas de oportunidades' que são vistas, nesta abordagem, como condições externas ao movimento social.

É inegável que as identidades coletivas geram solidariedade no processo de identificação e interação, logo a gestação de uma 'identidade militante' produz a coesão necessária ao movimento. Já a situação compartilhada de opressão também é responsável por gerar solidariedade, mas apenas se ela se for formulada num *frame* coletivamente compartilhado de diagnóstico e prognóstico que encontre ressonância no campo político (e na vivência concreta das ativistas).

Assim, se o movimento social se apoia nas 'densas' redes sociais (e nas identidades) geradas no jogo político, no caso específico do movimento LGBT no Espírito Santo, encontramos (entre as militantes trans) o diagnóstico de uma crescente desmobilização das entidades e iniciativas mais formais (o modelo 'clássico' de ONG) concomitante ao florescimento de diversas iniciativas de movimento social menos formais (geralmente descritos como 'coletivos' e 'grupos'). Sobretudo para estas iniciativas de movimento social menos formais, mas também na atuação das entidades mais 'formais', a dependência dos recursos advindos da 'rede' de ativistas é imprescindível para a atuação.

Durante uma reunião do Fórum estadual LGBT um antigo coordenador da entidade fez alusão a uma certa 'militância heroica': em sua fala, o grupo reduzido de ativistas que mantém as atividades do movimento social, mesmo diante da crescente desmobilização e da percepção de que os recursos 'políticos' para a atuação são escassos, são vistos como heróis por se dedicarem a mobilização, mesmo diante do quadro adverso.



A percepção geral das ativistas entrevistadas é de um momento em que as 'oportunidades políticas' parecem se fechar aos ativistas. A troca do governo estadual por um grupo político percebido como menos suscetível ao diálogo com os movimentos sociais, o declínio das antigas entidades formais que iniciaram o movimento LGBT capixaba e a falta de renovação do quadro de militantes parecem incorrer na mudança do perfil de atuação no estado.

Porem, se as 'oportunidades' externas ao movimento parecem desfavoráveis, elas, contudo, não inviabilizaram a luta política pela 'visibilidade' e pela 'cidadania'. Levando adiante o argumento anterior, se a 'solidariedade' e a 'identidade' compartilhada são as forças que mantêm o movimento LGBT capixaba ativo e atuante, isso decorre (possivelmente) do fato de que esses elementos também devem ser compreendidos como pertencentes ao quadro mais geral de 'oportunidades': os movimentos sociais não são, apenas, 'empreendimentos' que respondem as condições externas que possibilitam a atuação, mas também se engajam ativamente para a produção de tais condições. A sugestão final desse estudo é de que a solidariedade e a identidade são os componentes gestados 'internamente' ao movimento social que 'extravagam', modificando as 'oportunidades políticas', e alterando substancialmente as condições da mobilização.

## REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. *Revista Estudos Avançados*, n. 24, 2010, p. 103-119
- ALVAREZ, Maria Ines F. Além da racionalidade: o estudo das emoções como práticas políticas. *Revista Mana*. n. 17. 2011, p. 41-68
- ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Revista Cadernos PAGU*, n. 43, janeiro-junho de 2014, p. 13-56
- BARBOSA, Bruno C. Nomes e Diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual. Dissertação (mestrado) – programa de Pós-Graduação em antropologia Social (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas / Universidade de São Paulo). 2010 (121 páginas)
- BECKER, Howard S. Métodos de pesquisa em ciências sociais. São Paulo. Editora Hucitec. 1997
- BENEDETTI, Marcos. Toda Feita: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro. Editora Garamond. 2005
- BENFORD, Robert D.; SNOW, David A. Framing processes and social movements: an overview and assessment. *Revista Annual Review of Sociology*, n. 26, 2000, p. 611-39
- BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro. Editora Garamond. 2006
- \_\_\_\_\_. O que é Transexualidade? São Paulo. Editora Brasiliense. 2008
- BENTO, Berenice; PELUCIO, Larissa. DESPATOLOGIZAÇÃO DO GÊNERO: A POLITIZAÇÃO DAS Identidades ABJETAS. *Revista Estudos Feministas*, n. 20, maio-agosto de 2012, p. 569-581
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 14ª edição. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil. 2010
- \_\_\_\_\_. A Dominação masculina. 5ª edição. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil. 2007
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Revista Cadernos Pagu*, n. 26, janeiro-junho de 2006, p. 329-376
- BRASIL. Portaria 233/2010: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), de 18 de maio de 2010. Diário Oficial da União, Imprensa Nacional, Brasília, DF, 19 de maio de 2010

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 2014

\_\_\_\_\_. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do 'sexo'. In: LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte. Editora Autêntica. 2007, p. 151 – 172

CABRAL, Mauro. Relatoria. In: ARILHA, Margareth; LAPA, Thaís de S.; PISANECHI, Tatiane C. Transexualidade, travestilidades e direito à saúde. São Paulo. Editora CCR. 2010, p. 199 – 370

CAMPOS, Claudinei J. G. MÉTODO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. Revista Brasileira de Enfermagem, n. 57, setembro – outubro 2004. p. 611-614

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O Trabalho do antropólogo. São Paulo. Editora UNESP. 2006. p. 17 – 35.

CARVALHO, Mario Felipe de L. Que mulher é essa? Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais. Dissertação (mestrado) – programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva. Instituto de Medicina Social (Universidade do Estado do Rio de Janeiro). 2011 (147 páginas).

CASTEL, Pierre-Henri. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do 'fenômeno transexual' (1910-1995). Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, n. 41, 2001 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882001000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000200005&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 16/04/2009.

CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 2, n. 4, abr./maio/jun de 2009, p. 11-48

CORRÊA, Mariza. Bourdieu e o sexo da dominação. Revista Novos Estudos CEBRAP, n. 54, jul. 1999, p. 43-53

CUSTODIO, Henrique F. F. A fundamentação do conceito de possibilidade objetiva na metodologia weberiana. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia (Universidade Federal de Uberlândia). 2012 (95 páginas)

DIANI, Mario; BISON, Ivano. Organizações, coalizões e movimentos. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 3, janeiro-julho 2010, p. 219 – 250

ELSTER, Jon. Marxismo, funcionalismo e teoria dos jogos: argumentos em favor do individualismo metodológico. Revista Lua Nova, n. 17. 1989, p. 163-204

FACCHINI, Regina. Sopa de Letrinhas? – movimento homossexual e produção de

identidades coletivas nos anos 1990. Rio de Janeiro. Editora Garamond. 2005

FRASER, Nancy. Escalas de Justicia. Barcelona. Editora Herder. 2008

FOUCAUL, Michel. Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo. Editora Martins Fontes. 2001

\_\_\_\_\_. História da Sexualidade: a vontade de saber. Rio de Janeiro. Editora Graal. 1988

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro. Editora RTC. 2008

GREEN, James N.; TRINDADE, Ronaldo. Homossexualismo em São Paulo e outros escritos. São Paulo. Editora UNESP. 2005

\_\_\_\_\_. 'Mais amor e mais tesão': a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. Revista Cadernos Pagu, n. 15, 2000, p. 271-295

JASPER, James M. ¿De la estructura a la acción? La teoría de los movimientos sociales después de los grandes paradigmas. Revista Sociológica, ano 27, n. 75, 2012, p.7-48

\_\_\_\_\_. Recruiting strangers and friends: moral shocks and social networks in animal rights and anti-nuclear protests. Revista Social Problems, vol 42, nº 4. novembro de 1995, p. 493-511

KULICK, Don. Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz. 2008

LACLAU, Ernesto. Emancipação e Diferença. Rio de Janeiro. Editora EdUERj, 2011

LOPES, Felipe T. P. Bourdieu e Goffman: um ensaio sobre os pontos comuns e as fissuras que unem e separam ambos os autores a partir da perspectiva do primeiro. Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia. v. 9, n. 2. 2009, p. 389-407

LEITE Jr, Jorge. Nossos corpos também mudam: sexo, gênero e a invenção das categorias 'travesti' e 'transexual' no discurso científico. Tese (doutorado) – Doutorado em Ciências Sociais (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo. 2008

MACRAE, Edward. A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura. Campinas. Editora Unicamp. 1990

MAGNOLI, Demétrio. Uma gota de sangue: história do pensamento racial. São Paulo. Editora Contexto. 2009

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Dinâmica de la contienda política. Barcelona. Editora Hacer editorial. 2005

MITCHELL, J. Clyde. A questão da quantificação na antropologia social. In: FELDMAN-

BIANCO, Bela. Antropologia nas sociedades contemporâneas. São Paulo. Editora Global. 1987, p. 77-126

MOUFFE, Chantal. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. Revista Política & Sociedade. n.3, outubro de 2003, p. 11 - 26

NERY, João. Viagem Solitária: memórias de um transexual trinta anos depois. São Paulo. Editora Leya. 2011

NEVES, Jose Luis. Pesquisa Qualitativa: características, usos e possibilidades. Revista Cadernos de Pesquisa em Administração. São Paulo. v.1, n3, 2º sem 1996. Disponível em <<http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>> acessado em 12/05/2015

OCHOA, Marcia. Ciudadanía perversa: divas, marginación y participación en la 'localización'. In: MATO, Daniel (coord.), Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas. Editora FACES: Universidad Central de Venezuela, 2004, pp. 239-256

PELUCIO, Larissa. Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids. São Paulo. Editora Annablume / FAPESP. 2009

PERLONGHER, Néstor. O que é AIDS. São Paulo. Editora Brasiliense. 1987

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher. In: ALGRANTI, Leila (org.). A prática feminista e o conceito de gênero. Campinas. Editora IFCH-Unicamp. 2002

POLLETA, Francesca; JASPER, James. Collective Identity and Social Movements. Revista Annual Review of Sociology, vol. 27, 2001, p. 283-305

QUINTELA, Hugo F. Para além do arco-íris: a construção social da mulher e as experiências da transexualidade. Dissertação (mestrado) – programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Centro de Ciências Humanas e Naturais / Universidade Federal do Espírito Santo). 2014 (226 páginas).

RAMSEY, Gerald. Transexuais: perguntas e respostas. São Paulo. Editora GLS. 1998

SANTOS, Boaventura S. Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade. Rio de Janeiro. Editora 7 letras. 2001

SAHLINS, Marshall D. Ilhas de História. Rio de Janeiro. Editora Jorge Zahar. 2003

SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. Revista Projeto História. São Paulo, n. 16, fevereiro de 1998, p. 297-325

\_\_\_\_\_. O enigma da igualdade. In: Revista Estudos Feministas. Florianópolis, v. 13, n. 1, janeiro-abril. 2005, p. 11-30

SEDGWICK, Eve K. A Epistemologia do armário. Revista Cadernos PAGU. n. 28. janeiro – junho de 2007, p 19 – 54

SPIVAK, Gayatri Estudios de la Subalternidad. Deconstruyendo la Historiografía In. Sandro Mezzadra (comp.) Estudios postcoloniales: Ensayos fundamentales. Editora Traficantes de Sueños, Madrid. 2008

\_\_\_\_\_. Pode o Subalterno falar? Belo Horizonte. Editora UFMG. 2010

SIMÕES, Julio A; FACCHINI, Regina. Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo. Editora Perseu Abramo. 2009.

TARROW, Sidney. O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis. Editora Vozes. 2009

TOSTA, André Luiz Zanão. Continuidades, rupturas e limites das identidades: travestilidades e outr@s trans mais. Monografia (graduação) – Graduação em Ciências Sociais (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade de Campinas). Campinas, 2009. 89 páginas

TOSTA, André L. Z.; DALTIO, Darcy Anderson. O corpo educado e os corpos abandonados: gênero, educação, currículo e exclusão dos corpos sem consistência. In: RODRIGUES, A.; BARRETO, M. A. S. C. (Org.). Currículo, Gênero e Sexualidades. Vitória. Editora EDUFES, 2012. p. 217-230

TREVISAN, João S. Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro. Editora Record. 2000

WALZER, Michael. Política e Paixão: rumo a um liberalismo mais igualitário. São Paulo. Editora Martins Fontes. 2004

WEBER, Max. Metodologia das Ciências Sociais (parte 1). São Paulo. Editora Cortez, 1973

YOUNG, Iris M. A imparcialidade e o público cívico: algumas implicações das críticas feministas da teoria moral e política. In: BENHABIB, S & CORNELL, D (org.). Feminismo como crítica da modernidade: releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher. Rio de Janeiro. Editora Rosa dos Tempos, 1987.

VITORIA. Decreto 15.074/2011: Prefeitura Municipal de Vitória. 28/06/2011.

**ANEXO I****CALENDÁRIO DA III SEMANA DA DIVERSIDADE LGBT**

<http://www.vitoria.es.gov.br/noticia/semana-da-diversidade-lgbt-trara-serie-de-atividades-a-partir-de-domingo-16488> acessado em 23/01/2015

**Programação III SEMANA DA DIVERSIDADE LGBT**

07/12 15º Piquenique das Cores + Abertura da III SEMANA DA DIVERSIDADE LGBT (Grupo CORES) domingo Exibições de curtas com o tema Transexualidade 16h | Parque Pedra da Cebola - Mata da Praia

08/12 Seminário: Integralidade e Saúde da População LGBT "A Psicologia em debate com a Travestilidade e Transexualidade" segunda-feira 13h30min às 17h30min | Auditório da Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos - Casa do Cidadão Avenida Maruípe, 2544, Itararé

09/12 Seminário: Integralidade e Saúde da População LGBT "Travestilidade no SUS - Questões para a Saúde e Cidadania" terça-feira 08h às 12h30min | Auditório da Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos - Casa do Cidadão Avenida Maruípe, 2544, Itararé

10/12 Roda de Debate do GEPSs quarta-feira 18h | Auditório do CCE - UFES | Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras. Praia do PHIL 22h | Rádio Universitária - FM 104.7

11/12 Cineclube Diversidade quinta-feira Exibição do curta "Meu amigo Claudia" 19h | Ateliê Casa Aberta Rua 7 de setembro, 263, Centro

12/12 Audiência Pública: "OAB-ES debate Estatuto da Diversidade Sexual com a sociedade" sexta-feira 14h às 17h | Auditório da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Espírito Santo Rua Alberto de Oliveira Santos, 59, Ed. Ricamar 3º e 4º andares, Centro Pagode da Diversidade 20h | Bar da Zilda Rua Maria Saraiva, 30, Centro

14/12 IX Manifesto do Orgulho LGBT com o tema: "TRAVESTIR-SE DO RESPEITO & DESPIR-SE DO PRECONCEITO: pelo direito d@s pessoas Trans Femininas e Masculinas" domingo 13h | Local a definir. Confirme a partir do dia 08/12/2014. Informações: (27) 3382-6703/5471

## ANEXO II

### ROTEIRO DE ENTREVISTAS

#### 1. Perfil do entrevistado:

Busca definir o perfil socioeconômico do entrevistado a fim de posicionar sua fala e permitir traçar comparações entre diversas posições diferentes dos sujeitos.

- *Nome / Nome social* (respeitando a livre identificação do entrevistado / solicitar pseudônimo no caso pela opção do anonimato na pesquisa)
- *Idade*
- *Identidade de gênero / orientação sexual* (orientação sexual no caso de ser uma informação relevante na entrevista)
- *Escolaridade*
- *Local de atuação atual*

#### 2. Histórico de atuação:

Traçar a partir dos relatos de história de vida a trajetória militante das entrevistadas, focando sobretudo os primeiros contatos com organizações LGBT.

- 2.1. *Qual foi seu primeiro contato com o movimento político LGBT? Qual a primeira organização onde atuou?*
- 2.2. *O que a levou a militância política? Poderia me explicar qual o motivo a levou a se engajar pessoalmente no movimento?*
- 2.3. *Em quais organizações / associações / grupos / coletivos você atuou? Qual função desempenhava nestes grupos? Em quais desses grupos você ainda esta envolvida?*
- 2.4. *Como você percebe a atuação dos grupos capixabas com relação aos grupos/associações militantes nacionais? Existem contatos ou relações importantes entre os movimentos do estado e os movimentos nacionais / de outros estados?*
- 2.5. *Você considera sua atuação política? Por quê? Qual a importância que você observa na sua atuação?*

#### 3. Agenda política *trans*

Compreender como se articulam demandas políticas específicas para o grupo de travestis e



transexuais do estado, comparando estas demandas com as apontadas por Carvalho (2011) como as principais bandeiras do movimento *trans* nacional (1. mudança de nome e sexo nos registros civis / 2. acesso facilitado a modificações corporais pelo SUS / 3. despatologização das identidades *trans*). O objetivo é analisar a aderência dessas demandas no contexto local e se existem demandas específicas não contempladas nestes três pontos.

- 3.1 *Em sua opinião, quais as principais demandas do movimento trans atual? Quais os problemas mais urgentes a serem combatidos?*
- 3.2 *Na sua opinião, no contexto da militância capixaba, existe diferença entre demandas políticas para travestis e demandas políticas para transexuais?*

Para as entrevistas em que os temas da agenda trans não forem abordados de forma espontânea, o objetivo é direcionar as perguntas induzindo o entrevistado a se posicionar sobre os três componentes da agenda. A proposta é perceber a aderência da agenda analisando o conhecimento prévio do entrevistado sobre as demandas e sua percepção da relevância/importância da demanda no contexto local.

- 3.3 *Com relação a demanda por alteração do nome e sexo nos registros civis, qual sua posição / opinião?*
- 3.4 *Com relação a demanda pelo acesso facilitado a modificações corporais pelo SUS, qual sua posição / opinião?*
- 3.5 *Com relação a questão da despatologização das identidades trans, qual sua posição / opinião?*

#### **4. Traçando a rede de militância local**

Um dos objetivos da pesquisa é traçar a rede de militância que atua em torno das demandas *trans*, um processo de identificar quais os/as militantes que são importantes para o movimento capixaba e também identificar potenciais entrevistados para a pesquisa.

- 4.1 *Pensando no Espírito Santo atualmente, cite quais os grupos/associações/coletivos ou pessoas que você julga importantes para o movimento político de travestis e transexuais no estado.*
- 4.2 *Pensando no Espírito Santo atualmente, na sua opinião, quais as 03 (três) pessoas mais importantes para o movimento de travestis e transexuais no estado?*